



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CAMILA FERREIRA SANTOS SILVA

**“A MULHER DEVE SER BELA, DEVE TER GRAÇAS E ENCANTOS”:
educação de salão na São Luís republicana (1890-1920)**

**SÃO LUÍS
2011**

CAMILA FERREIRA SANTOS SILVA

**“A MULHER DEVE SER BELA, DEVE TER GRAÇAS E ENCANTOS”:
educação de salão na São Luís republicana (1890-1920)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes.

SÃO LUÍS
2011

Silva, Camila Ferreira Santos

“A mulher deve ser bela, deve ter graças e encantos”:
educação de salão na São Luís republicana (1890-1920) / Camila
Ferreira Santos Silva. – São Luis, 2011.

156 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Iran de Maria Leitão Nunes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do
Maranhão, 2011.

1. Educação de salão 2. Mulher – Comportamento social –
1890 -1920 I. Título.

CDU 37: 396 (812.1) “1890 -1920”

CAMILA FERREIRA SANTOS SILVA

“A MULHER DEVE SER BELA, DEVE TER GRAÇAS E ENCANTOS”:
educação de salão na São Luís republicana (1890-1920)

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Data: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador(a)

2º Examinador(a)

*A minha família, Teresa Cristina e Marcus Gusmão,
que me apoiaram a cada instante em todas as fases da minha vida.
A Diego Coelho pelo companheirismo, carinho e amor.*

“[...] cada época tinha seu porte, seu olhar e seu gosto”
Baudelaire

AGRADECIMENTOS

Qualquer tipo de trabalho, ou melhor, a nossa vida não é possível sem os “Outros”... Sozinhos nós não saímos do lugar. Este trabalho de pesquisa é um grande exemplo de superação, união, força... Foi uma caminhada árdua, da qual por alguns momentos, pensei em desistir por falta de motivação... Mas, um dia recebi um folheto na rua que dizia o seguinte:

Pegadas na Areia

Uma noite eu tive um sonho...

Sonhei que estava andando na praias, com o Senhor, e através do Céu passavam cenas da minha vida. Para cada cena que se passava, percebi que eram deixados dois pares de pegadas na areia; um era o meu e outro era o Senhor.

Quando a última cena da minha vida passou olhei para trás, para as pegadas na areia e notei que muitas vezes, no caminho da minha vida havia apenas um par de pegadas na areia.

Notei também, que isso aconteceu nos momentos mais difíceis e angustiosos do meu viver. Isso entristeceu-me muito, e perguntei então ao Senhor:

- Senhor. Tu me disseste que, uma vez que resolvi Te seguir, Tu andarias sempre comigo todo o caminho, mas notei que durante as maiores dificuldades da vida, haviam na areia apenas um par de pegadas. Não compreendo por que, nas horas que eu mais necessitava de Ti, Tu me deixastes.

O Senhor me respondeu:

- Meu precioso filho, Eu te amo e jamais te deixaria nas horas da tua prova e do teu sofrimento. Quando viste na areia apenas um par de pegadas, foi exatamente aí que Eu, nos braços... te carreguei. (Transcrito) Josué 1:9

Li esse folheto várias vezes durante a escrita deste trabalho. E percebi que nunca estou só. E acredito que somente Deus pôde me dar força para estar aqui escrevendo estes agradecimentos. Obrigada, Senhor!

Muitas pessoas estiveram ao meu lado e contribuíram para eu estar aqui agradecendo de corpo, alma e coração a todos e a todas que participaram fortemente e presentemente dessa caminhada. E que nos momentos que pensei em não me levantar... eles(as) estavam ali ao meu lado dizendo: “Camila, você vai conseguir! Isso é uma fase... e vai passar como qualquer outra fase que passou ou passará em sua vida! E você superou e superará, com vitória, porque Deus está contigo!” E com isso faziam-me acreditar que valia a pena tentar e seguir...

Antes de tudo: Obrigada!!!

Agradeço a minha mãe, Teresa Cristina, por ter estado ao meu lado em todos os momentos da minha vida, me apoiando com muita paciência e carinho. Ao meu irmão, Marcus Gusmão, que com sua tranquilidade me ensinou que não adianta correr... e sempre dizendo: -“Bia, vamos sair... vamos lanchar... não fica só trancada nesse quarto!”.

A Diego Coelho, meu namorado, que ficava sentado do meu lado me olhando dormir e vendo se eu estava mais calma! Pela companhia e ajuda na pesquisa no Arquivo Público, Josué Montello e Bibliotecas. Obrigada!

A Oquerlina, minha cunhada, minha irmã, que sempre vinha me ver, saber como eu estava e conversar sobre inúmeros assuntos que me deixassem menos preocupada.

Aos meus tios e tias: Henrique, Silvana, Ribamar, Ana Inês, Ana Paula, pelos almoços e momentos em família.

A minha Vó Terezinha, por ter me acompanhado todas as sextas à feirinha para fazer compras. E a minha Vó Deusine, por todas as orações que fez por mim.

Às amigas: Ana Lígia, Silvia Romana, Selma Romana, Cacilda, Mayara, pelos dias de alegria e macarronadas no domingo. Em especial a Marília que, quase todos os dias, veio me ver e conversar... trazendo alegria para dentro da minha casa.

Ao Mestrado em Educação... professores e coordenadores, obrigada!

Agradeço fortemente às professoras: Iran de Maria, minha orientadora; Elizabeth Abrantes e Diomar Motta. Essas três mulheres são o exemplo de compromisso e dedicação que quero seguir em minha carreira, como professora.

A professora Iran, pelo apoio, companheirismo e amizade que construímos nessa trajetória. Pelo aprendizado no estágio docência. Pela Bíblia; pela água benta; pelo livro, Pão Diário ...

À professora Elizabeth Abrantes, que desde os meus primeiros passos na monografia até a dissertação vem me acompanhando, sempre aberta para conversas.

À professora Diomar Motta, por tudo que aprendi e continuarei aprendendo no GEMge, pelas longas conversas e conselhos salutares.

E eu não posso esquecer da “minha” Professora Kilza Fernanda que conheci no Arquivo Público e desde lá nunca mais perdemos o contato, a confiança e a amizade.

Às amigas do GEMge: Claudiane, Ana Lúcia, Sheila, Maria das Dores, Maria José, Elisângela, Joseilma, Sirlene.

Aos amigos do mestrado: Ana Patrícia, Angélica, Caroline, Jonilson, Jorge Leão, Kellen Regina, Michelle, Socorro, Nadja, Raffaelle, Regina, Rosimery e Roure. Em especial a: Bergson Utta, Diana Rocha, Fernanda Rodrigues, Silvia Fernanda companheiras(os) de turma nessa trajetória no mestrado em Educação.

À professora Cícera, pela correção da redação final deste trabalho e pelas conversas proveitosas.

RESUMO

A passagem do século XIX para o século XX engendrou em São Luís-MA um clima de esperança, firmado no discurso republicano de progresso. O cenário desta cidade que, até meados do século XIX, possuía características rurais e escravistas, ao mudar para o de uma cidade moderna, ocasionou diversas transformações não somente políticas, econômicas e físicas, como também sociais. E para adaptar-se a esse novo cenário havia a necessidade de que a população, de modo geral, adquirisse hábitos e comportamentos compatíveis com o propósito civilizacional e modernizador da época. É nesse percurso que a presente pesquisa busca analisar a educação de salão recebida pela mulher, em especial a mulher das camadas média e alta da sociedade ludovicense. Tendo em vista que essas transformações, bem como os encargos relativos aos símbolos de “civilidade” e “modernidade”, incidiam principalmente nas mulheres, desse modo fazia-se necessário que conservassem as “eternas” qualidades femininas, tais como docilidade, recato entre outras, o que era reforçado através dos jornais, das revistas e dos manuais de civilidade e etiqueta. Neste sentido, tornava-se fundamental a mulher manter atributos como casamento, maternidade, beleza, estar na moda, pertinentes sobretudo a sua camada social – elite, e ainda possuir educação escolar e, especialmente “educação de salão”, de modo a estar preparada para bem desempenhar os papéis de esposa, mãe e dona de casa. O estudo revela que além desses papéis, a mulher deveria representar socialmente sua família por meio de práticas comportamentais que destacassem as “boas maneiras” como meio de obtenção de prestígio e distinção. Para tanto, utilizamos as fontes os jornais, a Revista Elegante, manuais de civilidade e etiqueta e obras literárias, presentes na Biblioteca Pública Benedito Leite e Arquivo Público do Estado do Maranhão. Norteiam este estudo as seguintes categorias: modernidade, civilização, etiqueta, distinção e gênero.

Palavras-chave: Educação de Salão. Comportamento Social. Distinção. Elite. Mulher.

ABSTRACT

The passage of the nineteenth to the twentieth century gave birth in São Luís-MA a climate of hope, based on Republican discourse of progress. The scenery of this city, until the mid-nineteenth century, slave and had rural characteristics, the switch to a modern city, resulted in several changes not only political, economic and physical, but social. And to adapt to this new scenario was the need that the population, in general, acquired habits and behaviors consistent with the purpose of civilizing and modernizing the time. It is this path that this research search to examine the relationship between the social behavior of women and the education she received. Guide this study the following categories: *modernity*, *civilization*, *etiquette*, *distinction* and *gender*. Since these transformations, as well as charges related to the symbols of "civility" and "modernity", focused mainly on women, especially elite women, it was necessary, to that end, they retain the "eternal" feminine qualities, which was reinforced through newspapers, magazines and manuals of civility and etiquette. In this sense, it was essential to keep the woman attributes such as marriage, motherhood, beauty, being fashionable, particularly relevant to their social class - the elite, and still have school education and, especially "education hall", so as to be well prepared to play the roles of wife, mother and homemaker. The study reveals that in addition to these roles, the woman should represent his family socially through behavioral practices that highlighted the "good manners" as a means of obtaining prestige and distinction. For this purpose, we use sources the newspapers, the Elegant Magazine, civility and etiquette manuals and literary works, present at the Public Library Benedito Leite and Public Archives of Maranhão.

Keywords: Education Hall. Social Behavior. Distinction. Elite. Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Retrato do Papa!.....	45
Figura 2	Moda Feminina	56
Figura 3	Moda em 1913.....	56
Figura 4	Pasta Russa	57
Figura 5	Pilules Oreintales	57
Figura 6	Praça do Comércio/ Rua da Estrela	67
Figura 7	Praça do Comércio	67
Figura 8	Praça João Lisboa	71
Figura 9	Praça Odorico Mendes	71
Figura 10	O Jardim Público	71
Figura 11	Bonde de tração animal	73
Figura 12	Ideal Cinema	78
Figura 13	Senhora e a criada	123
Figura 14	Baile	134

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	“A FINA FLOR DA NOSSA ELITE SOCIAL” : elite feminina	27
1.1	Do fausto ao fastio : camadas de pertencimento	29
1.2	Ser e parecer : atributos inerentes	34
1.2.1	“Estilo de vida” : atributos sociais	36
1.2.1.1	<i>Matrimonial</i>	37
1.2.1.2	<i>Familiar</i>	42
1.2.1.3	<i>Moral</i>	49
1.2.2	“Ornamento feminino” : atributos físicos	52
1.2.2.1	<i>Beleza e moda</i>	52
1.2.2.2	<i>Maternal</i>	59
2	NO COMPASSO DA MODERNIZAÇÃO E DA CIVILIZAÇÃO	63
2.1	O urbano e o moderno em São Luís	67
2.2	Educação na Primeira República : para elite ou para o “povo”?	79
2.2.1	“A santa tarefa da mãe” : educação feminina.....	86
3	EDUCAÇÃO DE SALÃO : lições de “boas maneiras”	94
3.1	“Educação de Salão” : natureza e significado.....	95
3.2	A “Educação de Salão” no contexto Republicano	103
3.3	Conteúdos : manuais de “boas maneiras”	109
3.3.1	Cortesia.....	114
3.3.2	Na sociedade.....	117
3.3.3	As visitas.....	120
3.3.4	Nos bailes e <i>soirées</i>	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

O estudo da história da educação brasileira e, em particular, da educação maranhense tem como tendência visível concentrado suas análises em problemáticas diversas relativas à educação formal¹, focando, por exemplo, as instituições de ensino, o material didático, os discentes e docentes, enfim, a vida escolar como um todo. Essas investigações têm resultado numa produção rica que vem contribuindo para o entendimento da educação ao longo da história.

Todavia, entendemos que a educação não se faz somente via instituição escolar, embora muito do que é reproduzido² na escola esteja vinculado às exigências externas, ou seja, ao cotidiano dos homens e das mulheres em cada época. Desse modo, separar a sala de aula de homens e mulheres, ensinar somente as mulheres disciplinas voltadas ao ambiente doméstico, privar a mulher do ensino superior, são questões que permeiam não só a educação formal e institucional (escola), mas, também, as exigências do cotidiano nas ruas, na família, no trabalho, pois estes espaços são, da mesma forma, instâncias formativas.

Nesse sentido, buscamos no presente estudo analisar a educação em sua forma mais ampla, entendendo que há uma relação entre a educação recebida no cotidiano e o comportamento social esperado nos ambientes públicos e privados pelos sujeitos, em especial pela mulher. Intitulamos essa educação de “educação de salão”, educação esta que visava preparar o público feminino para os papéis sociais de esposa e mãe, de modo a representar socialmente sua família por meio de práticas comportamentais que destacassem as “boas maneiras”, fazendo a distinção de classe e de conduta moral. Portanto, por trás das nossas maneiras de agir em sociedade, tais como andar, falar, dançar, receber, conversar, há uma educação que pode ou não estar presente na escola, mas que de fato circula nos demais espaços sociais, como em casa, nas ruas, em uma festa ou num baile, em visitas, entre outros.

Assim, abordamos justamente a “educação de salão” recebida principalmente pelas mulheres das camadas médias e altas da sociedade ludovicense na virada do século XIX para o XX. Nesse período, o Brasil vivia uma espécie de “vertigem e aceleração do tempo”³.

¹ Entendemos por educação formal aquela fornecida pela instituição escolar.

² A escola não possui um papel descompromissado com a forma organizativa da sociedade, ou seja, ela não é neutra e, portanto, gira em torno da dinâmica social da camada dominante. Bourdieu e Passeron (2008) apontam que a escola legitima as práticas sociais dominantes, reforçando as desigualdades, pois são os grupos ou as classes dominantes que escolhem, arbitrariamente, as significações dignas de serem reproduzidas.

³ Segundo Neves (2006), esse era o sentimento que estaria presente nas principais cidades brasileiras que, como a capital (Rio de Janeiro), crescia e se tornava complexa tanto na política como na vida cotidiana; nas idéias e nas práticas sociais; na vida dentro das casas e no que se via nas ruas.

O País foi palco de uma série de transformações, como a consolidação do capitalismo, o crescimento do espaço urbano, a ascensão da burguesia e suas ideologias; no campo da política foi propiciada a queda do regime monárquico e da escravidão e o início de uma nova ordem política, a República. Todas essas mudanças influenciaram diretamente o cotidiano dos diversos segmentos sociais e os costumes de homens e mulheres. Como diz Schwarcz (2002, p. 67),

O século XX se inicia no Brasil, a despeito da vacilante política interna, sob os melhores augúrios. A euforia do novo regime político – complementada pela idéia de igualdade social que vinha junto com a abolição da escravidão – passava a certeza de que o futuro seria, ao menos, generoso. Além do mais, o surto industrial que começava a se afirmar nesse momento dava, ao regime inaugurado em 1889, novas bases econômicas. Todo esse panorama de otimismo resultaria, sobretudo na capital, em novos costumes e hábitos e num incremento na até então pacata vida social.

Em São Luís, não foi diferente, pois desde meados do século XIX a cidade vinha buscando tornar-se mais urbana e moderna, deixando de lado as características que remontassem ao passado colonial e rural, daí a vinda dos fazendeiros para a capital, mais precisamente para o bairro da Praia Grande, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória estendendo-se para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Já na virada do século XIX e início do século XX, por exemplo, o centro da cidade era local de residência tanto dos fazendeiros quanto dos ricos comerciantes, marca da riqueza do período imperial, com seus sobrados e casarões. E ainda, a preocupação constante por parte dos governantes com a organização da cidade pode ser observada por meio dos *Códigos de Posturas (1892-1896)*⁴ existentes na época.

Portanto, o cenário deste estudo, o Brasil e por consequência o Maranhão, é formado por uma “[...] sociedade recém-egressa da escravidão, que guarda marcas e hierarquias arraigadas, e de um novo projeto político republicano que tenta se impor a partir da difusão de uma imagem de modernidade e de civilidade criada na contraposição com o Império” (SCHWARCZ, 2002, p. 43). Segundo Stuart Hall (1998, p. 14), “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as ‘modernas’”. Baudelaire (1996, p. 26) resume assim o sentido de modernidade: “é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”. Nesse aspecto, o país, de maneira geral, não podia perder de vista as mudanças e acompanhá-las. Como diz Schwarcz (2002, p. 25), “modernidade combina com avanço e nesse caso com progresso”.

⁴ Para maiores esclarecimentos sobre os Códigos de Postura que vigoravam em São Luís no final do século XIX e início do século XX ver: CARVALHO (2005).

De todo modo, as mudanças previstas no projeto de modernização das primeiras décadas republicanas, que ocorreram em São Luís, ficaram mais no discurso do que na prática. E, embora tenha havido um crescimento urbano e demográfico na Cidade nesse período, o principal símbolo⁵ de progresso e de moderno eram as fábricas têxteis que empregavam milhares de trabalhadores, principalmente mulheres. Além disso, o “moderno” e o “civilizado” também passavam pela inauguração de locais de diversão para a sociedade ludovicense, principalmente a elite, que constantemente reclamava nos jornais da monotonia da cidade.

Diante da vivência desses novos espaços por homens e mulheres, ocorreram mudanças nos comportamentos dos cidadãos e, como consequência, os hábitos diários, os valores sociais, os costumes, de maneira geral, foram dinamicamente reelaborados e um novo cenário se desenhava. Nesse novo cenário as imagens e papéis femininos e masculinos modificaram-se e foram reformulando-se, mesmo que com continuidades e novas roupagens, mediante a influência de novas demandas sociais, educacionais e civilizacionais.

O termo civilização⁶, segundo Elias (1994, p. 23), “refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes”. E ainda, “[...] Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos”. Não há, portanto, um conceito fechado de civilização. Além dos conceitos acima citados, Elias (1994, p. 54) expõe ainda que civilização é a consciência que o Ocidente tem de si. Ou seja,

Conceitos como *politesse* ou *civilité* tinham, antes de formado e firmado o conceito *civilization*, praticamente a mesma função que este último: expressar a auto-imagem da classe alta européia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou primitivos, e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgava mais simples e mais primitivo (ELIAS, 1994, p. 54).

⁵ Segundo Bourdieu (2005), os símbolos são instrumentos de conhecimento, comunicação e integração social, tornando possível o consenso acerca do mundo social e contribuindo para a reprodução da ordem social, dando lógica à integração e condição para se ter integração moral. O símbolo diz mais do que aquilo que mostra ou enuncia e carrega sentidos ocultos, construídos social e historicamente.

⁶ Para Elias (1994, p. 23-27), o conceito de “civilização” não significa a mesma coisa para as diferentes nações ocidentais. O autor informa que a diferença era maior entre o que os ingleses e franceses entendiam por “civilização” e o que os alemães entendiam pelo mesmo termo. Para os ingleses e franceses, o conceito significa “seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade”. Já para os alemães, *Zivilization* significa “algo fútil”. E a palavra que para os alemães expressa “orgulho em suas próprias realizações e no seu próprio ser” é *Kultur*.

Antes do conceito de civilização ou *civilization*, tivemos o de *courtouisie* e *civilitéé*. A *courtouisie* era as formas de comportamento das grandes cortes feudais. No decorrer da história, esse termo vai entrando em desuso e nos séculos XVI e XVII, “o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável” (ELIAS, 1994, p. 111). Jean Starobinski (2001, p. 11) informa que em francês, o termo civilizar é encontrado no século XVI, possuindo dois sentidos: “[...] levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos” e também, “[...] em jurisprudência: tornar civil uma causa criminal”.

Somente no século XVIII temos, com o aburguesamento da sociedade de corte, a substituição do conceito de civilidade⁷ para o de civilização ou *civilization*. Nesse período duas ideias sobre civilização se fundem, o que “[...] constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie” junto ao de “politesse” e “civilitéé”. (ELIAS, 1994, p. 62)

Já o conceito de civilização que se firma no século XIX, cujo desenvolvimento no mundo ocidental data dos primórdios da modernidade, era a grande aspiração da elite ludovicense, que procurava se moldar aos valores, etiqueta e modas do velho mundo. Desse modo, esse termo era utilizado pelas elites para destacar-se das outras camadas da população ludovicense, que eram consideradas como a imagem da barbárie, além de marcar a diferença em relação aos tempos imperiais, tendo em vista a escravidão e a rural, em que os modos eram considerados mais “grosseiros”. E ainda, nas mãos da classe média em ascensão, é ampliada a ideia sobre o que seria necessário para tornar civilizada uma sociedade, à imitação da elite. Sendo importante ressaltarmos que o “processo de civilização” baseava-se na eliminação do que era considerado bárbaro e irracional, e esse processo civilizador deveria passar principalmente pelo refinamento das maneiras.

Perante as modificações que aconteciam na sociedade, no que diz respeito à suposta ordem social, aos costumes e às relações entre homens e mulheres, como “a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas ‘de boa família’, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo que se fizesse necessário”, os conservadores e as instituições que detinham o poder de normatizar trataram de reprimir e disciplinar os comportamentos tidos como ameaçadores à “ordem familiar”. A família, portanto, “foi considerada o mais importante ‘suporte do Estado’ e única instituição capaz de represar as intimidadoras vagas da ‘modernidade’” (MALUF; MOTT, p. 1998, p. 372-374).

⁷ Civilidade, segundo Revel (1991) na linguagem clássica, se torna sinônimo de polidez.

Assim, na tentativa de disciplinar e controlar os comportamentos tidos como ameaçadores, a “educação de salão” também tornou-se um dos principais instrumentos.

A educação formal, juntamente com as mudanças em São Luís, obteve melhorias nas primeiras décadas do período republicano. Aumentou o número de escolas, o qual já vinha crescendo desde o século XIX, tanto na esfera pública quanto na privada de nível secundário e primário. Além disso, houve uma melhoria na educação feminina, visto ter aumentado o número de vagas para mulheres nas escolas, havendo ampliação das disciplinas e o direito de elas estudarem em salas juntamente com homens, embora os conteúdos ainda objetivassem limitar-lhes as possibilidades de crescimento intelectual, que as levassem a uma possível independência profissional.

Todavia, mesmo as mulheres tendo conquistado a instrução, tanto no ensino primário quanto no secundário, esse espaço ainda continha barreiras que norteavam o comportamento feminino, tendo em vista haver disciplinas voltadas somente às mulheres, como, por exemplo, costura, bordados, pinturas, entre outras. Também havia muitas regras comportamentais que circundavam as representações⁸ e papéis femininos, normalmente vinculando as mulheres ao dever de “ser boa mãe, esposa e dona de casa” e, ainda, uma anfitriã perfeita.

Para ser uma anfitriã perfeita, a mulher necessitava ter como base as regras de comportamento, ou melhor, as regras de etiqueta. A *etiqueta* servia como indicador de posição do indivíduo no frágil equilíbrio de poder entre diversas famílias. Até a época de Luís XIV, o que dava aos atos ditos dentro das normas de etiqueta o “seu significado grandioso, sério e grave era tão-somente a importância que eles atribuíam aos participantes no seio da sociedade de corte, a posição de poder relativa a cada um o nível e a dignidade que manifestavam”. Portanto, a etiqueta era preservada como exclusividade do rei e, no máximo, da sociedade de corte que o acompanhava. Mais tarde, essa exclusividade se diluiu e a etiqueta tornou-se explicitamente um “fetiche de prestígio” (ELIAS, 2001, p. 103). Como informa Elias (2001, p. 103), “uma vez que a hierarquia dos privilégios foi criada segundo os parâmetros da etiqueta, esta passou a ser mantida apenas pela competição dos indivíduos envolvidos em tal dinâmica, privilegiados por ela e compreensivelmente preocupados em preservar cada um dos seus pequenos privilégios e o poder que eles conferiam”.

⁸ A representação pode ser pensada como as “configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 1991, p.183-184), ou seja, consiste em entender o mundo “real” como sendo construção dos homens e mulheres ou de grupos sociais. Isto é, o campo das representações são todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida (PESAVENTO, 2003).

Dessa forma, desde muito antes do período estudado,

a etiqueta e o cerimonial tornaram-se cada vez mais um *perpetum móbile spectral*, que em função disso existia e se movia com total autonomia em relação ao valor utilitário imediato, como que impelido por um motor inesgotável, pela competição dos homens envolvidos em busca de *status* e poder – tanto entre si quanto em relação a massa dos excluídos – e por sua necessidade de um prestígio claramente delimitado (ELIAS, 2001, p. 104).

Enfim, a prática da *etiqueta* incide em uma autoapresentação, demarcando a posição do indivíduo dentro da luta pelo poder, prestígio e *status*, no mercado de opiniões (ELIAS, 2001). E nessa luta a mulher é a principal protagonista, pois os possíveis deslizes de etiqueta de uma mulher acarretariam o desmorroneamento do nível social e possivelmente da honra da família, visto a diferenciação social se fazer pelo domínio da *etiqueta* e pela ostentação econômica que esse domínio transcende.

Desse modo, a partir do século XIX, os manuais de etiqueta ou de civilidade passaram a “oferecer conselhos sobre refinamento nesse mundo que se propõe democrático, embora sob as inspirações dos ideais de simplicidade e igualitarismo transpareçam um repúdio à afetação, uma falta de incentivo à rigidez, à pompa e ao luxo exagerado” (PILLA, 2004, p. 60). Portanto, além dos discursos que vigoravam na época, no que se refere à igualdade, democracia, entre outros, os manuais reforçavam ainda mais o cunho distintivo e exclusivista que a sociedade desse período procurava demarcar.

Então, devido às transformações que aconteceram no cenário urbano brasileiro e, neste caso, no ludovicense, entre o fim do século XIX e o início do século XX, propiciando o aumento dos espaços de sociabilidade⁹, a mulher, especificamente a de elite, passou a ter maior contato com a vida pública e, ao sair para os diversos espaços, tinha que adotar certos comportamentos baseados na etiqueta, frutos da educação no lar.

Todo o aparato educacional, formal ou assistemática, ajudava na formação do comportamento feminino. Portanto, à mulher eram atribuídos comportamentos doces, suaves, delicados e polidos. Já o homem teria que ser forte, sério, rígido e racional. Além do lar e da escola, havia na época as revistas, os jornais, as obras literárias e os manuais de etiqueta que conduziam a mulher a adquirir tais modos de comportar-se, apresentando-os, muitas vezes, como naturais. Por isso, para os homens e para as mulheres da elite esses padrões comportamentais eram ainda mais rigorosos, pois essa camada social tinha necessidade de mostrar maneiras polidas e servir de modelo para a sociedade.

⁹ Segundo Pimentel (apud BRANCO, 2008, p. 46), a sociabilidade é um “fenômeno que deriva do ato de reunir-se socialmente, estar com o outro, para um outro, contra o outro que, através do veículo dos impulsos e propósitos, forma e desenvolve conteúdos e interesses materiais ou subjetivos [...]”.

O “possuir boas maneiras” simbolizava a necessidade da elite de diferenciar-se das outras camadas da população, sendo uma forma de diferenciação social e também uma forma de manter o *status quo*. Portanto, são signos diferenciais e distintivos de “classe”, o que faz com que os produtos de seu funcionamento estejam predispostos a funcionar como instrumentos de *distinção*.

Bourdieu (2007, p. 9) afirma que o gosto, “em matéria de cultura legítima”, não é um dom da natureza, mas, sim, produto da educação, bem como da origem social. E informa ainda que “os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da ‘classe’” estão na base da *distinção* entre as camadas sociais. Desta forma, a reprodução moral, ou seja, a transmissão dos valores e virtudes, a maneira de ver o mundo simbólico, convém de fundamentação legítima para a adesão a *habitus*¹⁰ distintos e desiguais, intensificando a hierarquia do culturalmente aceito ou ignorado; do autêntico ou inautêntico exemplificado na maneira de vestir, no cardápio, pois o *habitus* é parte do início da organização e distribuição nas relações sociais.

Isso posto, podemos inferir que para se possuir um gosto refinado e, conseqüentemente, maneiras refinadas, deve-se possuir um arcabouço anterior de símbolos. Isto é, as maneiras que são ditas corretas devem fazer sentido para os que delas se utilizam. Como diz Bourdieu (2007, p. 10), “a obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada”. Dessa forma, o que para as camadas populares não faz sentido algum, como, por exemplo, a forma de sentar de uma mulher, ou mesmo a organização de uma mesa, para a elite isso tem sentidos, de tal modo que normas e critérios tão firmes, ao serem descumpridos, poderiam causar constrangimentos e até denúncias.

Diante disso, o espaço social que o indivíduo ocupa está estreitamente vinculado ao que vai conceber como belo ou feio, distinto ou vulgar. Ou seja, as condições reais e simbólicas em que ele vive irão construir um *habitus* e este deverá objetivamente ser classificado nessa ou naquela posição social, caracterizando “diferentes grupos e as diferentes práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 205). E ainda como diz Bourdieu (2007, p. 14), “a arte e o

¹⁰ Segundo Bourdieu (2005, p. 61), *habitus* “é um conhecimento adquirido”, ou seja, é “uma espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional no espaço”. Portanto, o *habitus* implica um “conjunto de esquemas interiorizados”, através do condicionamento do indivíduo feito por meio das experiências sociais e, particularmente, as experiências educacionais iniciais (BOLTANSKI, 2005, p. 160-161). Considerando que os hábitos dos indivíduos tornam-se automatizados, não reflexivos, funcionando como uma segunda natureza, torna-se importante salientar o peso da disciplina para a incorporação das novas regras de comportamento em voga no início do século XX para a aquisição de novos hábitos considerados mais civilizados.

consumo artístico estão predispostos a desempenhar [...] uma função social de legitimação das diferenças sociais”. O mesmo podemos dizer das maneiras.

Além disso, havia (e ainda há) a diferenciação no comportamento dos sexos, isto é, o comportamento de um homem em nada devia se parecer com o de uma mulher, tornando-se o *gênero* um divisor de águas no que diz respeito à própria educação formal, bem como à “educação de salão”, às maneiras de comportamento.

Nessa perspectiva, os estudos de *gênero* têm sido utilizados, desde a década de 1970, para “teorizar a questão da diferença sexual”. Portanto, será utilizado neste estudo como base para a análise da relação entre as mulheres e os homens, visto acreditarmos que “nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado” (SCOTT, 1996, p. 1). No caso da pesquisa em questão, a mulher de que se está tratando é a das camadas médias, bem como as camadas altas da sociedade ludovicense.

O conceito de *gênero*, segundo Scott (1996, p. 11), apresenta dois significados: o primeiro aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”; e o segundo menciona que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Por isso, para além de uma discussão binária entre o masculino e o feminino, levando em consideração somente as características sexuais e biológicas, o gênero busca a relação entre o homem e a mulher na sociedade e no tempo. Dessa forma, “por sua característica basicamente relacional, o gênero procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados” (MATOS, 1997, p. 87).

Ante o exposto, o conceito de gênero ratifica que a biologia não é destino; ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminina, pois estes significados são socialmente construídos através do processo educacional que molda as identidades de sexo e gênero. Conseqüentemente, a construção e as expressões relativas à masculinidade e à feminilidade são variáveis e plurais no espaço e tempo. De acordo com Bourdieu (1999, p. 3), as diferenças de sexo e gênero são produto de um “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social”, que inverte “a relação entre as causas e os efeitos e [faz] surgir uma construção social naturalizada (os “gêneros” enquanto *habitus* sexuados) como fundamento natural da divisão arbitrária que está no princípio tanto da realidade como da representação da realidade [...]”.

Pautados nas reflexões teóricas de *gênero*, analisaremos a educação feminina, entre os anos de 1890 e 1920, na tentativa de desvendar as intrincadas relações entre a mulher e a sociedade. Assim, este estudo, baseado na categoria de gênero, serve ainda como uma forma de indicar as “construções sociais”, isto é, a criação das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Papéis estes que são os padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que deliberam, entre outros, seus modos de se relacionar, se portar, seus comportamentos, suas roupas e, por meio do aprendizado desses papéis, cada indivíduo deverá conhecer o que é ou não adequado para o homem e para a mulher numa determinada sociedade.

Diante disso, o presente estudo objetiva analisar o comportamento social da mulher e sua relação com a educação feminina, em seu sentido mais amplo, tomando como base as mudanças que ocorreram em São Luís no sentido de tornar-se uma cidade “moderna”, com avanços qualitativos e ao mesmo tempo conservadores. Isso posto, norteiam este estudo as seguintes categorias: *modernidade, civilização, etiqueta, distinção e gênero*.

Convém salientarmos que nosso interesse por esta pesquisa sobre a educação feminina no início da República foi instigado a partir dos estudos realizados para o trabalho monográfico de conclusão de curso de graduação intitulado “ENTRE MODOS E MODAS: modernização e civilidade em São Luís na segunda metade do século XIX”, no qual buscamos analisar as mudanças de comportamento social da elite ludovicense, tendo como fio condutor seus padrões de vestimenta e etiqueta na segunda metade do século XIX.

Dando continuidade a esses estudos, na pós-graduação, buscamos trilhar pelas mudanças ocorridas em São Luís baseadas no ideal republicano, no discurso de modernidade e de civilização, nas mudanças ocorridas na cidade, tais como: o aumento dos espaços de sociabilidade, a melhoria na infraestrutura, a ampliação da educação formal e a “educação de salão”, especialmente feminina, estabelecendo como recorte cronológico as décadas iniciais da República: 1890-1920. Face à leitura dos jornais e revistas da época, percebemos que esta apontava para a necessidade de formação e existência de uma sociedade ludovicense civilizada - muitas vezes chamada de “*high-life*”, “boa sociedade”, ou ainda, “elegantes ornamentos da sociedade” -, que tivesse adaptada à convivência nesses novos locais de sociabilidade. Focamos na pesquisa a mulher de elite e da camada média, pois o direcionamento dos comportamentos ditos corretos, normalmente voltava-se para a mulher, dona de casa ou donzela, pertencente a essas camadas sociais.

Vale salientarmos que no decorrer desta pesquisa surgiram várias idéias, questionamentos; fizemos leituras e observações as quais, muitas vezes, conflitavam entre si. Todavia, como é aconselhado por Bourdieu (2005), tentamos partilhar as dificuldades, pois, segundo este autor, nada mais universalizável que as dificuldades.

Por outro lado, nessa longa trajetória uma das principais angústias do(a) pesquisador(a) é a definição da metodologia. Segundo Gedhin (2008, p. 107), isso acontece devido “as representações inadequadas construídas sobre esse conceito, bem como ao papel conferido à metodologia no exercício da pesquisa”. Alguns teóricos entendem a metodologia somente como os procedimentos de organização de dados empíricos, isto é, como um mero instrumento.

No entanto, a metodologia deve ser pensada e utilizada “como um processo que organiza cientificamente todo o movimento reflexivo, do sujeito ao empírico e deste ao concreto, até a organização de novos conhecimentos, que permitam nova leitura/compreensão/interpretação do empírico inicial” (GHEDIN, 2008, p. 107). Esta forma de conceber a metodologia é chamada de reflexiva, pois permite dar significado e coerência ao trabalho, isto é, se entrelaça com a pesquisa, funcionando como fio condutor do trabalho de pesquisa científico.

Nessa perspectiva, o objeto¹¹ desta pesquisa é a educação feminina e sua relação com o comportamento social da mulher. Dessa forma, tem-se uma necessidade constante de problematizar o objeto, pois o problema de pesquisa é um dos pontos-chave para o seu desenrolar. Segundo Bachelard (1996, p. 51), “sem o equacionamento racional da experiência determinado pela formulação de um problema, sem o constante recurso a uma construção racional bem explícita, pode acabar surgindo uma espécie de inconsciente do espírito científico”. Por isso, devemos iniciar a pesquisa com a formulação de problemas, pois “digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo” (BACHELARD, 1996, p. 18). Enfim, para o espírito científico o conhecimento se dá com a resposta de um problema.

¹¹A construção de um objeto de pesquisa requer cautela. É um processo em que há construções, desconstruções, continuidades, discontinuidades, rupturas, abstrações, enfim, é um processo de idas e vindas em que o pesquisador deve estar atento e em constante retorno às suas fontes, às teorias e ao próprio objeto. Ao debruçar-se num determinado objeto, o pesquisador, mesmo que indiretamente, tem qualquer forma de vinculação com o objeto por ele escolhido. Isso ocorre porque o objeto não tem “vida própria” e não está isolado, ao contrário, ele está em meio a um conjunto de relações dentre as quais, muitas vezes, o próprio pesquisador está inserido. “Todavia construir um objeto científico é antes de mais, e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com as representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros” (BOURDIEU, 2005, p. 34).

Em face disso, consideramos oportuno questionar: Quem formava a elite feminina? Quais os atributos pertinentes essa elite? Quais eram as representações acerca dessas mulheres? Que educação formal a mulher recebia no período estudado? O que significa “educação de salão”? Quais os comportamentos esperados pelas mulheres nos espaços de sociabilidade no meio urbano? Essas indagações se dão no contexto da virada do século XIX para o século XX, em que as representações sobre as mulheres estavam sempre vinculadas ao lar, ao casamento e à maternidade. Essas representações se remodelaram, ou seja, a mulher continuava sendo mãe, esposa, porém agora tinha que possuir educação suficiente para apresentar-se “bem” nos espaços públicos.

Destarte, deve-se *estranhar* o objeto de pesquisa e buscar sempre questioná-lo, desconfiando do que parece mais sólido na sua construção, não se deixando cair no que Bachelard (1996) chama de experiência primeira, fase em que o pesquisador tem o primeiro contato com as fontes de pesquisa e, muitas vezes, com a literatura acerca desta. Assim, devido ao ambiente “fantasioso” que esse primeiro contato proporciona é importante que haja uma vigilância constante por parte do pesquisador. O cuidado que devemos ter nesse estágio é o de não se deixar atrair pelos dados “empíricos” da pesquisa; o correto é duvidar das condições apresentadas nesse primeiro momento.

Toda essa precaução ocorre porque “a primeira visão empírica não oferece nem o desenho exato dos fenômenos, nem ao menos a descrição bem ordenada e hierarquizada dos fenômenos” (BACHELARD, 1996, p. 37). Preocupação trazida também por Bourdieu (2005, p. 23), com a denominação de *evidence*, ou seja, não se pode, pois, “tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento (na *evientia ex terminis*, a “evidencia cega” dos símbolos [...]), na aparência dos fatos ou fenômenos que as fontes trarão, principalmente no início da pesquisa. Precisa-se buscar, através de questionamentos e embasamentos teóricos, o fundamento do que se apresenta de imediato.

Assim sendo, ao analisarmos os jornais, revistas, obras literárias e manuais de etiqueta da época, não podemos atribuir-lhes um caráter de fonte de verdade. Temos que buscar o que está por trás de cada artigo de jornal, cada informação e instrução das revistas e dos manuais de etiqueta, tentando observar os interesses e os jogos de poder presentes nas entrelinhas desses vestígios da história. Vale ressaltarmos que a investigação não tem como

intuito julgar as fontes como falsas ou verdadeiras¹², mas sim compreendê-las e analisá-las em seu processo de construção, entendendo que elas são dotadas de representações acerca da sociedade do período de 1890 a 1920.

Em relação às fontes para tal investigação, buscamos a partir das categorias elencadas anteriormente, analisá-las e como propõe Certeau (2002, p. 83), “[...] não se trata apenas de fazer falar estes ‘imensos setores adormecidos da documentação’ e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa, transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente” (CERTEAU, 2002, p. 83). Ou seja, interpretá-los ou “dar lugar” às fontes, pois elas não falam por si.

Considerando, portanto, as novas abordagens¹³ e a possibilidade de utilização de diversos tipos de fonte e de estudos interdisciplinares, no presente trabalho usamos fontes variadas para a abordagem do tema. Isso porque, em se tratando das mulheres, há um parcial silêncio das fontes, tendo em vista que

[...] as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito (PERROT, 2008, p. 17).

Assim, existe uma dificuldade de se reunir documentos e vestígios acerca das mulheres, pois o que se tem é um grande fluxo de discursos sobre elas e inúmeras imagens, literárias ou plásticas, em geral feitas por homens, ignorando o que elas pensam sobre si mesmas.

As fontes acerca das mulheres nos arquivos estão presentes na documentação dos arquivos policiais e judiciários, principalmente a partir do século XVII e XVIII, quando havia uma obsessão pela ordem nas ruas, e a mulher é o ícone da contravenção da ordem. Já os arquivos privados são os que mais possibilitam “visualizar” a mulher, dado o papel desta na família, e a possibilidade de se encontrarem diários, correspondências e outros (PERROT, 2008). Contudo, os arquivos privados são uma raridade, principalmente em se tratando de São Luís. Daí a máxima utilização das fontes presentes na Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público Estado do Maranhão, tais como jornais, revista, obras literárias e,

¹²Como informa Marc Bloch (2001, p. 125-135), uma palavra domina os estudos de um historiador: “compreender”. Mas é importante perceber que compreender não significa em nada passividade, pois para fazer uma ciência será necessário duas coisas: “uma realidade, mas também um homem”. O historiador, portanto, “escolhe” e “tria”, enfim, “analisa”.

¹³Foi somente com a renovação temática, ocorrida a partir do século XX no campo da História, com a *Escola dos Annales*, cujos estudos sobre “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim, uma miríade de questões antes ausentes” (PINSKY, 2006, p. 113), que se alterou também a própria concepção de documento e sua crítica.

principalmente os manuais de civilidade e etiqueta, entre outros, inclusive aquelas fontes que as mulheres passaram a escrever.

Dessa forma, especialmente no que se refere ao estudo da educação relacionada ao comportamento social da mulher, tal estudo requer a utilização de fontes diversas, escritas, impressas e manuscritas, oficiais e privadas. Portanto, além das obras utilizadas para um maior embasamento e conhecimento sobre o tema, foram utilizados como fonte os jornais, as revistas, os manuais de etiqueta e civilidade e as imagens, que nos permitirão conhecer a educação e o comportamento esperado das mulheres das camadas médias e altas da sociedade ludovicense entre os anos de 1890 e 1920.

Os variados jornais que circulavam em São Luís nesse período, como: *A Campanha*, *A Cruzada*, *A Fita*, *A Pacotilha*, *A Pátria*, *A Rua*, *A Tocha*, *Correio da Tarde*, *Diário do Maranhão*, *Gazeta do Povo*, *O Abelhudo*, *O Canhoto*, *O Federalista*, *O Jornal*, *O Porvir*, que não são repositórios do real e sim um registro acerca do real, serviram para se observarem os anúncios, as notas e os artigos relacionados à educação, ao comportamento, ao refinamento e à etiqueta das mulheres. Também proporcionaram a análise dos anúncios de serviços voltados à higiene e à preocupação com a saúde e aparência, no sentido de se observar o que era consumido pelas mulheres da elite, à época.

A Revista Elegante, publicada de 1892 a 1906 em São Luís, é um periódico literário e recreativo, também preocupado com a arte de trajar (nele contêm diversas colunas tratando da elegância feminina, foi relevante para este estudo), por mostrar quais eram os produtos “modernos” e considerados “elegantes” utilizados pelas mulheres da elite ludovicense. Isso nos possibilitou a análise das maneiras de portar-se dessa elite e dos aspectos de distinção social que a diferenciava das camadas populares, além daqueles de distinção sexual. Nos romances procuramos traços da sociedade maranhense, mais precisamente da elite urbana, o que nos permitiu a análise do dia a dia dessa elite na virada do século XIX para o século XX e colher informações sobre a educação por ela recebida, seu comportamento e valores adotados.

Os manuais de etiqueta e civilidade que circulavam no Brasil chegaram às mãos da sociedade ludovicense, como o *Tratado de Civilidade e de Etiqueta*, de 1925, cuja autoria consta como sendo da Condessa de Gencé e *A arte da dança de sociedade*, de 1892. E, juntamente com as informações inseridas na revista e nos jornais, chegamos a utilizá-los para a análise dos padrões comportamentais tidos como corretos e refinados da época, por influenciarem o comportamento da elite ludovicense, principalmente das mulheres das camadas médias e alta da época.

E, por último, sabemos que as imagens, “assim como os textos e testemunhos orais, constituem-se uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (BURKE, 2004, p. 17). De modo que, as imagens utilizadas constam no Álbum do Maranhão, de 1908; na Revista Elegante, de 1892 a 1906; no Livro das Noivas, de Júlia Lopes de Almeida; no livro Três séculos de moda de João Affonso, publicado em Belém em 1923 e em nos seguintes jornais: *O Jornal*, *Diário do Maranhão*, *A Pacotilha* e *Gazeta do Povo*. Tais imagens foram utilizadas não como meras ilustrações, sem qualquer comentário, mas de modo a poder-se através delas visualizar e questionar as mudanças que ocorreram na virada do século XIX para o século XX, no que diz respeito às representações da cidade e aos comportamentos, papéis e funções dos homens e das mulheres do período estudado.

Nesse sentido, ao analisarmos jornais, revistas, manuais e imagens, objetivamos através destes apreender a educação de salão que as mulheres recebiam, porém não em uma perspectiva de descrever as posturas, mas de perceber que a organização de cada gesto revela um sinal de prestígio e das diferenças de gênero, simbolizando o poder (em relação às camadas sociais) e a submissão feminina (em relação ao homem).

É com essa concepção de metodologia e de produção do conhecimento científico e utilizando as categorias e fontes acima citadas, que trilhamos este caminho – de incertezas, de indas e vindas – na construção do trabalho intitulado “**A MULHER DEVE SER BELA, DEVE TER GRAÇAS E ENCANTOS**”: **educação de salão na São Luís republicana (1890-1920)**, pois, como nos mostra Certeau (2002, p. 67), “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; [...] que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade do autor’”.

Nessa perspectiva, para alcançarmos a proposta de análise, o texto está dividido em três capítulos. Diferente das análises tradicionais, escolhemos iniciar o estudo desenhando as nossas protagonistas. Este, feito por meio do discurso apresentado nos jornais, nas revistas, em obras literárias e nos poemas que abordavam o modelo de mulher e família dito “ideal” na época. Para tanto, buscamos tratar dos mecanismos de diferenciação social que a elite feminina ludovicense utilizava para distinguir-se das outras camadas e se autoafirmar na “boa sociedade”, visualizando a preocupação das mulheres com a aparência, por meio da higiene, da saúde, da moda, da beleza, do casamento, entre outros aspectos sociais e físicos, e perceber a importância de se utilizarem desses aparatos para a manutenção do *status social* da elite, bem como para a manutenção do *status* de mulher da época.

Em seguida, no segundo capítulo, voltamos o olhar para o discurso de modernidade que ecoou em São Luís, com a implantação da República e as mudanças em seu cenário, com medidas de melhoramento urbano, assim como a inserção da mulher nos espaços da cidade. *Pari passu*, a educação também se moldava, obtendo de forma geral, melhorias e avanços qualitativos. E, para além disso, a educação tornou-se instrumento de modernização do Brasil, em especial de São Luís, por ser considerada a via para, alcançar-se o progresso da nação. Esse discurso, pois, que foi pano de fundo para as mudanças no que concerne à educação da mulher, “pilar de sustentação do lar”.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos a formação de uma “elite urbana” que, na tentativa de atualizar-se com os padrões civilizacionais, a urbanização e modernização da cidade, buscou, não só por meio da implantação e construção de escolas, formas ou instrumentos para tornar-se “moderna” e “civilizada”. Mas, para a elite, principalmente as mulheres, a distinção perante as outras camadas sociais e o aparentar riqueza se dava através de outro tipo de educação: aquela voltada para o traquejo social, para o comportamento nos espaços públicos. Essa educação foi intitulada para efeito deste trabalho de “educação de salão”, educação recebida pelas mulheres. Para esse fim, utilizamos obras consideradas manuais de civilidade e de etiqueta, mostrando como a educação feminina passava pela necessidade de a mulher exercer melhor suas funções “naturais” como esposa e mãe, além de adotar um bom comportamento nos espaços de sociabilidade. Esta estratégia contribui para exercer-se o controle para a manutenção do papel da mulher mãe, esposa e dona de casa, bem como para a modelação das ditas “boas maneiras”, tendo em vista os conteúdos veiculados nesses manuais.

Cabe ainda esclarecermos acerca da grafia das transcrições dos documentos apresentados, ou seja, por entendermos que a manutenção da escrita da época aproxima-nos através do texto ao contexto do passado, mesmo sabendo que o passado nunca poderá ser alcançado, optamos por mantê-la na forma original encontrada nos documentos aqui utilizados.

Este estudo sobre a “educação de salão” recebida pelas mulheres propiciou o contato com uma temática que permite novos olhares sobre a história do Maranhão, bem como sobre a história da educação neste Estado, pois nos permite compreender que a educação está envolvida também com a moldagem do indivíduo para a sua inserção no convívio social. E que o resultado dessa moldagem aparece como natural; como símbolo de pertença a uma determinada camada social - a elite; e como símbolo das diferenças entre os

sexos. Além disso, possibilitou-nos visualizar as várias vertentes de abordagem sobre a sociedade ludovicense, sobremaneira no que se refere ao comportamento social, aos costumes, à moda e educação.



i "A fina flor da nossa elite social":
elite feminina

As mulheres são as flores da humanidade e criaturas angelicas, delicadas, e frágeis, cuja fraqueza implora nosso apoio, cuja ternura chama nosso amor, cuja doçura corrige nossa rudeza, cuja bondade inspira nos a virtude, cuja a graça é um dos mysterios da natureza um dos mais poderoso encantos da vida.

Divindades mortaes, seus olhares encantadores, seus sorrisos mágicos, suas palavras benévolas produzem o efeito de um balsamo salutar applicado às chagas da alma.

Julied (O FEDERALISTA, 07 jul. 1903)

As mulheres ocidentais, “flores da humanidade”, eram representadas como “angelicais, frágeis e delicadas” entre outras “qualidades”. Tais representações foram sendo construídas ao longo do século XVIII e XIX na Europa e importadas para o Brasil e mantiveram-se no início do século XX, porém com novas conotações e relacionadas às questões que surgiram com a expansão do espaço urbano, passando a ser valorizadas como características que identificavam uma mulher de “boa conduta” e que se quisesse de elite. Estas aparecem, com frequência, nos jornais de São Luís da época e constituíram-se vitrina de classe, forma de distinção e, ao mesmo tempo, de legitimação da desigualdade que a acumulação de riquezas tornava cada dia mais flagrante.

Como podemos perceber, as representações acima citadas pelo jornal “O Federalista”, de 1903, não destacava a lavadeira, a mulher que trabalhava no comércio, as vendedoras que trilhavam nas ruas vendendo comidas em geral. Enfim, não interessava a esse jornal as inúmeras atividades que eram exercidas por estas mulheres, pois, havemos de convir,

fragilidade e fraqueza não se encaixavam na sua rotina diária. Somente os papéis e comportamentos tidos como ideais na relação com os homens é que contavam e eram destacados.

Desse modo, em meio às transformações que ocorriam no Brasil e que se consolidaram nos finais do século XIX e início do século XX, tais como a implantação da República, a consolidação do capitalismo, o fim da escravidão e o crescimento das cidades, fizeram com que as relações sociais e de gênero fossem da mesma forma afetadas e, mesmo que minimamente, transformadas. Em vista dessas transformações, a elite, na tentativa de demarcar e também de remarcar o seu lugar no novo cenário, buscou de todas as formas manter os discursos acerca do modelo de homem e de mulher ideal a partir do seu lugar social¹⁴, ou seja, do que os cercava objetivamente e subjetivamente.

Para tanto, vale analisarmos quem eram os personagens que compunham a elite ludovicense, como também as outras camadas da população nesse período. Isto é, quais os mecanismos de diferenciação social que a elite utilizava para distinguir-se das outras camadas e se autoafirmarem na “boa sociedade”?

1.1 Do fausto ao fastio: camadas de pertencimento

O Brasil, até o início do século XIX, era um país cuja população vivia quase em sua totalidade no meio rural e mantinha resquícios do período colonial. Os homens que viviam em fazendas comumente tinham seu comportamento considerado “grosseiro” e “rude”, trabalhando diretamente com a terra e os animais, vivendo de pouco luxo. Normalmente, suas casas possuíam poucos móveis, roupas e outros utensílios e estes eram fabricados em suas próprias fazendas (SCHPUN, 1999).

Além disso, havia poucos encontros entre as famílias desses fazendeiros por conta da distância entre as fazendas e a conseqüente dificuldade de comunicação. As mulheres, normalmente gordas após as gestações, usavam vestidos largos, com tecidos grosseiros costurados por elas mesmas, e não estavam a par de qualquer tipo de novidades, principalmente da moda e das normas de etiqueta utilizadas nos países europeus (FREYRE, 1987). Para esses fazendeiros, o que lhes concedia *status* eram suas terras e o número de escravos.

¹⁴Lugar social, segundo Certeau (2002, p. 66-67) é o lugar de onde o autor (indivíduo) fala, pois a fala, a escrita, o discurso estão vinculados a “um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. Desse modo, toda produção escrita e falada de um indivíduo está limitada, ou melhor dizendo, articulada a imposições, privilégios e particularidades do indivíduo ou ao meio em que ele está envolvido.

A partir da segunda metade do século XIX, as transformações socioeconômicas foram paulatinamente mudando esse cenário. Segundo Besse (1999, p. 15), “a aceleração da Revolução Industrial na Europa trouxe ao Brasil as ferrovias e os navios a vapor, criou elevada demanda pelas culturas de exportação do Brasil e propiciou oportunidades de lucro sem precedentes [...]”, fazendo com que as cidades, principalmente as capitais, vivessem dinâmicas diferenciadas, tanto econômica quanto socialmente.

Com o crescimento das cidades e surgimento do modo de viver urbano que se fixou no início do século XX, homens e mulheres tiveram que adaptar-se à vida na cidade, que em vários aspectos diferenciava-se da vida rural, principalmente no que diz respeito à sociabilidade dos cidadãos. Desse modo, juntamente com a urbanização, modernização e a higienização física das cidades, foram redesenhadas novas atitudes, valores e comportamentos perante as situações do cotidiano. O “ser moderno” e “ser civilizado” passava não só pelo crescimento tecnológico, que resultou na instalação das fábricas, pelo crescimento demográfico e pela organização das cidades, como também pela vivência dos homens e mulheres que circulavam dia a dia nesses espaços. Assim, transformar as cidades do Brasil, principalmente as capitais em vitrine, “ajudaria a assegurar a posição do país entre as nações independentes, honradas e civilizadas do Ocidente”. Isso, “requeria ‘europeização’ e ‘modernização’ de seu espaço físico e da população” (CAULFIELD, 2000, p. 124).

As mudanças também ocorreram na disposição da sociedade, ou seja, na sua divisão social. Segundo Souza (1987, p. 112), nessa “nova sociedade” que se constituía,

a separação das classes não é rígida como a que existe entre as castas ou mesmo, como a que separa o grupo masculino do feminino. A classe é aberta e percorrida por um movimento contínuo de ascensão e descida, o qual afeta constantemente a sua estrutura, colocando os indivíduos de maneira diversa, uns em relação aos outros.

E ainda nos deparamos com o fortalecimento da classe média. Então, a fixidez hierárquica antiga (em relação ao Brasil colônia) foi substituída por uma “nova comunicação” entre os grupos. Segundo Besse (1999, p. 15), nos centros urbanos “agitados e modernizantes”, as classes médias ascendentes (de profissionais liberais, burocratas, pequenos empresários, comerciantes e empregados de escritório) cresciam e juntamente com os artesãos, operários industriais e escravos libertos, tratavam de minar a estrutura tradicional. Desse modo, como as formas de ascensão social eram das mais variadas, não bastava somente a riqueza, “mas sim ‘a sua utilização’”. Em outras palavras, a riqueza, ou pelo menos a aparência dela, estava nos menores detalhes, principalmente no que concerne “a família, a situação social e, mesmo, a participação na vida mundana [...]” (SOUZA, 1987, p. 115).

Portanto, diante do fortalecimento da classe média e das modificações no cotidiano dos cidadãos, foram criados métodos e critérios de julgamento que demarcavam a posição social de seus membros, e no “grande centro urbano é através do consumo de bens e do requinte de maneiras que julgamos a respeitabilidade de uma classe, o indivíduo tendo necessidade, para atingir um círculo muito mais vasto, de acentuar as diferenças sociais nos elementos passíveis de observação direta – como [por exemplo] a vestimenta [...]”. Diferente da realidade do meio rural, que até então era a única realidade brasileira, “[...] onde o vínculo é comunitário e o grupo suficientemente pequeno, [de modo que] é através do conhecimento efetivo da história de cada um – de sua história familiar, econômica ou social – que situamos o indivíduo nesta ou naquela classe” (SOUZA, 1987, p. 117-118). No meio rural maranhense, as diferenciações sociais também seguiam esse padrão, especialmente no sertão onde a sociedade baseava-se nos valores honra e lealdade e onde os fazendeiros pouco se diferenciavam na aparência dos seus vaqueiros e agregados¹⁵.

A vida urbana e o estreitamento das relações fizeram com que houvesse a necessidade cada vez maior de a elite reforçar o seu pertencimento a essa classe, dando ênfase à exteriorização de certos “dotes” que, *a priori*, pertenciam somente a eles, proporcionando-lhes maior segurança justamente pelo fato de que, no período, a classe média estava em ascensão em quantidade e em possibilidades financeiras de adquirir os bens da elite (SOUZA, 1987). A própria imprensa estava encarregada de espalhar a todos os que pudessem obter, ou pelo menos desejar, um gênero idêntico de conforto, moradia, vestimenta e polidez da “boa sociedade”.

Dessa forma,

À modernização da infra-estrutura econômica das cidades seguiram-se mudanças notáveis nos costumes sociais da elite. A coleta de lixo, os esgotos subterrâneos, a pavimentação das ruas, a iluminação [...] e (especialmente) um serviço regular de bondes permitiam que as mulheres da elite se aventurassem a sair de casa [...] com novo grau de conforto, segurança e facilidade. Seu isolamento físico em breve se tornou um vestígio impossível e indesejável do passado. Ainda que sempre acompanhadas de parentes ou empregadas, eram cada vez mais vistas em parques públicos, praias, casas de chá e lojas elegantes. E, com a intensificação da vida social, contribuíam para incrementar o *status* da família com a exibição de seus guarda-roupas europeus da moda e suas prendas sociais no teatro, nos bailes, nas festas e nos clubes esportivos (BESSE, 1999, p. 19).

Portanto, a mulher, nesse processo de “validação” da divisão social era uma peça fundamental no jogo entre as classes, pois foi ela, sobretudo a mulher de elite, quem mais aderiu aos novos espaços e buscava, por meio dos ornamentos externos, demarcar as

¹⁵Para maiores informações sobre a sociedade sertaneja maranhense ver CABRAL (1992).

diferenças (SOUZA, 1987). Ou, pelo menos, era ela o principal alvo dos discursos delineadores de uma “mulher ideal”.

Mas quem fazia parte da elite ludovicense? Onde viviam na Ilha de São Luís? E, ainda, quem era a mulher da elite ludovicense? Para Souza (1987, p. 111), as diferenças entre as camadas sociais vão se apresentando e

[...] um contraste não menos nítido que o da oposição dos sexos é o fornecido pela oposição das classes numa determinada sociedade, a qual tende se revelar através de certos sinais exteriores como vestimenta, as maneiras, a linguagem, chegando mesmo a refletir-se no modo pelo qual as pessoas se distribuem no espaço geográfico (grifos nossos).

Dessa forma, vale analisarmos quem era essa elite e onde estava localizada. Ao narrar acerca da sociedade ludovicense, Nascimento de Moraes, no romance “Vencidos e Degenerados”, traz o retrato da elite ludovicense dos últimos anos do século XIX, chegando ao início da República, descrevendo o esforço que esta camada fazia para manter seu *status social*:

Claúdio observava a *elite postiça*, [...], que ali se ostentava como deusa, escolhendo posição sobranceira e lugar que lhe parecesse apropriado e inconfundível, ofendendo com sua soberba modéstia dos simples; os ricos imaginários [...] a arrotar uma grandeza enganosa, e escarninha superioridade de condição, que não é luxo, mas que é muitas vezes extravagância de quem quer mostrar-se farto (MORAES, 1982, p. 74).

Como mostra Nascimento de Moraes, muitos dos candidatos à elite, não passavam de “ricos imaginários”, ou seja, de uma “elite postiça”, principalmente por conta da situação econômica em que estava envolvida a cidade de São Luís¹⁶.

Desse modo, como informa Correia (2006, p. 30), “a cidade de São Luís é também aquilo que tecnicamente dizemos ser uma população”. Neste sentido, para que entendamos o viver na cidade de São Luís e as diferenças entre as classes, é importante

¹⁶Meireles (2001, p. 306) denomina os primeiros anos da República no Maranhão como “ciclo decadentista”, pois em comparação com o século XIX (Império), quando São Luís era a quarta capital em importância, na República o estado fora excluído do número das cidades principais. O autor se refere às consecutivas crises dos produtos exportáveis (arroz, açúcar e algodão), que foram seguidas da ruína da economia agroexportadora escravista no início do século XX. Sabemos que embora o crescimento econômico seja real, houve um superdimensionamento desse momento da realidade econômica do período Imperial, mitificando-o como um tempo ideal inédito de prosperidade que, a posteriori, as lembranças nutriam a angústia da perda material. Para Manoel Barros Martins as representações produzidas por intelectuais regionais acerca da realidade maranhense, a partir do início do século XIX, conformam-se a duas imagens fundantes dos discursos de “riqueza econômica”: “um período de prosperidade sobreveria indubitavelmente um período de decadência avassaladora, que deveria ser combatido, por todos os espíritos lúcidos com vistas ao retorno, no porvir, a uma nova Idade do Ouro, da regeneração dimensionada pelo influxo do exemplo da antecedente”. Continuando sua reflexão Martins nos diz que tal perspectiva define um estado de decadência como sendo percebido, “aos olhos de quem sente e emite seu juízo, do ângulo geralmente estreito da idealização de um passado mítico que deve ser imitado para produzir um futuro destituído de possíveis ocorrências traumáticas” (MARTINS, 2006, p. 28).

observarmos seus personagens: de um lado, os que viviam nos sobradões; do outro, os que sobreviviam nos cortiços e nos “baixos sobrados” e, entre eles, a ascendente classe média.

Os edifícios, ou melhor, os sobradões foram erigidos por comerciantes, em sua maioria portugueses, e por (antigos) senhores de terras e escravos, que no período da chuva saíam de suas fazendas e neles se recolhiam para gozar do pequeno e iniciante conforto que a cidade passava a oferecer. Esses casarões, de estilo colonial português, abrigavam

[...] salas sofisticadamente decoradas numa imitação aos salões da nobreza francesa. ‘A luz das lâmpadas e candelabros’ refletiam no piso das salas, muitas vezes ‘já calçadas de mármore, ao gosto da loja de Mr. Ory, já forradas de esteiras da Índia e tapetes da Turquia’. Os aparadores vergam ao peso das iguarias, dos vinhos, dos cristais e porcelanas. As toalhas de linho adamascado ‘cegavam de alvura’. Toda uma decoração compatível com os hábitos daquela elite afrancesada foi usual nos sobradões das poucas famílias de maior projeção (LACROIX, 2008, p. 61).

Era nesses sobradões que habitavam os homens e mulheres da elite ludovicense a imitar o modo de viver europeu. Essa elite, na sua constituição, era formada basicamente por parte da população de funcionários públicos, médios e grandes comerciantes, donos de fábricas, por proprietários de terra e a ainda pelos letrados.

Por entre os candelabros, cristais e porcelanas deveria caminhar uma mulher abastada e “especial”, cujas representações os jornais desenhavam. Nascimento de Moraes, em “Vencidos e Degenerados”, faz uma clara distinção entre mulher da “alta sociedade” e a que se classifica de “classe média”, ao narrar a opinião de Cláudio Oliver acerca de ambas: “É que a primeira quando ensaia os primeiros passos da vida social, cultiva a exterioridade, o artifício da sua representação, e a segunda cultiva o sentimento, o coração. A primeira é mulher de luxo, a segunda é a do lar”. Continuando: “A primeira toca piano, a segunda, o vilão [...] A primeira canta trechos franceses e italianos [...] A segunda se embriaga com as estrofes de Dias e Sousândrade. A primeira lê o Eça e a segunda lê Macedo”. E por último, “a primeira lê sonetos nefelibatas que ela não compreende”. E “a segunda só lê os versos que lhe entornam nalma infindas comoções” (MORAES, 1982, p. 94).

E quem fazia parte da classe média ludovicense? Aqueles que galgavam um lugar na elite, frequentar os espaços da elite e ainda imitar o viver da elite. Este conjunto social era muito diversificado, formado por artífices, músicos, professores, pequenos comerciantes, “estudantes”, em especial as normalistas, e caixeiros. Essa camada que intermediava os dois níveis sociais extremos também era hierarquizada, possuindo uma pirâmide interior, em que no topo dela situavam-se os bacharéis em Direito, que abraçavam a profissão como meio de ingressar na carreira política e formarem a camada intelectual (CORREIA, 2006).

Em contradição a esse panorama, no perímetro da cidade a situação de moradia e dos serviços públicos era de total precariedade. Diferente dos casarões habitados pela elite no centro da cidade, as casas onde a população pobre morava eram afastadas do centro e sem acesso aos serviços públicos, sendo, muitas vezes, cobertas de palha.

Portanto, ao lado, ou melhor, abaixo desses sofisticados sobradões havia o que fora denominado “baixos sobradões”, habitados por emigrados, os quais provavelmente depois de cessados os conflitos como a Balaiada¹⁷, por exemplo, não retornaram a seus lugares de origem, juntando-se a eles os fugitivos das secas nordestinas e os que deixaram as fazendas e lavouras depois da Abolição (CORREIA, 2006). Eram locais considerados insalubres e de grande proliferação de doenças. As mulheres que os habitavam eram, geralmente, as operárias das fábricas, lavadeiras, domésticas, entre outras, que precisavam se submeter a jornadas de trabalho exaustivas, com rendas que mal davam para o sustento dos filhos, tendo ainda que conviver com o estigma social de serem confundidas com prostitutas por habitarem em ambientes considerados promíscuos (SILVEIRA, 2008). Essas mulheres diariamente saíam às ruas de São Luís para o trabalho, sua única fonte de sobrevivência.

Segundo Correia (2006, p. 40), na segunda metade do século XIX, “os bons ocupavam os altos: altos da hierarquia econômica e social, a qual lhes assegurava o viver nos altos sobrados”. Já nos baixos viviam os “tidos como inferiores, por serem justamente os que trabalhavam [...]”.

Assim, São Luís possuía duas faces: uma composta pela minoria da população que vivia em amplos, arejados e finamente decorados salões de altos sobrados, onde se ouviam falas galantes em francês, e o outro lado, formado pela grande maioria da população, que se estabelecia nos “baixos sobrados” e nos cortiços¹⁸, desprovida de condições mínimas de sobrevivência. Como informa Correia (2006, p. 45), ao analisar o cenário de desigualdade que marca a sociedade ludovicense, “o fausto convive com o fastio, porém tensos e conflituosos. Das janelas dos sobrados olham-se os cortiços, dos quais passam ao largo o luxo e as francesias”.

¹⁷A região onde se desenrolou a Balaiada (1822 -1841) compreende o Maranhão Oriental, Baixo Sertão e Pastos Bons. Segundo Santos (2010), a falta de articulação entre o Sertão Maranhense e o litoral, bem como o tenso relacionamento entre as camadas sociais do sertão e o poder provincial foram o gérmen do movimento da Balaiada. Várias forma as camadas sociais que participaram de tal movimento, contando com grande participação popular. As concepções políticas que fundamentaram os rebeldes foram o liberalismo constitucional e monárquico, ecleticamente entrelaçados com a defesa nativista de um nacionalismo exacerbado.

¹⁸Segundo Correia (2006), não havia uma definição clara do que era um cortiço. No entanto, convencionou-se que qualquer habitação que fosse imunda e apinhada de gente era um cortiço. Segundo a mesma autora, os registros sobre a existência de cortiços em São Luis datam de 1897.

1.2 Ser e parecer: atributos inerentes

O que temos então é uma cidade, São Luís, que no início do século XX se adaptava tanto política e econômica quanto social e culturalmente aos novos ditames do Brasil República, ao capitalismo e às relações burguesas, que requeriam um modo de viver urbano e “mundano”, principalmente para as mulheres. Diante desse contexto, a elite ludovicense buscava freneticamente estar a par desse “novo” modo de viver, o que implicava a utilização de diversos atributos e mecanismos para afirmar sua “superioridade hierárquica”. Neste caso, não bastava ser, mas sim parecer rico. E para isso, “[...] as tomadas de posição, objetiva e subjetivamente, estéticas – por exemplo, a cosmética corporal, o vestuário ou a decoração de uma casa – constituem outras tantas oportunidades de experimentar ou afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter” (BOURDIEU, 2007, p. 57). Pois, o gosto ou as preferências manifestadas através das práticas de consumo torna-se, então, o produto dos condicionamentos associados a uma “classe” ou fração de “classe”. Tais preferências têm poder de unir todos aqueles que são o produto de condições objetivas parecidas, distinguindo-os, todavia, de todos aqueles que, estando fora do campo socialmente instituído das semelhanças, propagam diferenças inevitáveis.

A literatura nos oferece várias representações referentes ao imaginário social acerca do jogo das aparências, ou seja, do parecer rico. Em “O Cortiço”, de Aluísio de Azevedo, mesmo tendo como cenário o Rio de Janeiro, traz o personagem João Romão, dono de uma estalagem, cortiço, e de um comércio, portanto, é um homem rico, mas como mostra a descrição: de “[...] aparência tão humilde e tão miserável; aquele sovina que nunca saíra dos tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquele animal que se alimentava pior que cães, para pôr de parte de tudo, tudo, que ganhava ou extorquia; aquele ente atrofiado pela cobiça e que parecia ter abdicado dos seus privilégios e sentimentos de homem; aquele desgraçado, que nunca jamais amara senão ao dinheiro [...]” (AZEVEDO, 2010, p. 110).

Enquanto isso o Miranda, português e também comerciante, era tão rico quanto João Romão, porém sua aparência e sua vida mundana eram de homem da “boa sociedade”, conforme podemos observar no texto abaixo:

Acompanhara-o desde que o Miranda viera habitar o sobrado com a família; vira-o nas felizes ocasiões da vida, cheio de importância, cercado de amigos e rodeado de adutores; vira-o dar festas e receber em sua casa as figuras mais salientes da praça e da política; vira-o luzir, como um grosso pião de ouro, girando por entre damas da melhor e mais fina sociedade fluminense; vira-o meter-se em altas especulações comerciais e sair-se bem; vira seu nome figurar em várias corporações de gente

escolhida e em subscrições, assinando belas quantias; vira-o fazer parte de festas de caridade e festas de regozijo nacional; vira-o elogiado pela imprensa e aclamado como homem de vistas largas e grande talento financeiro; vira-o enfim em todas as suas prosperidades [...] (AZEVEDO, 2010, p. 110).

Qual deles era considerado rico pela sociedade da época? A diferença entre dois homens ricos da época, então, não se dava pela quantidade de dinheiro e sim pelos ornamentos externos e pela sua boa circulação na alta sociedade. Desse modo, para a sociedade, Miranda possuía maior riqueza que João Romão. Mas como nessa sociedade havia a possibilidade de tornar-se rico, ao menos na aparência, João Romão, diante da inveja que sentiu quando Miranda foi designado Barão, convidou-o para tomar uma “chávena” de chá, e resolveu mudar de aparência, adquirindo alguns atributos da elite, isto é,

Desde que o vizinho apareceu com o baronato, o vendeiro transformava-se por dentro e por fora a causar pasmo. Mandou fazer boas roupas e aos domingos refestelava-se de casaco branco e de meias, assentado defronte da venda, a ler jornais. Depois deu para sair a passeio, vestido de casimira, calçado e de gravata. Deixou de tosquiar cabelo à escovinha; pôs a barba a baixo, conservando apenas o bigode, que ele agora tratava com brilhantina todas as vezes que ia ao barbeiro. [...] fez-se sócio de um *club* de dança e, duas noites por semana, ia aprender a dançar; começou a usar relógio e cadeia de ouro [...]. Nos dias de folga atirava-se para o passeio público depois do jantar ou ia ao Teatro São Pedro de Alcântara assistir aos espetáculos da tarde [...] (AZEVEDO, 2010, p. 145).

Destarte, a possibilidade de ascensão social e o constante surgimento dos chamados “novos ricos” fez com que a elite tivesse a necessidade de atestar suas, por assim dizer, configurações, ou seja, timbrar a sua marca no seio da sociedade como um todo. De modo que, para assegurar essa marca, precisava buscar através de vários atributos a tonalidade distintiva. Isso porque, como informa Souza (1987, p. 111),

[...] numa existência de aproximação constante e de freqüente confusão de seres de estratos diversos a que a vida urbana nos obriga, fosse necessário, para preservar uma demarcação social existente mas ameaçada, reforçar a todo momento uma realidade imponderável, cuja exteriorização conferisse a cada um maior segurança.

A esse respeito, podemos visualizar as sutis diferenças que separaram os grupos entre si, pois elas aqui e ali se petrificam. Como no convite feito para uma “bella ‘soirée’” no Cassino Maranhense, em que foram “distribuídos convites, por toda a fina flor da nossa elite social” (A RUA, 1913). Assim, através do discurso dos jornais e revistas observamos a reprodução de uma conjuntura determinada, em que a demonstração de distinção e a exposição de certo verniz social implicava focalizar as mulheres de uma determinada classe, especificamente as das camadas médias e altas. Conjuntura essa que está balizada pelo discurso do progresso e da civilização.

Como a “novidade” era a mulher de elite e aquela de parte da camada média na cena pública, a elas eram direcionados os maiores atributos. Como diz Schpun (1999, p. 95),

“a presença das mulheres de elite na cidade implica o contato entre as classes e demanda que essa exposição se faça com distanciamento e distinções sociais”. Desse modo, a exposição dos corpos femininos aos olhares e às opiniões era acompanhado de medidas civilizadoras.

Esses olhares e opiniões estavam focados justamente nos atributos da elite, pois qualquer deslize de um de seus integrantes causava danos à sua reputação. Dessa forma, para a manutenção desses atributos era de suma importância a “boa imagem” desta classe.

Assim, no que se refere a nossa análise, trataremos dos atributos sociais e físicos da mulher de elite.

1.2.1 “Estilo de vida”: atributos sociais

Em geral, a maioria da população distinguia-se da elite não só pela renda e ocupação, mas também pela “cor da pele, pela roupa e pelos costumes sociais” (BESSE, 1999, p. 14). Portanto, pelo seu “estilo de vida”. Dentre os atributos considerados distintivos, cultivados pelas elites se seguravam para manter o *status* social, destacavam-se os atributos sociais. Trataremos neste tópico de alguns costumes sociais praticados pela elite, com a finalidade de manter o *status* social e, além disso, como forma de “dar satisfação” para a sociedade.

1.2.1.1 *Matrimonial*

As famílias de elite convivem com exigências sociais que devem ser seguidas por todas as gerações, principalmente pelas mulheres. Uma delas é o casamento formal, fase imediatamente anterior à constituição da família e primeiro arranjo em direção à formação de um lar moral e dentro dos padrões europeus dos “bons costumes”. Segundo Besse (1999, p. 14), “[...] o casamento legal era sinal de *status* que os pobres raramente alcançavam. Para os que não tinham bens a defender, as uniões consensuais constituíam a norma, as taxas de ilegitimidade eram altas e as famílias dirigidas por mulheres eram muito comuns”.

O casamento era o ápice do “estado de mulher” (PERROT, 2008, p. 46), ou seja, a vida da mulher, em especial a de elite, era perseguida pelo ideal do matrimônio. A organização familiar, criada pela sociedade burguesa, que vigorou até o final do século XIX, estava fundada sobre “o casamento monogâmico, estabelecido por acordo mútuo; as paixões

são contingentes, e até perigosas; o melhor casamento é o casamento “arranjado” ao qual se sucede a afeição, e não vice-versa” (PERROT, 1998, p. 94).

Nesse sentido, o modelo familiar patriarcal, em que a mulher (filha) não escolhia o marido e não seguia as paixões, começou a perder força e a se dissolver diante das mudanças trazidas pela modernidade. Assim, a expansão do espaço urbano e o surgimento de novos espaços de sociabilidade propiciaram maior contato entre homens e mulheres, tornando o casamento por interesse desgastado. Todavia, o casamento ‘arranjado’ ainda vigorava no início do século XX e muitos eram os casamentos acordados pelas famílias (entre pai e pai), principalmente pelas famílias abastadas.

O casamento no início do século XX já havia perdido o caráter econômico de interesse (dote), porém, para que houvesse casamento, havia a necessidade de outros “dotes”¹⁹ que não fossem em forma dinheiro ou de bens, mas de moralidade, bons costumes e educação, “pois o verdadeiro dote de uma noiva eram suas qualidades morais”, ainda que fosse recorrente a existência do dote em dinheiro entre as famílias das camadas altas, como meio de garantir o futuro das mulheres em caso de desamparo marital, em vez de prepará-las para o trabalho e para a conquista profissional (ABRANTES, 2010, p. 108-111).

Nesse processo de busca de formas de distinção e exclusão, no casamento da virada do século XIX para o século XX, “o bom não contentava, procurava-se o melhor. A aparência física, as boas maneiras, o requinte na educação, a sofisticação do gosto etc., ingressaram na contabilidade do poder, quase em pé de igualdade com o dinheiro e os títulos de nobreza” (COSTA, 2004, p. 107-108). Essas e outras “qualidades” contavam na hora de escolher um marido e formar uma família “civilizada” e “moderna”. E quando “os termos de troca se tornam mais complexos: a beleza, a atração física entram em cena” (PERROT, 2008, p. 47). Todavia, essas “qualidades” recaíam principalmente sobre a mulher, pois ela era considerada o pilar da família. E, como afirma Perrot (2008, p. 47), “os encantos femininos constituem um capital”. (grifos nossos)

Além disso, havia a influência do romantismo, que trazia o amor como base para o “casamento feliz”. Na escolha do cônjuge, o dinheiro não era a principal e única exigência.

¹⁹Abrantes (2010) faz um estudo acerca do dote, mostrando-o como uma prática cultural que funciona como “moeda de troca” nos arranjos matrimoniais ou mecanismo de proteção para as mulheres ou mesmo para as famílias delas, além de sua ressignificação do dote e seu papel nas relações de gênero. Etimologicamente, a autora coloca que dote é uma palavra de origem latina e “significa os bens que uma noiva (ou noivo) levam para o casamento”. Segundo a autora, o dote vigorou por muitos anos no Ocidente e continua sendo utilizado em alguns países orientais. No Brasil ele entrou em declínio no início do século XIX e desapareceu ao longo do século XX, mesmo constando em lei. O dote, que aparecia em nas leis brasileiras da colônia à república constituía-se um “amparo legal” para a mulher, na medida em que esta não tinha condições de manter-se sozinha.

Segundo Trigo (1989, p. 89), baseada na literatura romântica do final do século XIX, são propostos sentimentos novos, que garantiriam a felicidade, iniciando-se, assim, “um período em que a escolha matrimonial deixa de ser, fundamentalmente, assunto familiar para tornar-se ‘teoricamente’ livre e, mais do que isso, com expectativa de ter o amor como base”.

Como a autora frisa, “teoricamente livre”, ou seja, essa liberdade de escolha também é controlada, principalmente em se tratando de moças das camadas médias e altas, na medida em que não podiam ser namoradeiras, pois a moça namoradeira, na concepção vigente, não será uma boa esposa, como mostra o jornal “O Abelhudo”, em 18 de dezembro de 1898:

As namoradeiras

Não se zangue, *signorita*,
Co’o que vou dizer agora;
Eu vejo que você córa,
Mas é verdade, reflicta:

Moça que muito namora
E a muitos faz-se catita,
E da corda e falla fita,
A todos n’uma só hora...
Essa moça qu’assim ousa
Será excelente tia,
Mas nunca excelente esposa

Desculpa minha ousadia
Mas isto é com que namora
E não contigo leitora!

Como podemos perceber, o recato feminino era cultuado e muito importante para conseguir encontrar um noivo “à altura”. Pois, uma moça que infringisse os padrões comportamentais femininos da época, vinha a tornar-se uma “excelente tia”. Logo, “arranjado” ou não, com ou sem amor, o casamento continuou sendo visto como “único destino da mulher”, principalmente daquelas das camadas sociais referidas. Com uma diferença: “Na elite, uma rica herdeira teria tantos pretendentes quanto suas posses. [...] Eram as moças dessa classe [média] que, para ascenderem socialmente e/ou manterem o padrão de vida, precisariam de um casamento com possibilidades de elevação social” (PEDRO, 1994, p. 54).

Por isso, as moças esforçavam-se e investiam em beleza e educação de salão, para poder conquistar um homem: o futuro marido, considerando que um dos piores temores de uma moça era a possibilidade de ficar solteira. No “A Pacotilha”, de 20 de abril de 1917, um artigo intitulado *A mulher solteira* apresenta algumas notas acerca das fases da vida de uma solteira, a saber:

15 anos. – Arde em desejos: desejos de crescer para atrair a atenção dos homens.

16. – Começa a ter uma idéia confusa do que se chama paixão.

17. – Fala de amor procurando compreender-lhe todos os segredos.

18. – Sonha umas terníssimas relações amorosas com um mancebo que já começou a lhe fazer a corte.
19. – Faz-se mais escrupulosa e menos amável porque tem diversos adoradores.
20. – Começa a ser o que se chama – a mulher da moda – a julgar-se a mostrar-se orgulhosa de seus atrativos.
21. – Crê firmemente na influência dos seus olhos, e supõe que se curvam diante da luz que eles expedem.
22. – Rejeita um partido vantajoso porque o pretendente não é o que se pode chamar o homem da moda.
23. – Namora todos os rapazes que conhece.
24. – Admira-se de não ter ainda casado.
25. – Sonha que um rapaz pediu-a em casamento, porém acorda e vê que foi ilusão.
26. – Ocupa-se em mirar-se ao espelho, alisar a trança e em perguntar a si mesma: - pois é possível que eu fiquei enfeitada?
27. – Tudo se aborrece porque já perdeu todas as esperanças.
28. – Diz as camaradas que nunca desejou casar ... que é coisa a que vota a maior indiferença.
29. – Pinta-se de pó de arroz e vive a falar das outras.
30. – Diz dos homens o que Mafoma²⁰ não disse dos toucinhos.

As fases da vida de uma mulher solteira eram caracterizadas por sentimentos como a inveja, o egoísmo, a frieza, além de ela ser considerada mal-amada. Segundo Fonseca (1989, p. 104), uma solteirona definida em função da sua reputação “é aquela mulher que aparentemente nunca casou, nunca teve filhos e nunca viveu maritalmente com um homem”. Segundo Castelo Branco (2005, p. 133), as imagens das mulheres solteiras na sociedade eram: a primeira, de uma mulher desavergonhada que vive de seus encantos. A segunda é a de que não teve encantos suficientes para conquistar um homem. E a terceira é a de uma moça nova, bonita e cheia de vida que, por indecisão ou por esperar um melhor partido, acaba por perder várias oportunidades e transformar-se em uma mulher frustrada, mal humorada e solitária.

Assim sendo, os discursos médicos e religiosos sobre o casamento, somados ao romantismo, com sua apologia ao amor, tornavam o matrimônio uma “missão feminina”, levando as moças a temerem “ficar enfeitadas” e não conseguirem um marido, por ser o casamento ainda era considerado uma forma de manutenção do *status* social de elite e possibilidade de ascensão da classe média.

No entanto, a entrada da população ativa feminina e de mulheres solteiras no mercado de trabalho fez com que essa preocupação com a “solteirice” se agravasse, pois havia um discurso de defesa acerca da incompatibilidade entre o casamento e o trabalho. Ao tratar do “celibato pedagógico”, Nunes (2006) mostra como baseados no discurso da Igreja Católica se direcionou a mulher solteira para a profissão de professora, exaltando-se o valor moral e religioso da solteira, considerando que as mulheres casadas, diante das atribuições do lar, não serviam para tal cargo. Louro (2010, p. 104) confirma essa acepção: “Por um largo tempo

²⁰Mafoma significa cara feia, de homem ou mulher.

associou-se a professora com a solteirona, com a mulher que não conseguiu casar. Se o casamento e a maternidade constituíam o destino “natural” [...], àquelas para as quais isso parecia de algum modo inalcançável, restaria se entregar a tarefas que tivessem uma analogia com tal missão”.

Diante do casamento, “condição normal da mulher” no período analisado (PERROT, 2008, p. 46), a esposa da “boa sociedade” deveria mantê-lo com dedicação e apreço, porque o matrimônio era o seu único destino, devendo ser preservado em nome da moralidade e dos “bons costumes”. Em artigo intitulado *O ideal no casamento* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1908), que tratava sobre a conservação do casamento e da paz doméstica, o Dr. Julião vou Bernhauer, de Chicago, apontava as seguintes regras. Primeiramente aos homens:

1º- Fazei sempre a corte a vossa mulher, como o fizeste antes do casamento; 2º- Não vades muitas vezes a cosinha e não vos intromettais nos arranjos da casa; 3º - Não busqueis nenhum prazer ou distração fora de vossa mulher; 4º- Levai sempre convosco a vossa mulher ao club, ao teatro, etc.; 5º Não disputeis nunca em presença das crianças ou de estranhos; 6º- Beijar vossa mulher antes de saídes de casa para que ao voltardes não a encontreis em pranto.

Quanto às mulheres os conselhos eram:

1º- Fazer tudo por conservar a vossa beleza e a vossa graça; 2º- Procurai um marido que os seja superior em espírito e ilustração; a sua palavra vos exaltará, o seu talento vos fará experimentar as mais puras alegrias; 3º- Conservai sempre moça: arrendai para longe de vós as sombras e as tristezas, e alegrai-vos do dia de hoje lembrando-vos que amanhã é incerto; 4º- A mulher tem a idade que ella mostra, o homem a que elle sente; 5º- Fazei da vossa casa um pequeno paraíso e deixai-vos estar nelle.

Desse modo, conseguir o casamento era um alvo, mas mantê-lo também era de suma importância para a reputação de uma mulher de “boa sociedade”, mediante a separação das funções dentro da casa, e a tranquilidade doméstica e familiar estava sob a responsabilidade da mulher, tendo esta como regra tornar a casa um “pequeno paraíso”. Enquanto que o homem, “superior em espírito e em ilustração”, deveria preocupar-se com os afazeres do trabalho e não “intrometer-se nos arranjos da casa”. Além disso, vale ressaltarmos a ênfase dada à manutenção da beleza e “graça” por parte da mulher, que deveria “conservar-se sempre moça” e “alegre”. O Dr. Julião vou Bernhauer lembra ainda que a idade ideal para o casamento é de 20 a 30 para as mulheres e 25 anos para os homens.

Em uma coluna do jornal “A Pacotilha” de 20 de maio de 1914, intitulada *Fases do Casamento*, apresenta-se o modelo de casamento e de mulher esperado na época.

Fases do casamento

Se nos casamos por amor, temos mulher.

Se nos casamos por comodidade, temos esposa.

Se é por conveniência, temos senhora.

A mulher ama o marido, a esposa respeita-o, a senhora tolera-o.

Quando está doente a mulher assiste-o, a esposa visita-o, a senhora informa-se a sua saúde.

Para marido é a mulher; para os amigos, a esposa; para a sociedade, a senhora.

Com a mulher passeia-se a pé, com a esposa de carruagem, com a senhora vai-se aos bailes, aos teatros e aos sítios da moda.

A mulher comparte as nossas penas, a esposa os nossos capitais, a senhora os nossos prazeres, e quando se chega ao fim da vida, a mulher chora-nos, a esposa acusa-nos, a senhora veste luto.

Feliz homem que, numa só pessoa, encontra reunidas a mulher, a esposa e a senhora.

É a partir desse modelo de casamento, cuja centralidade está na mulher, que se montam as bases para a formação de uma “família ideal” e “civilizada”, em que funções e papéis são exaltadas com o fim de controlar, principalmente do controle médico, sobre as mulheres e distinguir as mulheres da elite daquelas das outras camadas. Dessa forma, “o novo casamento, baseado agora no amor e na liberdade de escolha, caminha paralelamente ao nascimento da moderna família nuclear que se fecha e se volta para si mesma” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 28).

Contudo, essa “nova mulher” apresentada em muitos jornais da época não possuía traços de emancipação em sua descrição, e “o moderno” não alcançou os enlaces das núpcias, continuando com os mesmos padrões, ou melhor, os mesmos ideais de casamento vigentes no século XIX, pois as qualidades, funções e papéis continuavam parecidos, se não equivalentes, aos já existentes nos séculos anteriores. E esses continuavam sustentando a distinção entre a mulher de elite e as de outras camadas sociais.

1.2.1.2 *Familiar*

Ser “moderna” e “civilizada” não passava somente pelo casamento; esse jogo das distinções passava também pela organização que se apresentava no seio da família. O projeto de modernização e urbanização, que significava também “limpeza” e higienização das cidades do Brasil, tanto física como moral, teve, portanto, como principal sustentáculo, a família. Esta, juntamente com a escola, foram as duas instituições que de fato articularam, ou melhor, viabilizaram este projeto rumo à “civilização”, embasadas, sobretudo, no discurso positivista²¹, que depositava na família a responsabilidade pelo progresso da Pátria e da humanidade. Assim, “a família, átomo da sociedade civil, é responsável pelo gerenciamento

²¹Segundo Carvalho (1990, p. 129-130), a presença dos positivistas foi constante e notória, na tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. A doutrina comtista foi a base dessa atuação Positivista no Brasil. “Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o Positivismo comtiano evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia”. E, na base da “nova humanidade”, proposta por Comte, ficava a família.

dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade” (PERROT, 1991, p. 105).

Sabemos que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela transição da estrutura patriarcal²² para uma nova ordem econômica, social e política, e por ideologias de cunho individualista, trazendo em seu âmago mudança de valores e

[...] essa mudança de perspectiva e visão de mundo atinge instituições como a família e casamento que procuram moldar suas estruturas aos novos valores sem, contudo, desfazer-se dos velhos costumes. Ao indivíduo cabe harmonizar papéis, muitas vezes antagônicos e conflitantes, em suas vivências e representações (TRIGO, 1989, p. 88).

Diante do quadro de transformações que ocorriam na cidade e da possibilidade da desagregação do lar, causadas pela valorização do urbano, forjou-se a afirmação da família como núcleo da sociedade brasileira, delineando-se a representação de uma mulher ideal para a manutenção de uma “família modelo”. Para tanto, os discursos dos jornais e revistas reforçavam esse modelo e traziam em suas páginas a representação de uma mulher com novos traços de feminilidade: a de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”²³.

Assim sendo, a família, via positivismo, núcleo principal e base da formação do Estado e da sociedade civil, foi batizada “pedra angular da sociedade moderna” (PERROT, 1998, p. 94), momento em que se delinearão as fronteiras do espaço privado em detrimento do espaço público²⁴. Ou seja, o privado, composto pelo lar, deveria ser afastado do público, resguardando a individualidade de seus membros, pois a preservação da família era “garantia da moralidade natural” da sociedade.

Segundo D’Incao (2009, p. 225), “a vida burguesa reorganiza as vivências domésticas. Um sólido ambiente familiar, lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido e sua companheira da vida social são considerados um verdadeiro tesouro”. Além de uma família estruturada (pai, mãe e filhos), também deveria ser uma família higiênica. Pois, diante dos novos espaços de sociabilidade criados pela urbanização das cidades, das novas tecnologias, das novas formas de relações econômicas, sociais e de gênero, das

²²O casamento era considerado na ordem patriarcal como engrenagem essencial de uma política voltada para a manutenção e transmissão do patrimônio, não deixando espaço para interesses pessoais. “Bem ao contrário, a finalidade primeira da aliança matrimonial era a ordem social, ou seja, de fortalecimento de grupos de parentesco e de *status*, preservação da herança e do poder econômico” (TRIGO, 1989, p. 88).

²³Termo usado por Margareth Rago ao analisar o modelo feminilidade que se formulava na virada do século XIX para o XX, imposto as mulheres pobres do Rio de Janeiro, buscando discipliná-las. Ver RAGO (1985).

²⁴As fronteiras entre o público e o privado vêm se delineando desde o final do século XVIII. Conforme, ARENDT (1997), a distinção entre a esfera pública e a esfera privada, que se dá com o advento da modernidade, é caracterizada pela diferença e separação entre o mundo e a intimidade, respectivamente. Portanto, a esfera pública é aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Já o privado é o íntimo, ou seja, a principal função do privado é proteger a intimidade, proteger aquilo que está “entre quatro paredes” e que fora reforçado pelo individualismo moderno.

demandas por instrução e ainda da própria presença feminina no espaço público, o cotidiano familiar fora “invadido” e “reorganizado” com o intuito de torná-lo limpo (salubre) e civilizado, tanto física (casa) como moralmente.

Isso ocorre através dos mais variados argumentos, tanto científicos quanto religiosos, principalmente de cunho moral, em que se pretendia fundar um “novo modelo familiar” e um “novo modelo de feminilidade”, orientados para a proteção da intimidade do lar e para o cultivo das virtudes burguesas (RAGO, 1985). Nesse sentido, todas as fases da vida da mulher - antes, durante e depois da formação da família - deveriam ser conduzidas e controladas para a boa conduta da sociedade, isto é, para um futuro próspero da Nação, por considerar-se que a mulher carrega consigo o dever da manutenção da família harmônica.

Em estudo sobre as mudanças ocorridas na estrutura familiar na virada do século XIX para o século XX, D’Incao (1989, p. 68), através da mudança da sensibilidade em relação ao que se chama amor, mostra na análise do romance de Mário de Andrade *Amar, Verbo Intransitivo*, publicado em 1927, a, então, família burguesa. A esta assim se refere:

[...] o mundo familiar burguês, isto é, a família burguesa, é um mundo em si mesmo, que não tem grandes laços com a sociedade inclusiva; é autosuficiente, socialmente falando, e isolada. Os membros da família não conversam senão sobre coisas banais e sobre a educação dos filhos. O chefe da casa, novo patriarca, o patriarca burguês, investido de doçura e compreensão, determina todas as coisas que devem e que não devem acontecer. A mãe, Laura, uma ‘santa’, não sabe de nada sério de que se passa na casa, a não ser as coisas apropriadas para a mulher saber, coisas da administração doméstica.

Por conseguinte, em prol da manutenção dos “bons costumes” que poderiam ser corrompidos pela modernidade e atingir diretamente o seio da família, destruindo-o, nada mais indicado que a mulher, “rainha do lar”, para resguardar a tranquilidade do lar e, conseqüentemente, da Nação. Dessa forma, era “especificamente sobre as mulheres que recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos” (SOHIET, 2009, p. 363). E isso incidia principalmente sobre as mulheres das camadas alta e média, visto a ela ser dada educação suficiente para manter uma família de “boa conduta”, servindo de modelo para as mulheres de outras camadas.

Desse modo, ter uma família “civilizada” era possuir uma esfera familiar, separada da pública, onde reinava uma esposa educada para as funções de mãe e dona de casa. E eram os grupos que compunham a elite de São Luís que estavam envolvidos nesse processo de autoafirmação e que se empenhavam em “parecer civilizados”.

O artigo *Tudo pela Mulher*, publicado no jornal “Diário do Maranhão”, de 22 de maio de 1908, retrata a importância da família como base para a construção da Nação, informando que “a pureza da vida doméstica origina a excellencia da conducta na vida pública, e o homem que ama a sua família, não pode deixar de amar igualmente o seu paiz e de bem servir-o”.

Seguindo esse mesmo conceito de família, basilar na construção da Pátria, como apregoavam os positivistas, um artigo intitulado *A Família*, do jornal “O Federalista”, de 31 de maio de 1904, enfatiza: “A base, o modelo de toda a sociedade é a família”. Dessa maneira, “a palavra *família* resume o conjuncto de virtudes sociaes e nobres instinctos, que engrandecem o homem [...]”. Além disso, a “palavra *família* symbolisa a suprema das venturas humanas, o sacrário misterioso onde se divinizam as grandes virtudes, que depois se apresentam à luz da publicidade no commercio do mundo para serem admiradas”.

O lar, que no início do século XX estava no ápice de sua exaltação, com o apoio do positivismo já citado e, também da Igreja Católica²⁵, levava a mulher a confinar-se dentro dos muros da casa à espera do marido com o sustento. Porém, mesmo o homem tendo superioridade absoluta como pai e provedor do lar, a mulher, mãe, era apresentada como núcleo da família, tendo em vista que ela possuía características naturais para tratar bem, com docilidade e amabilidade, filhos e marido, embora com isso não superasse a autoridade do homem, pai. “Assim, se o papel do homem como provedor da família era agir e dirigir, a missão da mulher consistia em apoiar, cooperar, aplaudir e devotar-se a ele e aos filhos, acionando habilidades ‘naturalmente’ femininas, como tolerância, a dedicação e o sacrifício” (FREIRE, 2009, p. 44).

Dessa forma, a violência simbólica²⁶ de que as mulheres eram vítimas se dava no momento em que elas eram alijadas dos postos-chave, carreiras e espaços públicos e eram, em outra direção, orientadas para o desenvolvimento de sutis mecanismos de domínio afetivo dentro da família. “[...] Os comportamentos de subordinação femininos ficam, então, emaranhados no cotidiano destas mulheres como forma ‘natural’ de organização de suas vidas diárias, sem que muitas delas tomem consciência deste fato, ou se a têm, lhe outorgam consenso exatamente porque são ‘naturais’” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 39).

²⁵Mesmo com a separação ocorrida entre Igreja e Estado, com a implantação da República, a Igreja Católica ainda possuía bastante influência no cotidiano dos sujeitos, principalmente no que diz respeito à moral e à honra dos homens e das mulheres da época.

²⁶A violência simbólica é a capacidade que têm os grupos dominantes, de impor aos grupos dominados, significações legítimas. Ou seja, a violência simbólica “institui-se por intermédio da adesão que o dominado não pode conceder ao dominante (e portanto à dominação) quando não dispõe, para o pensar e para se pensar ou, melhor, para pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem com ele em com e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação [...]”, fazendo com qualquer relação em causa seja assimilada como natural (BOURDIEU, 1999, p. 30).



Figura 1- Retrato do Papa!²⁷ (DIÁRIO DO MARANHÃO, 10 jun. 1908).

Os modelos de mulher eram impostos por meio de um discurso “naturalizante”, em que ao ideal de mulher eram colocados limites tanto corporais quanto mentais e psicológicos, os quais de forma inquestionável, portanto, natural, faziam prevalecer a fórmula “homem é homem, mulher é mulher”²⁸. E a educação, não só a formal como a do cotidiano, tratou de inculcar tais comportamentos ditos masculinos e femininos, e ainda de colocá-los num patamar de desigualdade: submissão para as mulheres e dominação²⁹ para os homens. Além do que, diante das “frivolidades” da época, isso era reafirmado através dos meios de comunicação (jornais, revistas, literatura, cinema e teatro) e assimilado principalmente pela elite, também pela elite ludovicense.

No artigo *Tudo pela Mulher*, apontado anteriormente, utilizando-se da fala de pensadores, retrata o ideal de mulher da época e suas diferenciações quanto às funções e aos papéis exercidos por ela perante o homem. Neste “não temos necessidade de fazer da mulher um homem, pensa Legouvé, mas, sim completar um homem pela mulher”. Portanto, a mulher não era o centro, ela era as arestas que completavam o homem. Continuando, o artigo informa

²⁷Em propagandas de retratos artísticos, assim como em anúncios de remédios, a mulher aparece com o filho nos braços e o homem em posição de superioridade e afastamento às situações relacionadas ao lar. Nessa imagem, reproduzida no jornal Diário do Maranhão, a mulher aparece contemplando a imagem do homem como se estivesse a sua espera.

²⁸Termo utilizado por Moema Toscano em “Cem Anos de Cinema: um espaço para a mulher”. Ver TOSCANO (1998).

²⁹Para Bourdieu (1999, p. 32), a dominação não se dá somente via imposição pela força e via consentimento pelas razões. A dominação simbólica não ocorre explicitamente, como, por exemplo, em uma ação “concreta” que o dominado possa se defender. Ela ocorre através de “esquemas de percepção, de apreciação e de ação que são constitutivos do *habitus* e que fundam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura para si própria”. Dessa forma, pensar a dominação masculina e a submissão feminina é pensar a longa duração dos seus efeitos e a construção dos esquemas objetivos da ordem social em que os atores estão mergulhados e adaptados.

que “[...] precisamos elevar o mais possível as mulheres, afim de que ellas possam governar e dirigir-nos salutarmente”. No entanto, o “governar” e o “dirigir” não estava vinculado à política, mas sim ao governo dos lares, da família, do marido e dos filhos. E ainda, a opinião do filósofo Scheré: “Quizera achar sempre na mulher tanto espírito que a fizesse compreender que nunca igualará completamente o homem, e tanto capaz de sobrepujal-o”. Pois, “não se aconselhava às mulheres, de forma alguma, reproduzir as atitudes dos homens, ou competir com estes nos campos social, político ou profissional, sob o risco de serem taxadas de masculinizadas ou assexuadas” (FREIRE, 2009, p. 39).

No mesmo artigo, tem-se ainda que “o progresso nacional é a sombra das actividades, das energias, das virtudes de todos, do mesmo modo que a decadência nacional é a somma das fraquezas, dos egoísmos e dos vícios da collectividade”. E para alcançar o progresso nacional e fugir da decadência, necessitava-se da formação de bons cidadãos e “para termos bons cidadãos, precisamos ter bons filhos; para termos bons filhos, precisamos ter boas mães; para termos boas mães, precisamos ter boas mulheres; para ter boas mulheres, melhorar a educação feminina”, pois “a mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 22 maio 1908). Isso reforçava o ideal de mulher, esposa, mãe e dona de casa, que deveria ter uma educação que garantisse a educação dos filhos, a higiene destes e do lar e condutas adequadas e as “boas maneiras”, principalmente quando estivessem em espaços públicos.

Destarte, a nova família burguesa, centrada na criança, impôs uma supervisão constante sobre a mulher, considerada a principal responsável pela boa criação e educação dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 30). E se a boa educação dos filhos não fosse alcançada “foi por ignorância dos pais”, dizia o discurso higiênico (COSTA, 2004, p. 73). O artigo *Tudo pela Mulher* informa ainda que “a conducta futura, boa ou má, de uma criança depende unicamente de sua mãe” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 22 maio 1908). Vê-se que estes são ainda resquícios do século XIX, o chamado século da mãe³⁰, em que a forte presença

³⁰Nunes (2006, p.163-173), ao analisar o ideal mariano e a identidade feminina, aponta que “já no final do século I Maria tornou-se objeto de veneração dos cristãos”. Mas somente em 431 d.C., com o Concílio de Éfeso, que se definiu o primeiro dogma da Igreja Católica referente a Maria: “o título de mãe de Deus”. E o segundo dogma mariano, reconhecido, foi o da “virgindade perpétua de Maria” no Concílio de Constantinopla II, em 553 d.C. e definido como tal no Concílio de Latrão, em 649 d.C. Daí então o culto a Maria tomou força multiplicando-se as festas, poesias, catedrais dentre outras manifestações de devoção a mariana, Mater Dolorosa, Mãe Sofrida e mediadora dos homens junto a Cristo. Com o advento da Reforma, os Católicos, diante das críticas ao culto de Maria pelos protestantes, reforçou-se o culto a Virgem Maria e Mãe, legitimado no Concílio de Trento (1545-1563), momento em que houve o grande nascimento de congregações marianas, culto às imagens e a construção de novos santuários. A partir de então, o culto a Maria e a utilização dela como modelo ideal de mulher perdurou por vários séculos, ficando-se, ainda mais, no século XIX, em que, segundo a autora, ficou constituído o marco inicial para a “Era de Maria”, devido à renovação e ao impulso dado ao

da cultura católica, fundamentada na valorização do papel materno, baseado no comportamento de piedade sentimental, considerado típico da devoção feminina e apropriado pelo discurso republicano, a maternidade “não significaria apenas garantir os filhos ao marido, mas cidadãos à pátria” (FREIRE, 2009, p. 21). Ser mãe, neste caso, não consiste, para a mulher, em apenas nutrir e cuidar fisicamente de seus filhos. Consiste também em saber educá-los.

Assim sendo, ficava a cargo da mulher, “rainha do lar”, a harmonia da casa, da família. E, para os católicos, “os deveres de uma mãe católica [...] – dedicação, de sacrifício e educação religiosa – explicavam-se pela consciência de que a relação entre mãe e filho estava ligada ao frágil fio da existência” (GIORGIO, 1990, p. 232). Modelo este que é reiterado nos primeiros anos da República³¹. Destarte, “as boas mulheres cream a atmosphaera moral da família de quem depende a existência moral humana, assim, como da atmosphaera physica depende da vida material” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 22 maio 1908).

Da mesma forma, o artigo *A Família*, anteriormente citado, esboça o perfil da mulher, dona de casa e mãe amorosa e dedicada, afirmando:

O amor de mãe é o raio mais ardente que irradia daquelle fôco de amor de familia. Ao seu calor levedam-se no coração do filho sentimentos brandos que não soubera a meiguice de um pae lá germina-los. As lagrimas são raras no homem; e essas poucas, estimuladas pelos affectos do coração e pelas paixões violentas da alma, não seriam bom exemplo para filhos. Mas a mulher, anjo das lagrimas, quando é da sensibilidade, essa chora sempre e faz chorar os eu a contemplam com os olhos innocentes e vedados ainda para as impurezas, que endurecem o coração e atrophiam a sensibilidade (O FEDERALISTA, 31 maio 1904).

Desse modo, cabia ainda à mulher o sentimentalismo e a manutenção dos afetos no seio da família; esta também era sua função, pois até mesmo as lágrimas são condenadas quando vindas de um homem. Já a mulher, “anjo das lágrimas”, portadora de tal sensibilidade, era responsável pela harmonia familiar.

Portanto, todas as fases da mulher eram marcadas por controle e disciplina³², dissimulados pelo discurso de “missão sublime” da mulher na família. Em um artigo do jornal

culto mariano que sofrera declínio no século anterior devido ao Iluminismo. Dessa forma, Maria, como mãe de Jesus, tornou-se referência nas representações das mulheres da época, aprisionando os comportamentos, funções e papéis femininos na submissão, abnegação, docilidade [...]

³¹Para Carvalho (1990, p. 95), até mesmo o símbolo da República no Brasil era o de uma mulher-mãe, de “atitude protetora, filho no colo”, baseadas nos preceitos positivistas. Na época da proclamação, “a maioria das representações femininas [...] já tinha traços de *fin-de-scèle*. Salientava sensualidade, a fragilidade da mulher. Era a mulher da sociedade urbana carioca, se não parisiense, tornada objeto de consumo”. Portanto, as representações femininas da República também oscilavam entre antigo/moderno, presente/futuro, no momento em que temos a imagem da mãe, mas também a da mulher urbana, “moderna”.

³²A disciplina é a execução exata da ordem recebida, com a eliminação incondicional de toda crítica pessoal, por um agente preparado exclusivamente para a realização da ordem. O código disciplinar imposto pelos dominadores faz os dominados “desejarem” a dominação, vista como ordem “legítima”, dispensando, então, os

“Diário do Maranhão” apresentavam-se algumas representações dessa “missão sublime”, destacando-se a de irmã, esposa e mãe. Na infância a mulher era moldada tanto pela família quanto pela escola, momento em que trataria de assimilar os tais comportamentos femininos e suas atribuições como filha e irmã, esposa e finalmente mãe. Assim, a

Irmã... faz regorjear de nobre orgulho o coração de seus irmãos que submetem aos seus pequenos ralhos. Que lhe pedem auxílio e conselhos, que a tornam sua confidente, a melhor amiga e sócia da sua existência, no que eles praticam de mais puro e casto, de mais gracioso e útil (DIÁRIO DO MARANHÃO, 01 jan. 1890).

Quando casada, deveria ser prendada e dotada de um comportamento fino e doce, além de ter uma educação suficiente, tornando-se um bibelô a quem o marido poderia exhibir à sociedade, mesmo que no discurso estivessem falando em “mulher moderna”. Ou seja, a

Esposa... é ela a depositaria da parte mais fecunda, melindrosa e grande da felicidade do homem, é cofre perfumado, onde a natureza inteira derramou o germes produtivo, terreno abençoado, o alimento nutritivo de tudo o que nasce, cresce, enflora e frutifica na família; em cujo interesse não há sacrifício, que ela não experimente, penas, de que se arreceie, cuidados que não pratique, heroísmo, de que não seja capaz (DIÁRIO DO MARANHÃO, 01 jan. 1890).

Na maternidade, fase sagrada da mulher em que era comparada à Maria, mãe de Jesus, tinha a obrigação de passar a melhor educação aos filhos, tanto a educação moral quanto a espiritual. Tamanha responsabilidade a ela atribuída fica bem caracterizada no texto que segue:

Mãe... oh! Como mãe, ela realiza na terra, todas as maravilhas do céu, pois que és resplendente dos tesouros, ou seja, de onde lhe pendem os frutos do seu legítimo amor; pois que laços, tecidos pelas mãos dos anjos, são os braços amantíssimos, com que ela os aperta contra esse seio, manancial inesgotável de bênçãos para Deus, que lhes deus e ampara, de carinhos e lições para eles. Que são complementos da grande obra de sua ventura. Não há descuido que ela não preveja, perigo que não as assuste, meio que quase não sirva quanto se trata de seus filhos? Mãe e mestra, conselheira e amiga, transmitem misturando com o próprio sangue das suas veias, as que nasceram de si – virtudes que são o orgulho da família em particular e a garantia da prosperidade pública, em geral (DIÁRIO DO MARANHÃO, 01 jan. 1890).

De fato, havia fortes estratégias que objetivavam manter a mulher presa ao lar e às responsabilidades com a família. Daí porque os jornais focavam na mulher a irmã, esposa e mãe, atributos da mulher de elite. Portanto, manter tais postos com esforços máximos para não macular a honra e a moral da família cabia a ela.

1.2.1.3 *Moral*

dominadores de usarem sua força (física ou carismática) pelo menos na extensão antes necessária. Portanto, essas fases da mulher, por assim dizer, “impõe[m]-se através de uma disciplina de todos os instantes [...] e que se faz lembrar e exerce continuamente por meio das imposições [...], formando o que é entendido por identidade feminina em contraponto com identidade masculina (BOURDIEU, 1999, p. 24-28).

A moralidade feminina era, pois, alvo de ataque e assunto em diversos artigos nos jornais e revistas da época. Isto se dava devido ao quadro de transformação vivida pela sociedade na transição para a República, com o desenvolvimento do urbano, que poderia abalar as estruturas familiares, tão firmemente construídas. O artigo intitulado *A condição social da mulher* (REVISTA ELEGANTE, 01 jul. 1898), de autor desconhecido, trouxe o “retrato da mulher”, cuja função de reguladora da ordem social apresentava-se abalado. O autor afirma que “a symptonia mais segura do estado de uma civilização seja a condição social da mulher, o papel que ella representa no seio da collectividade humana, a natureza das funções de que é investida”. Assim, a “alma feminina como que se reflecte a das communidades sociaes e se a mulher moralmente sobe, com ella sobe a sociedade, se desce, com ella a sociedade desce também”. Daí a importância da moralidade da mulher e da preservação de suas funções tidas como naturais, por meio do controle religioso, positivista e médico.

A preocupação apontada no mesmo artigo refere-se ao envolvimento da mulher com as coisas mundanas, sobretudo com o trabalho. A mulher “envolveu-se n’um mundo de frivolidades, fez-se della o *hochet*³³ de luxo com que todos brincam, mas que facilmente se despedaça a menor embate ao mais insignificante capricho”. Para o autor, os positivistas e a Igreja tentaram trazer a mulher para o seu “local de destino”, ou seja, o lar.

Por uma consciência vaga de que se lhe apouca a missão da vida social, a mulher tem sonhado readquirir o seu perdido império, mas, por uma má compreensão do seu valor como cooperadora do homem, há julgado encontrar no principio da sua independência individual o meio de reconquistal-o. Sonha emancipar-se, ter eguaes direitos do homem, para reinar, erro de conseqüências funestissimas para ella. O individuo social não é o homem nem a mulher isoladamente, mas aquella em relação estreita com esta; e toda a vez que se dà a segundo attributos que cabem ao primeiro, o equilibrio do individuo social desaparece (REVISTA ELEGANTE, 01 jul. 1898).

Reforçando a ideia de que a mulher é um complemento do homem e que o trabalho não é a sua “missão social”, reforça-se que “a mulher nas funções do homem, não é a ruína d’este, mas a ruína da mulher”. Na tentativa de colocar a emancipação feminina como refém da própria mulher, informa que o caos da humanidade ocorre quando a mulher “invade as funções sociais” do homem, pois nesse momento a família perde “o ponto de convergência das forças de equilíbrio da conservação social”. Assim, “uma vez que a mulher baixa, com ella baixa o nível moral, os sentimentos altruístas se amortecem e o individualismo egoista triumphá” (REVISTA ELEGANTE, 01 jul. 1898).

³³Palavra em francês que significa chocalho.

No mesmo artigo, lê-se que o lar está em ruínas, pois a mulher não está mais se envolvendo com “a missão que lhe incumbe”, mãe, esposa e dona de casa. Aponta também a possibilidade do divórcio como desagregador do lar. E nele o autor declara:

O que fez a grandeza da família cristã foi a santidade do papel que o christianismo cathólico traçou a mulher no santuário do lar, a indissolubilidade do vinculo matrimonial, sacrificio valioso do homem e da mulher à espécie humana, a prole que da sua união devia nascer (REVISTA ELEGANTE, 01 jul. 1898).

Logo, esse quadro de promoção da mulher no interior da família tinha como fim, ou melhor, estrategicamente funcionava como meio de a elite conservadora, temendo os “novos tempos” e sua ressonância no cotidiano familiar e nas relações de gênero, controlá-las e discipliná-las por temor às “transgressões morais” da época, dentre elas o divórcio, a prostituição e o próprio trabalho. Como informa Pedro (1994, p. 67),

[...] era necessário que o comportamento feminino não desse margem a qualquer comentário, que as mulheres não se tornassem ‘faladas’, pois se fosse alvo de ‘murmurações’, a honra da família estaria irremediavelmente perdida, assim como estariam em perigo as aspirações de ascensão social e a permanência nos grupos de comando dessa sociedade.

O divórcio era visto por muitos como um tabu. A Igreja Católica contribuía bastante para a disseminação de que o divórcio arruinava a família. A possibilidade do desenlace do matrimônio acarretaria o fim da família, base de constituição da Nação e da humanidade. A culpa do divórcio normalmente recaía sobre a mulher, pois ela não deveria ter se deixado levar pelas “frivolidades do mundo”.

Como “sacerdotizas da honra”, a uma mulher de elite jamais era admitido o amasiamento tampouco o divórcio. Nascimento de Moraes, em sua obra “Vencidos e Degenerados”, retrata a forma como Armênia, filha de um homem renomado na cidade de São Luís é expulsa da “alta sociedade” por conta do amasiamento e pelo posterior abandono de seu “marido”:

Armênia não se conteve, deu expansão às lágrimas e às queixas, fez de sua dor uma página romântica e dramática; e depois, começou a transformar-se. Fechadas lhe foram as portas dos clubes, negados os ingressos dos bailes, rôtas as relações de família, repelidos os cumprimentos, e ela, a mais e mais a procurar apóio numa filosofia natural, toda licenciosa, tôda sensualista, aberta às impressões da vida (MORAES, 1982, p. 62).

E em uma tentativa de afrontar a “boa sociedade” buscava através da aparência, isto é, dos ornatos externos provocá-los(as):

Armênia saía constantemente a passeio, só, bem vestida e melhor penteada, ostentando pelas ruas da cidade aquela peregrina beleza, escultural desenho de forma, que era seu apanágio, que era sua verdadeira nobreza de mulher. Beleza séria, a recalcar numa fisionomia simpática, a palpitar, soberana no seu talhe elegante, atraia a atenção dos transeuntes, que não podiam deixar de se voltar para admirar (MORAES, 1982, p. 63).

Além disso, a honra também estava sob sua responsabilidade, mas não só a sua honra, como também a honra do marido e da família. “Vós sois o complemento dos nossos seres, sois as mensageiras do bem, trazeis incubados em vossos ternos corações todos os sentimentos puríssimos da honra, da caridade e do amor. Se presentemente somos a cabeça. Vós sois o coração”. E ainda, “se damos idéias, vós despendeis sentimentos. Sem vós a humanidade não existiria, e, se existisse, estaria ainda sepultada nas trevas da barbaria [...] Sacerdotizas da honra, da vossa bondade depende o futuro social” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 22 maio 1908).

Outra transgressão que era combatida em nome da moral e dos “bons costumes” era a prostituição, exemplo constante de transgressão moral que preocupava as autoridades da época, tendo em vista a limpeza que o Brasil estava promovendo, pois as prostitutas “se haviam tornado motivo de vergonha nacional. Tal problema se agravava com a abolição da escravatura e o aumento da população. No Rio de Janeiro, no início do século XX, “muitas autoridades públicas recomendavam algum tipo de controle, geralmente a localização das prostitutas em zonas específicas da cidade, com o objetivo de evitar o contato entre elas, mulheres ‘públicas’, e as ‘de família’” (CAULFIELD, 2000, p. 122-123). Em São Luís, a iluminação elétrica instalada na cidade foi alvo de reclamações quanto à moralidade e aos “bons costumes”, pois à noite as prostitutas ficavam visíveis (A PACOTILHA, 1919).

Desse modo, a preocupação com a saída da mulher de elite às ruas da cidade não só para os eventos sociais como também para o teatro, as praças, os cafés, as lojas de luxo, assim como para o trabalho. Isso não era ainda aceito pela elite conservadora. A vigilância se tornou ainda mais forte, uma vez que “o valor e o dever moral da pureza medem-se em lugares de risco e de tentações temíveis” (GIORGIO, 1990, p. 224). Daí o controle e a preocupação com a honra feminina e a supervalorização da virgindade, que comumente era representada nos jornais da época. O texto seguinte, de Vitor Hugo, intitulado *A virgem*, corrobora essa assertiva:

O quarto de uma virgem é como o arcano de uma flor ainda por desabrochar, um floco alvo n'uma plaga escura, a cellula intima de um lyrio por abrir, que as vistas de um homem não deve devassar, enquanto não penetrarem os raios de sol.
Deve ser sagrada a mulher em botão.
[...] As vistas do homem ante o erguer de uma donzella devem ser ainda mais religiosas que ante o despontar de uma estrela (O PORVIR, 1895).

Esse discurso, além de propalar a idealização da mulher virgem, “flor ainda por desabrochar”, garantia a manutenção de um ideal de mulher formulado e representado a partir de características como pureza e abnegação, baseado no modelo sagrado da Virgem, que se manteve “intocada” antes, durante e depois do casamento. Essa era uma exigência nas

famílias da alta sociedade: a “pureza” da mulher, garantia da moral da família e da possibilidade de um bom casamento.

1.2.2 “Ornamento feminino”: atributos físicos

Além dos atributos sociais havia, ou ainda há os atributos físicos. Estes atributos estão relacionados à aparência física. É que, a elite para se distinguir das outras camadas precisava de mecanismos imediatos para exibir seu *status* social. Alguns dos mecanismos eram a preocupação com o corpo, a beleza e a moda.

1.2.2.1 *Beleza e moda*

A virada do século XIX para o início do XX trouxe em seu âmago inenarráveis contradições no que diz respeito à beleza e à moda. Isso porque, ao mesmo tempo em que havia uma tensão vivida pela “boa sociedade” com a saída da mulher do lar para frequentar os novos espaços de sociabilidade, tais como as festas, praças, ruas, as compras nas lojas de luxo, o teatro, o cinema entre outros. Por outro lado, alguns discursos seduziam e deslocavam o foco do lar para o consumo e para a exaltação da beleza, bem como para a educação e o crescimento profissional. Isso pelo fato de que até o final do século XIX as mulheres ficavam em casa enclausuradas e essa reserva só foi quebrada com o desenvolvimento do urbano, quando a mulher pôde trilhar pela cidade. Daí a preocupação com os excessos de vaidade, considerados “ornamento feminino” (O FEDERALISTA, 1906).

Como diz Schpun (1999, p. 80), a saída das mulheres às ruas da cidade deveria ser organizada. Agora visíveis a todos, eram embaladas por uma nova preocupação: “a apresentação física, que as introduz na vida urbana de forma conveniente”. Portanto, estar na moda e ser bela era uma demanda para a mulher que se propunha participar da vida mundana e ser bem sucedida.

A moda, segundo Souza (1987, p. 20), “são as transformações sucessivas por que passa a ornamentação do indivíduo – a vestimenta, o penteado, a máscara fisionômica...”. Para Gilberto Freyre (1987, p. 17), em “Modos de Homem e Modas de Mulher”, a moda é:

[...] uso, hábito ou estilo geralmente aceito, variável no tempo e resultante de determinado gosto, idéia, capricho, ou das influências do meio. Uso passageiro que regula a forma de vestir, calçar, pentear, etc. Arte e técnica de vestuário. Maneira, feição, modo. Vontade, fantasia, capricho [...] Fenômeno social ou cultural, mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, e cuja vitalidade

provém da necessidade de conquistar ou manter, por algum tempo, determinada posição social.

A beleza e a moda, segundo Crane (2006, p. 48), “as roupas da moda para as mulheres [...] tinham elementos de controle social, pois exemplificavam a concepção dominante e bastante restritiva dos papéis femininos”. O ideal da mulher de classe alta que não devia trabalhar nem fora nem dentro de casa, refletia-se nas roupas que as mulheres usavam, que não eram nada práticas e dificultavam o movimento corporal destas. Por isso, para além de vestir, a roupa era uma forma de controlar a mulher. Dessa forma, como explica Souza (1987), a vestimenta é “uma linguagem simbólica” principalmente no que diz respeito à diferenciação entre homens e mulheres, mas também entre as camadas sociais.

A beleza, sobretudo, estava vinculada à conquista de um espaço dentro da “boa sociedade”. Uma mulher bela e, na medida do possível, acompanhando a moda teria mais condições de adentrar esse meio, pois com seus “dotes” físicos e de bom gosto no que diz respeito à vestimenta, facilmente encontraria um “bom casamento”. Como diz Schpun (1999, p. 90), “[...] investir nos trunfos físicos significa aumentar as chances de sucesso no mercado matrimonial”. Ou seja, para garantir o *status* de esposa era considerado de suma importância o investimento na beleza.

Segundo Baudelaire (1996, p. 8-10), “a idéia que o homem tem do belo imprime-se em todo o seu vestuário, torna sua roupa franzida ou rígida, arredonda ou alinha seu gesto e inclusive impregna sutilmente, com o passar do tempo, os traços de seu rosto”. Desse modo, o belo está vinculado a elementos como “a época, a moda, a moral e a paixão”.

Em se tratando da utilização da beleza e da moda como mecanismo de distinção, Schpun (1999, p. 92) informa que

Para as mulheres burguesas, os discursos normativos visam assegurar que sua apresentação física marque sua posição social e possa distingui-las das demais; o leque social mais complexo implica novas estratégias para acentuar toda sorte de detalhes que identifiquem as diferenças e evitem as misturas. Além disso, o desenvolvimento da vida mundana demanda certo investimento da parte de tais discursos no sentido de reger as relações homens-mulheres.

Gilberto Freyre (1987, p. 31) enfatiza a relação entre o “trajo de mulher” e a prosperidade do marido nas sociedades ditas burguesas, em que a apresentação das mulheres nos espaços públicos era uma forma de seus maridos demonstrarem sua riqueza. Então, o autor informa que

[...] é preciso que os vestidos de esposas ou filhas variem, de menos a mais exuberantemente caros, e adornos com expressão, quer da constância de status alto do marido e pais, quer como expressão de aumento de prosperidade ou de ascensões socioeconômicas ou políticas ou na ocupação de cargos ilustres dos mesmos maridos ou pais.

A corrida em prol de tornar-se uma mulher bela e dentro dos padrões da moda era mantido pelos inúmeros artigos, colunas e anúncios nos jornais da época. E, não havia espaço nessa sociedade para a mulher “feia”, como mostra o poema a seguir:

Para uma feia

Desde o dia em que vi seu rasto escuro
Anda minh'alma de tristezas cheia...
Ah! Nunca vi, minha senhora, juro,
Na minha vida uma mulher tão feia!

Para esquecê-la tudo em vão procuro
Vendo-a mais perto do meu olhar que a odeia...
Pois a malvada --- oh! Que castigo duro! ---
Todos os dias sem cessar passeia!

Veste sempre ao rigor do ((ap-to-date))...
Na rua quando sae anda catita,
Espetada nas talas de um colete.

E alem de tudo, a mizera malvada,
Tem o descôco do se achar bonita.
E uma esperança de se ver cazada!...

Alberto de Jesus. (A FITA, 30 abr. 1921)

Como se vê, a exigência de ser uma mulher bonita aparecia em poemas da época, que poderiam até soar piada, mas, como representações, faziam efeito no imaginário social da época, dada a quantidade de notícias sobre moda e beleza.

O jornal “A Pacotilha” apresenta diversos artigos sobre moda feminina e muitos deles trazem o perfil da mulher, casada, solteira ou viúva. Esses artigos sempre buscavam moldar a mulher a um padrão tido como ideal. Em artigo intitulado *Abusos das modas*, de 8 de julho 1920, apresenta um código moral do vestir feminino inicia informando que “não basta ser casta e honesta é também necessário parecer” e nada melhor que as vestes para concretizá-lo.

No mesmo artigo,

Multiplicam-se e crescem cada dia os escândalos provocados pela moda indecorosa. É certíssimo que a dignidade, moralidade e elevação da mulher se conhecem pelo seu traje, assim como a sua corrupção e degradação [...] A mulher honesta deve vestir de modo tal que se imponha ao respeito e a consideração dos que a virem. Positivamente a virtude, a modéstia e a timidez são os mais belos ornatos da mulher. Os costumes femininos e os trajes devem estar em relação e correspondência com os dotes morais (A PACOTILHA, 1920). (grifos nossos)

Dessa forma, de um lado havia na época a exaltação de uma beleza pura, doce, angelical, através da qual era propugnado um modo de trajar-se, de modo a caracterizar a seriedade das jovens e senhoras, ou seja,

O vestir conforme a própria condição e posição social, mas com severidade e modéstia, não só é lícito, mas de obrigação, porém escravizar-se uma senhora digna ou uma donzela á moda indecorosa, apresentando-se de pernas expostas, tão curtas usam as saias, de braços nus, com colo e costas a mostra, provocando maus

sentimentos, excitando pecados, é contra a moral, é tudo o que pode haver de anticristão de condenável e de verdadeiro paganismo! (A PACOTILHA, 1920).

Muitas eram as críticas acerca da moda nos jornais, pois as mulheres estavam aderindo à moda, e as mudanças ocorriam rapidamente. Além disso, as roupas estavam diferentes dos padrões antes estabelecidos. E assim, os ditames da moda incomodavam, como mostra o texto a seguir:

A moda

Hoje, a mulher querendo andar na moda
Toma uns ares de tola ou de pedante;
Torna-se às vezes, quazi extravagante,
E traz, por certo, a cabecinha á roda.

Não quer saber se uso a incomoda,
Quer parecer aos outros elegantes;
Pescar o noivo e engordar o amante
Comtudo aquilo que a modista a engorda.

E que uzos!... Cada qual mais indecente?
- Um chapéu tanto assim, rosto caiado,
Vestido liso importunando a gente

E, ainda, sobre o cano das botinas
De bico estreito e salto assobradado
Um palmo e tanto de canelas finas!

Abdon de Macedo (A FITA, 6 jun. 1920)

O decote e as pernas eram os que mais incomodavam. A rapidez com que o decote se aprofundou e as saias diminuíram, trouxe às discussões questões morais. O artigo *O decote*, do jornal “A Fita”, de 7 de novembro de 1920, de autoria de Yonemar, inicia enfatizando o seguinte: “É de todos notório, que mais e mais se distancia a moda da moral”. Continuando o autor lamenta e critica a moda atual: “[...] Em tempos idos as damas vestiam-se para ir ao baile e dançar áquella moda antiga, em que o cavalheiro não ousava encostar-se ao seu corpo cuidadosamente coberto. Hoje, porém, com o evoluir do tempo, [...] as moças não se vestem, e, para bem dizer, despem-se para ir dançar tango [...]”. Segundo o autor, a questão era mostrar os “dotes de belleza”.

Logo, além dos meios de comunicação, às instituições tradicionais, tal como à Igreja e aos conservadores (médicos e positivistas) cabia definir os traços que uma mulher e um homem deveriam possuir diante das mudanças trazidas pela modernidade, buscando de todas as formas reagir contra as imposições comportamentais, de vestuário, traçando uma “cruzada” em favor de comportamentos e modas “corretos” e “morais” (GIORGIO, 1990, p. 226). Muitas eram as normas e regras que vigiavam a mulher fora do lar, tal era a preocupação em mantê-la nos limites da casa, como “rainha do lar”.

Por outro lado, muitos jornais traziam colunas de moda contendo perfis femininos com “ares de libertação”, no momento em que se apresentava a possibilidade de cortar os cabelos, usar saias mais curtas, de modo que aparecia o tornozelo ou até mesmo os joelhos: “Actualmente está em grande voga a moda da saia curta. Cada vez se usa menos perto do chão. A moda exige que o tornozello fique quasi a descoberto, o que faz com que todas as senhoras, vistas à distância, tenham o aspecto de graciosas collegiaes” (CORREIO DA TARDE, 09 fev. 1910). Como mostra a imagem de “O Jornal”,



Figura 2 - Moda Feminina (O JORNAL, 1915)



Figura 3 - Moda em 1913 (AFFONSO, 1923).

A imagem (Figura 2) é de uma coluna intitulada *A moda do 'Jornal'*, que traz modelos de roupas inspirados na moda européia a que a elite ludovicense buscava imitar piamente para circular nos espaços da cidade. Mas, além de um modelo de *toilette*, essas colunas também traziam a representação de um ideal de mulher da época, baseado nos padrões europeus de comportamento: moda e beleza.

Além das vestes, os discursos também destacavam a saúde, ou melhor, a manutenção da juventude da mulher, via remédios. Em um anúncio do “Diário do Maranhão”, de 13 de setembro de 1905, intitulado *Para ser amada*, é dito: “Não basta ser moça ou rica; é preciso também ter saúde. Sem esta parte importantíssima do dote desanima-se todos os pretendentes, pois que a saúde é a melhor garantia da beleza e a base da verdadeira felicidade”. Muitos eram os anúncios de remédios que fortificavam, principalmente a pele e os seios. Como mostra a imagem abaixo:



Figura 4 - Pasta Russa
(A PACOTILHA, 25 jul. 1917)



Figura 5 - Pilules Oreintales
(DIÁRIO DO MARANHÃO, 2 jul. 1908)

Além desses havia também uma gama de produtos importados: perfumes, pó de arroz, produtos para cabelo e dentes, entre outros, que garantiriam à mulher a beleza. É que uma mulher de pele viçosa, maquiada, perfumada, teria mais chances nos jogos da sedução e, conseqüentemente, maior número de pretendentes, principalmente da alta sociedade. A Revista Elegante (1892-1906) apresenta diversas propagandas desses produtos importados, principalmente franceses, que circulavam pela elite, como, por exemplo: Crème Simon, Guerlain, Delettrez, L. T. Piver, entre outros (ANEXO A).

As lojas da cidade de São Luís anunciavam nos jornais diversos artigos de luxo: fantasias, máscaras, roupas, sapatos, perfumes, sabonetes, etc., para a *high-life* ludovicense utilizar e se destacar nos espaços de sociabilidade. Estes adereços normalmente eram assim anunciados: “acabaram de chegar do estrangeiro”, pois a elite, imitando o modo e o estilo de vida europeus, procurava estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo.

Outro exemplo da saída de muitas mulheres do espaço do lar e do padrão de beleza da época eram os Concursos de Beleza feminina. Um deles ocorreu em 1912, em São Luís, denominado *Concurso de Elegância*. A descrição das três senhoritas vencedoras expõe o ideal de elegância e beleza feminina da época: o 1º lugar foi destinado à senhorita Odija Nogueira, a que “são desnecessários mais elogios sobre a elegância e o porte esbelto da simpática e distinta vencedora”. O 2º lugar foi preenchido pela senhorita Laudicéia Jucá, “dotada de rara elegância sempre alegre e expansiva [...]”. E, por último, o 3º lugar para Bembem Meireles, “maranhense que se distingue, já pela sua elegância bem moldada, já pela melguice que a orna” (O CANHOTO, 25 dez. 1912). Isso mostra que até mesmo a beleza feminina oscilava entre antigo/moderno, passado/futuro, característico do modelo de transição que abalava os costumes e hábitos da população, visto que ao mesmo tempo em que venceu

uma mulher “expansiva e alegre”, também venceu uma meiga. Além disso, a mulher está mais em voga e está constantemente sendo vista. Para tanto, a beleza e a moda eram o pano de fundo para uma mulher “bem sucedida” sair às ruas da cidade.

Esses concursos eram comuns na época. Os jornais apresentavam muitos, como o *Concurso de vestir*, o *Concurso de Comportamento*, entre outros, que inclusive nos próprios jornais contavam a ficha de inscrição. A propaganda de um deles é a seguinte: “[...] fica criado, neste jornal, um concurso ao fim de saber qual a senhorita ou o rapaz, da fina elite maranhense, que melhor se traja” (A TOCHA, 1892).

Enfim, o ideal de mulher ficava entre a bela e a educada, como disse Cláudio Oliver, na obra “Vencidos e Degenerados”:

Êle não ia por aí: - não lhe vale a gramática, se não tem carnes. Pode a mulher ser uma pérola: boa, carinhosa, dizia ele aos colegas: hábil em serviços domésticos, tocar piano ou bandolim, cantar e dançar, vestir-se com elegância e bom gosto; se não tem carnes artisticamente distribuídas, não vai; se não se impõe pela plástica, não lhe vale a educação nobre. Creio mesmo que há muitos homens que admiram na mulher os labores de uma educação distinta, e que só por eles se casem; [...]. O homem tem mesmo uma certa vaidade de animal, quando apresenta mulher, aos amigos, ou a uma sociedade, quando ela se salienta pela plástica (MORAES, 1982, p. 85).

Isso posto, com o surgimento da “nova mulher”, que tinha a possibilidade de não se esconder confinada no “recôndito” do lar, além dos atributos sociais e físicos, principalmente a beleza, a educação também se fazia presente no momento em que se queria uma mulher de elite diferente daquela das camadas populares. Assim, recaía sobre as mulheres boa parte das normas e valores que deveriam ser assegurados e disseminados, por meio da família, para a população brasileira, exigindo da sociedade novos mecanismos de controle sobre o sexo feminino. Dessa forma, a educação feminina, tanto a formal quanto a do cotidiano, ao mesmo tempo em que permitiu o alargamento das oportunidades de trabalho, também contribuiu para com a manutenção e disseminação de “novas maneiras de ser feminina”.

1.2.2.2 *Maternal*

Após passada a fase da árdua procura do noivo, diante temor da “solteirice”, depois do casamento, a maternidade era a nova missão da mulher. Contudo, o discurso e esse respeito estava respaldado somente nas questões emocionais e sentimentais que vinculavam a mulher ao lar, além do discurso, médico que apresentava dois caminhos que conduziram a mulher à vida doméstica: “o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na

sociedade” (RAGO, 1985, p. 75). Portanto, considerava-se que havia um “instinto natural” da mulher que a guiava para as atribuições de ser mãe, e, conseqüentemente, dona de casa, devido a sua “tendência” a comportamentos doces e a delicadeza, pois

[...] o novo casamento, baseado no amor e na liberdade de escolha, será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura e seu ponto culminante será a procriação. São, então exaltadas as doçuras da maternidade, que se converte na atividade mais invejável e doce que uma mulher pode esperar [...] A família moderna, portanto, centra-se em torno da mãe que adquire uma importância que jamais tivera. Sua casa, fechada às influências externas, passa a constituir o novo ‘reino’ da mulher e a maternidade seu mais almejado desejo (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 36).

A exaltação à mãe é observada nos jornais da época, através do grande número de poemas e artigos intitulados *Mãe*, *A Mãe*, *Coração de Mãe*, *Pobre Mãe*, entre outros. Muitos desses artigos apresentavam a mãe como “ser sagrado”, em comparação com a mãe de Jesus, virgem, pura, doce, amável, sensível, além de outras características que revelavam o mesmo ideal de mãe.

SER MÃE

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
o coração! ser mãe é ter no alheio
lábio que suga, o pedestal do seio,
onde a vida, o amor cantando vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra
sobre um berço dormindo! é ser anseio,
é ser temeridade, é ser receio,
é ser força que os males equilibra!

Todo bem que não gosa é bem do filho,
espelho em que se mira afortunada
luz que lhe põe nos olhos novo brilho!

Ser mãe é andar chorando num sorriso!
ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
ser mãe é padecer num paraíso!
Coelho Netto (O FEDERALISTA, 20 maio 1901).

De acordo com Perrot (2008, p. 69), “a maternidade é um momento e um estado. Muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher”. Dessa forma, essa “missão sagrada” e “vocação natural” para ser mãe requeria dedicação de corpo e alma ao filho, e abdicação de si em prol da família. “Elas passam a ser e a viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 33).

Dessa forma, a mulher como “rainha do lar” deveria ter noções das lides domésticas e de suas obrigações como mãe e esposa. Ser mãe, e, por consequência, reclusa ao

lar, segundo Júlia Lopes d’Almeida em artigo no jornal “O Federalista”, de 22 de março de 1901, é:

Renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância, aos espetáculos em que se ri ou em que se chora, mas em que o espírito se deleita, e abri-se avidamente; é deixar de aparecer nos bailes, de valsa, de ir aos pic-nics sem temer o sol, o vento a chuva, uma independência feliz; é passar noites num cuidado incessante, em sonhos curtos, leves, com o pensamento sempre preso á mesma creaturinha rósea, pequena, macia, que lhe suga o sangue, que lhe magôa os braços, que a enfraquece, que a enche de susto, de trabalho e prevenção, mas que a faz abençoar a ignota Providencia de a ter feito mulher para ser mãe!

Essa renúncia à vida após a maternidade era movida por um discurso que delegava à mulher todos os cuidados com os filhos, especialmente com a educação deles. Daí a preocupação em educar “a predestinada a reproduzir a espécie, garantir a validez, habilitar o homem a ser homem, apto para lutar pela vida utilmente para si, para a família e para a pátria” (O FEDERALISTA, 22 mar. 1901).

Uma das formas mais incisivas de controlar a mulher era através da amamentação, o qual, segundo o discurso médico-higienista, era considerado ato natural da mulher, portanto, “vocação da mulher”, considerando ser sua principal função cuidar dos filhos. Na Conferência, *As Raças Humanas – A Mulher*³⁴, de Gomes de Castro³⁵ (1921, p. 154), destaca-se a exaltação dessa “função natural” da mulher: “Nos seus fecundos seios, os seus tão graciosos pomos, decorativos e nutrientes, qual saboroso e nutritivo man  do c o, é que se nutre o inicio da nossa infância”.

Para Rago (1985, p. 79-80), “a valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado [XIX] procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e que a maternidade e a educação da crianç a realizam sua ‘vocação natural’”. Dessa forma, a ‘nova mãe’ passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. “Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianç as e do marido e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação de doenç as contagiosas”.

Diante das altas taxas de mortalidade infantil existente no Brasil, a amamentação funcionava como justificativa para o controle dos corpos femininos. Desse modo, essa era uma forma de regular a vida da mulher, pois o aleitamento ocupava o seu tempo livre e a prendia à casa. “Amamentar era uma maneira de levá-la a preencher o tempo com uma tarefa útil e absorvente, livrando-a dos passatempos nefastos   moral e aos bons costumes”

³⁴ Conferência realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Petrópolis, em 9 de fevereiro de 1920.

³⁵ O general Gomes de Castro nasceu em Viana, Maranhão, em 2 de março de 1864.

(COSTA, 2004, p. 259). Por conta disso, o corpo da mulher era possuído pelo discurso médico, principalmente no momento da gravidez, ou seja, na sua fase maternal.

Um exemplo da influência médico-higienista no cotidiano da família e no controle da mulher eram os jornais ludovicenses que traziam matérias informando como a mãe deveria cuidar dos seus filhos. Em uma dessas matérias, intitulada *Medicina Doméstica*, o médico Dr. Eduardo de Magalhães apresenta “duas funções que, por sua grandíssima utilidade, merecem particular atenção da mãe na educação dos filhos: a respiração e a mastigação”. Segundo o doutor, “o indiferentismo das mães [pelo assunto] é lastimável”. Dessa forma, ele busca ensinar passo a passo como ela, única apta a tal função, deveria ensinar os filhos a respirar e a mastigar (A PACOTILHA, 22 mar. 1917).

Em coluna intitulada *Conselhos às Mães*, que é encontrado nos jornais da época, há preocupações com as senhoras grávidas, pois estas não deviam correr riscos que pudessem comprometer sua capacidade de gerar filhos saudáveis. Este artigo apresenta uma série de regras que as mulheres deveriam seguir ao engravidar:

1ª Ter bom rejime alimentar [...]; 2º Respirar ar puro e fresco em abundancia [...]; 3º Exercitar-se todos os dias de manhã e a noite; 4º Dar ao corpo o necessário repouso; 5º Ter moderação em todos os prazeres [...]; 6º Usar vestidos largos e permeáveis [...], 7º Renunciar ao uso desse instrumento de tortura a que se dá o nome de espartilho [...]; 8º Abolir o porte de ligas [...]; 9º Usar calças que protejam do frio [...]; 10º Por de banda o calçado apertado [...]; 11º Cuidar da hijiene da pele [...]; 12º [...] evitarem quedas ou outros acidentes [...]; 13º Conservar o ventre ‘livre’ [...]; 14º Não satisfazer os desejos extravagantes [...]; 15º Não permanecer em atmosferas viciadas por gás carbônico [...] (A PACOTILHA, 9 ago. 1914).

Até mesmo a ênfase à prática de exercícios físicos destinados à mulher perpassava pela questão da maternidade, como mostra um artigo do Dr. Eduardo de Magalhães, que aponta que a mulher “não é devidamente educada entre nós para o desempenho de sua missão sublime”, enfocando que “a educação das meninas deve desde o berço ter por objectivo a futura maternidade”. Dessa forma, “o menino e a menina carecem de exercicio que provoquem o desenvolvimento dos seus organismos e activem as suas funções”, no caso da menina ser mãe (O FEDERALISTA, 27 mar. 1904). Esta, dentre outras preocupações, caracteriza a interferência marcante do discurso médico no viver feminino.

Esse discurso relativo à mãe dedicada e preocupada com a gravidez, incluído no projeto modernizador e civilizador do Brasil, possuía, na virada do século XIX para o século XX, um “novo caráter”, o de missão patriótica, pois, aleitando, a mulher estaria provendo a saúde dos filhos da Nação. Essa missão patriótica juntamente com o discurso científico resultou na maternidade dita científica, que dava à função de mãe e ao aleitamento um “ar

moderno”, visto que agora a mãe, para cuidar dos filhos, deveria ter educação suficiente para tal função (FREIRE, 2009, p. 21).

Dentro desse contexto de construção da “boa família” e da “mulher ideal”, têm-se diversas formas de controle, além do aleitamento, na tentativa de impedir a saída da mulher do espaço doméstico. De tal modo que “aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer à ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que se punha em risco o futuro da nação” (RAGO, 1985, p. 79). O corpo feminino em controle.





2 No Compasso da Modernização e da Civilização



No final do século XIX, os países ocidentais vivenciaram a exaltação do “urbano” e do “moderno”, embasados pelo discurso de modernidade, movidos pelas mudanças no plano econômico, ligadas à industrialização que ocorrera inicialmente na Europa (no século XVIII), impulsionando o capitalismo e, no plano das ideias, trazidas pela Filosofia das Luzes, difundidas por diversos países do mundo, levando-lhes “ares da civilização e modernização”.

O Brasil, a partir de meados do século XIX, não se eximiu a esses “ares de civilização e modernização” chegados de além-mar aos seus portos, adentrando suas terras e

modificando a política, a economia e o cotidiano da sociedade brasileira. Essas modificações tiveram como intuito aproximar suas províncias, mais especificamente o Rio de Janeiro, da Europa. À capital da Corte e futura capital da República cabia, portanto, irradiar tais modificações às demais províncias. Em nosso estudo destacamos o Maranhão. Dentre essas aproximações tinham-se não só os melhoramentos na infraestrutura da cidade (iluminação, água, transportes, etc.) e a contribuição de aproximações intelectuais, tanto na literatura como na ciência, balizados pela razão, como também a inserção de valores e comportamentos dos homens e mulheres.

Dessa forma, nos anos finais do século XIX, o Brasil participou de uma corrida em prol da “urbanização” e da “modernização”, seguindo os moldes dos países europeus, principalmente da França, burguesa e neoclássica. Essa corrida acelerou-se ainda mais no início século XX, durante a chamada *Belle Époque*, quando houve o crescimento acelerado do espaço urbano e a instauração da ordem burguesa (SOIHET, 2009).

No Brasil, até os anos finais do século XIX, um dos entraves à “modernização” e à adequação do País à “civilização” foi a escravidão, pois, mesmo com todo o esforço das províncias brasileiras, principalmente do Rio de Janeiro, em tornarem-se semelhantes às capitais europeias, a marca da escravidão se entrecruzava com a elegância dos bairros da elite. Com o fim da escravidão, em 1888³⁶, e com a implantação do regime republicano, os ditos “problemas” de implantação dos modelos civilizatórios europeus nas capitais do Brasil não encerraram, fazendo com que as instâncias governamentais focassem suas atenções principalmente nas camadas populares. Segundo Sohiet (2009, p. 362), no Rio de Janeiro,

Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o *trabalho compulsório* passava a ser *trabalho livre*. Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.

Foucault (2005) denomina essa preocupação com o crescimento das cidades e camadas populares de “medo urbano”³⁷. Isso porque em se tratando de “civilização”, as

³⁶O fim da escravidão, em 1888, não resolveu os problemas sociais dela advindos, tal como a incorporação dos ex-escravos à vida social (educação, trabalho, moradia etc.). Esta medida atendeu somente à necessidade política de ordem pública, pelo fato de estar havendo no momento muitas fugas de escravos em massa e a necessidade econômica de atração e incorporação de mão-de-obra livre para as regiões de plantio do café (CARVALHO, 1990).

³⁷O medo urbano ou o medo da cidade, segundo Foucault (2005, p. 87), é a angústia diante da cidade caracterizada por: “medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornaram cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. Portanto, são esses os

camadas populares eram as primeiras a serem disciplinadas e, muitas vezes, deslocadas para longe das áreas centrais, para com isso não manterem qualquer contato com as camadas mais abastadas, a não ser via trabalhos manuais e aqueles considerados pesados. Como exemplo desse distanciamento entre ricos e pobres e da imposição dos modelos tidos como civilizados pela elite, teve-se a retirada dos pobres do centro urbano e a derrubada dos cortiços da capital, Rio de Janeiro (SOHIET, 2009). Essas e outras medidas retratavam os mecanismos, destruidores e punitivos, utilizados para a limpeza” e “aformoseamento³⁸” das capitais no Brasil, o que ocorreu na virada do século XIX para o XX.

Nesse ínterim, o Brasil foi palco da implantação de uma nova ordem política, a República, que trazia consigo ideais que suplantavam o regime monárquico até então vigente. O modelo de organização política republicano teve como referência ideias e instituições importadas de países da Europa e da América, respectivamente, da França e dos Estados Unidos, sobretudo (CARVALHO, 1990). Nos bastidores da implantação da República havia três grupos com propostas diferenciadas de modelo republicano a ser aplicado no Brasil. O primeiro era o modelo americano, o segundo, o jacobino e o terceiro, o positivista³⁹.

Ante esses modelos, o que vigorou como saída para a implantação da República, diante das incompatibilidades existentes tanto políticas e econômicas quanto sociais, foi o modelo que tinha como base as ideias positivistas. Os teóricos positivistas da República tinham como propostas: “a condenação da Monarquia em nome do progresso [...]; a separação da Igreja do Estado [...] e a formação de uma ditadura republicana, com um executivo forte e intervencionista [...]” (CARVALHO, 1990, p. 27). Assim, dentre os ideais republicanos, o progresso foi o pano de fundo de muitas alterações no cenário brasileiro, influenciando diretamente a educação, o cotidiano dos diversos segmentos sociais, valores e os modos de homens e mulheres que no País viviam.

Os anos seguintes à proclamação da República foram de debates acerca dos “destinos do país”. Porém, a principal certeza que se tinha era a de que “necessitávamos alcançar o estágio dos países mais avançados, apesar das dúvidas a respeito das possibilidades

pânicos que atravessam a vida urbana no século XVIII. E, é esse pânico que embasa o cuidado e as iniciativas político-sanitárias que acompanham o crescimento do tecido urbano.

³⁸O termo “aformoseamento” era utilizado nas leis e decretos que visavam à organização da cidade quanto à limpeza, calçamento, transportes, águas e esgotos, iluminação, entre outros.

³⁹O primeiro modelo, americano, era defendido pelos proprietários rurais paulistas. Esse modelo lhes convinha pelo pacto social individualista, bem como a organização federalista do poder. O segundo modelo, jacobino, era defendido pelo setor urbana da população, formado por profissionais liberais, professores, jornalistas, estudantes, pequenos proprietários de terras etc., para quem o regime monárquico parecia limitador dos seus interesses profissionais, em que eram atraídos pelos apelos em favor da liberdade, igualdade, da participação, embora a operacionalização desses ficasse no nível da abstração CARVALHO (1990).

de nossa população” (MÜLLER, 1999, p. 57). Portanto, no Brasil as discussões convergem para a necessidade que o país tinha de ingressar na modernidade, ou seja, na modernização econômica, política, institucional e cultural, segundo os padrões vigentes nos países europeus. Nesse sentido, a construção de um país urbano, moderno, civilizado, higienizado, saneado e educado passava, necessariamente, por uma ‘limpeza estética’ que negasse as mazelas sociais evidenciadoras do caos urbano vivenciado por grande parte das cidades brasileiras. Nas páginas de jornais e revistas da época, frisava-se o discurso da República como salvação:

Além da nuvem espessa e tenebrosa que annoita os destinos da Patria, está o astro da República, que vivifica e ilumina os seus crentes, que a cada momento, reanima o espírito de uma mocidade valente, e que afinal, conduzirá o Brasil ao porto de salvamento, à estrada do progresso e da glória. Augusto Brito (REVISTA ELEGANTE, 31 dez 1896).

A República trazia para o “espírito” de parte da sociedade brasileira a esperança de que com esse regime alcançar-se-ia a estrada em direção ao progresso. Destarte, a materialização do progresso no Brasil ocorreu, ou pelo menos deveria ocorrer, por meio da urbanização, da higienização das cidades e da educação, tendo como fio condutor o discurso acerca do moderno e da civilidade. Para tanto, as principais capitais do Brasil vivenciaram uma corrida em prol da organização, limpeza e do controle da população e das cidades.

Além da urbanização e higienização das cidades, outras novidades adentraram o Brasil, trazendo para seu território as novidades do “viver moderno”. As novidades eram, por exemplo: “[...] A fotografia, o telefone, o telégrafo [que] causaram espanto e maravilha. A rede de estradas de ferro estendeu-se, unindo os portos de escoamento para o mercado externo” (NEVES, 2003, p. 25).

O Maranhão também seguiu a estrada em direção ao progresso, porém não com a mesma velocidade que outras capitais brasileiras. São Luís, capital do Estado, no que concerne aos serviços públicos, à higiene e ao saneamento da cidade, teve pouco investimento. Em contrapartida, os espaços de lazer eram mantidos e melhorados, diante das reclamações dos que tratavam de reivindicar o fim da monotonia da cidade, demandando por diversões públicas, nas quais incluíam-se o teatro, as praças, festas nas igrejas, os bailes, o cinema e o carnaval, principais formas de lazer da sociedade ludovicense. Esses e outros espaços criados na Cidade garantiram uma modificação significativa na aparência e na movimentação da população.

Era nesse contexto de mudanças advindas da urbanização, do crescimento demográfico, das transformações econômicas, políticas e educacionais e da ação higienista que em São Luís se formava o palco onde se dava a circulação e a movimentação de homens e

mulheres dos diversos segmentos sociais nos espaços públicos trabalhando, passeando, consumindo e se divertindo. E é com essa nova movimentação dentro do espaço urbano que muda a posição social das mulheres, principalmente daquelas dos setores dominantes, que antes levavam uma vida predominantemente doméstica. Elas passaram a frequentar, cada vez mais, as ruas e suas novas atrações. Um novo estilo de vida se apresenta à mulher, embora fosse mantida a supremacia do poder masculino nesses espaços.

2.1 O urbano e o moderno em São Luis

Ao se revestir de uma nova faceta, a urbana, São Luís se tornou o cenário em que os protagonistas, isto é, os homens e mulheres que representavam e compunham esse cenário passaram a dar vida e movimento às ruas, aos cafés, bailes, às praças, ao teatro, cinema, como também dinamizavam o comércio da época.



Figura 6 - Praça do Comércio/ Rua da Estrela (REVISTA ELEGANTE, 31 set. 1898)

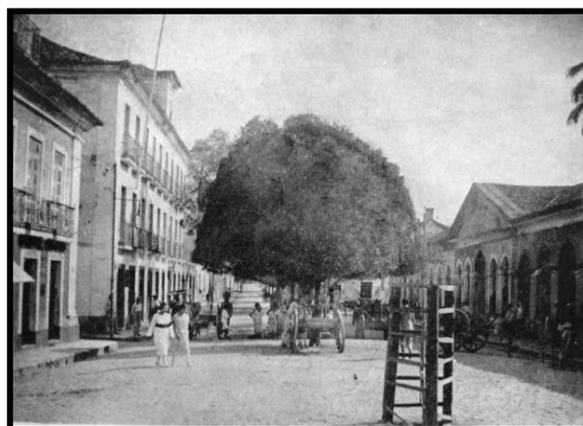


Figura 7 - Praça do Comércio (CUNHA, 2008)

Trilhar por São Luís, Maranhão, no período analisado, tanto física como socialmente, nos permite observar que o “moderno” convive em pé de igualdade com o “atraso”. Ou seja, tivemos a corrida do Maranhão rumo ao progresso, via “urbanização” e “modernização”. Porém, os passos dados por este Estado, e em especial por São Luís, foram lentos e tímidos, diante do quadro de abandono em que se encontrava esta cidade. Como retrata Paxeco (2008, p. 193), ao se remeter à situação da Cidade no início da República, “a capital precisava de reformas radicais. A sua higiene, sobretudo, necessitava de imensos desvelos”.

Vale salientarmos que as fábricas constituíram-se um dos ícones da modernização do País e estavam em crescente investimento, principalmente na região Sudeste. Cidades

como São Luís que, diante das crises que abatiam a economia agroexportadora do algodão, arroz e açúcar, iniciou o processo de industrialização como válvula de escape, chegando a possuir um parque fabril considerável na virada do século XIX para o XX. Desse modo, muitos fazendeiros e comerciantes (vinculados à comercialização dos produtos e de escravos para o sul do País) investiram, sobretudo em fábricas, com vistas a solucionar a crise que abatia a agricultura. Segundo Meireles (2001, p. 260),

[...] aqui, como que desvairados, atiraram-se, como única tábua de salvação antevista em meio ao dilúvio destruidor, à loucura industrial com que se pretendeu, como se muda um cenário em palco de teatro, transformar o Maranhão, escravocrata e agrícola, num parque industrial de trabalho livre.

Salvo o teor irônico de Meireles, a instalação dessas fábricas na capital teve grande repercussão na sociedade ludovicense, que as recebeu com muita euforia e entusiasmo, “passando a questão das fábricas a ser o seu grande divisor de águas no apagar das luzes do século XIX” (CORREIA, 2006, p. 167). Tal era a aposta que muitos fizeram na instalação de fábricas em São Luís, tanto que no início do século XX a capital possuía um parque fabril elogiado por Paxeco (2008, p. 157-158) que declara: “a maquinofatura atingiu tal corpo que se equipara, em alguns pontos, ao que há de perfeito no Brasil”⁴⁰. Nessas fábricas a presença de mão de obra feminina era considerável.

Dessa forma, a cidade de São Luís, na virada do século XIX, com a urbanização e o surto de industrialização nela instalado deu margem a um novo tipo de relação de poder e as mulheres, principalmente as das camadas médias, passaram a participar mais ativamente do mundo do trabalho, o que deu novas dimensões para a vida feminina e provocou alterações nos seus papéis sociais. Portanto, o trabalho foi uma forma de inserção e de circulação das mulheres nas ruas da cidade, tanto nas fábricas quanto em outras atividades⁴¹.

Dentro desse quadro de modernização e progresso, além da importação das tecnologias fabris e da implantação de parques fabris no Brasil e especificamente em São Luís, havia também a preocupação com a limpeza, a salubridade e a organização das cidades, pois o crescimento das fábricas era proporcional ao aumento demográfico, o que levou ao crescimento desordenado das cidades. E, com o intuito de controlar esse crescimento houve a penetração das políticas higienistas e, por assim dizer, educacionais, como norteadoras da organização estética das cidades.

⁴⁰As fábricas existentes na Cidade eram: São Luís e Santa Amélia, de Cândido Ribeiro & C.; Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil; Companhia Industrial Maranhense; Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo; Fabril Maranhense, Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses (Camboa), a Fábrica de Chumbo e a Fábrica de Fósforos (PAXECO, 2008).

⁴¹ Ver Correia (2006).

O discurso médico e higienista, bem como o educacional, caminhava *pari passu* com o ideal de progresso que vigorava na República, galgando a transformação do País em moderno e civilizado. Registra-se que na virada do século XIX para o século XX o discurso científico estava em seu ápice, influenciado pelas novas tecnologias que surgiam com a industrialização. Portanto, “ser moderno”, nesse momento, era ser contrário às atitudes e aos valores considerados tradicionais, normalmente vinculados ao catolicismo, à colônia e ao rural. Daí da Medicina como ciência⁴².

Essas ações higienistas tinham como principal aliada a mulher, na medida em que esta era a mais atingida pelos ditames médicos, pois a ela cabia a organização e manutenção da limpeza do lar e da família e, conseqüentemente, da cidade. Como diz Perrot (2005, p. 281), “para este ‘trabalho de amor’, as mulheres não devem esperar nenhuma retribuição: fazer a limpeza da cidade é tão gratuito quanto fazer a limpeza da casa”.

Em São Luís republicana foram pensados e criados mecanismos que concretizassem esse ideário normatizador e higienizador. Como exemplo, temos os *Códigos de Postura*, conjunto de leis que tratavam da organização da cidade, disciplinando, controlando e higienizando as praças, ruas, matadouros, feiras, etc., na tentativa de manter a limpeza, através da instituição de algumas proibições, tais como: salgar, assoalhar e bater couro nas ruas, praças e cais da cidade; fritar peixe ou qualquer outro alimento às portas das casas, quitandas e lugares de venda, assoalhar roupa nas janelas, ruas e praças da cidade, e até mesmo construir casas de palha nos arredores dos casarões. Tudo isso no sentido de expelir as doenças e epidemias que assolavam a “tranquilidade pública” e o embelezamento da cidade (CARVALHO, 2005).

Paulatinamente, a preocupação legal em varrer da cidade a possibilidade de propagação de doenças com vistas a tornar São Luís limpa, saneada e civilizada foi se firmando. Por outro lado, mesmo os *Códigos de Postura* apontando para uma preocupação com o saneamento e a higiene da cidade, as mudanças nos hábitos e costumes de uma sociedade e a melhoria dos serviços públicos não se materializaram por meio de leis, ficando muitas dessas normas e proibições somente no papel. Isso mostra a incongruência entre o que era propagandeado e o que era feito no tocante à modernização de São Luís acerca dos serviços públicos urbanos, embora sendo estes considerados a base da formação de uma

⁴²O discurso da ciência médica não se estabeleceu de forma articulada e uniforme nem mesmo depois da institucionalização da formação oficial para o exercício da Medicina, pois, até então, “a medicina era aquela relacionada à cirurgia rudimentar e à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres jesuítas, feiticeiros, curiosos [...]” (GONDRA, 2004, p. 29).

cidade “moderna” e “civilizada”, em direção ao progresso. Assim, vale ressaltarmos o cunho de idealidade presente nos *Códigos de Postura*, o que pode ser ilustrado pelas longas denúncias encontradas nos jornais quanto aos serviços públicos e quanto à própria organização da cidade. Dessa forma, entender a cidade é consenti-la “como ponto de intercessão entre idealidade e concretude [...]” (CORREIA, 2006, p. 29).

Quanto aos serviços públicos da Cidade, como abastecimento de água, iluminação, transportes, limpeza das ruas e remoção de lixo, também obedeciam à separação entre as camadas sociais, sendo muitos desses serviços, mesmo diante de um quadro de quase total escassez, considerados privilégio. Ao tratar da escassez dos serviços públicos que a São Luís republicana recebeu como “herança maldita”, Palhano (1988, p. 142) informa que os

[...] serviços fundamentais, de enormes repercussões sanitárias para o conjunto da população, como abastecimento d’água, estabelecimento de esgotos e remoção de lixo eram precaríssimos e, ao longo de muitos anos quase inexistentes, recebendo do poder público um atendimento inteiramente secundário.

Esse descaso com os serviços públicos levavam a contradições que estavam no bojo do discurso progressista republicano: o atraso *versus* o progresso. Pois, em São Luís, no que diz respeito à salubridade e à manutenção dos serviços públicos, as condições eram precárias, principalmente para a população pobre que sobrevivia sem qualquer assistência pública. Por outro lado, a elite, domiciliada em localidades (Centro) que eram atendidas pelos serviços públicos, ostentava sua riqueza trilhando pelas ruas e praças da cidade. E o embelezamento da cidade continuava ocorrendo como mostram as reclamações nos jornais, por exemplo, o artigo intitulado *A cidade*, inicia informando que: “Continua o intendente a embelezar a cidade, sem tratar de sua limpeza [...]” (A CAMPANHA, 1903).

Um exemplo disso são as praças da cidade, que eram construídas e revitalizadas onde os “elegantes ornamentos da sociedade ludovicense” passeavam:



Figura 8 - Praça João Lisboa
(CUNHA, 2008)



Figura 9 - Praça Odorico Mendes
(CUNHA, 2008)

Até a construção de um Jardim Público na Cidade era reclamado pelos jornais. Em São Luís houve a tentativa de construir um Jardim Botânico, em 1848, cópia dos jardins existentes em outras capitais, porém mesmo tendo sido comprado o terreno, as obras não tiveram continuidade. Em 1851, o jardim passou à Praça da Assembleia, continuando no mesmo estado de abandono: apenas com algumas flores e um engradado cercado o local, próximo à Catedral. Somente a partir de 1898, foram feitas algumas reformas, na tentativa de conservar o jardim, mas este logo voltou a ser praça, tendo sido modificada a sua denominação para Praça Senador Benedito Leite (REVISTA ELEGANTE, 23 jun. 1900).



Figura 10 - O Jardim Público (REVISTA ELEGANTE, 23 jun. 1900)

Essa prioridade dada ao embelezamento em detrimento da limpeza é denunciada no texto a seguir:

Hoje, ao contrario de tudo, como contrista ver, envolvido com o perfume embriagante das flores, das praças e das avenidas, o cheiro pestilento dos charcos que se encontram pelas ruas, formando assim um mystho de perfume e peste que contribue para augmentar a mortandade da nossa população (A CAMPANHA, 1903).

O estado de alastramento de doenças, como peste bubônica, varíola, febre amarela, sarampo e outros, além da alta mortalidade infantil que solapava o ideal de progresso, só foram ser alvo de ações políticas no final do século XIX, com a implantação da Inspeção de Higiene, criada em 1896, e das campanhas sanitárias promovidas a partir de então. Segundo Palhano (1988, p. 153),

Já no início do século [XX] os problemas da falta de água potável de boa qualidade, dos esgotos, que praticamente não existiam, ou aqueles ligados à falta de luz, de transporte coletivo, de existência de logradouros públicos e de higienização, dentre outros, davam sinais de um quadro de dificuldades e complexidades.

Da limpeza das ruas à remoção do lixo, o problema era grave. O lixo das casas era, normalmente, jogado em chãos vazios dos quintais ou em ruas pouco habitadas. O serviço de remoção era feito por meio de carroças, porém era um serviço sem proteção e não atendia a

toda a cidade. A esse respeito enfatiza Palhano (1988, p. 236), “não menos deficiente e insuficiente era também o serviço de remoção dos resíduos das ruas. As artérias da Capital eram comumente invadidas por lamas, excrementos de animais, restos vegetais e de sobras de todas as espécies, lançadas pela população”.

Nos jornais de São Luís dos primeiros anos do século XX, a circulação de notícias contendo reclamações acerca da limpeza da cidade mostra a ineficácia das leis, o descaso com sua organização e a precariedade dos serviços públicos. Essas notícias apresentavam-se em forma de artigos intitulados *Hygiene Pública*. O jornal “A Pacotilha”, de 21 de março de 1917, em artigo denominado *Não temos higiene: não, não temos*, aponta os principais problemas quanto à higiene e ao saneamento da cidade: “Na nossa cidade não há esgotos, de sorte que as nossas casas são em geral depósitos de fezes, isto é, origem de inúmeras moléstias [...] pois o esgoto começado não foi concluído até hoje”. E ainda, “os poços, que as casas têm, não funcionam mais, aí estão descobertos, com água estagnada, constituindo fontes criadoras dos *mimosos mosquitos*”. Acrescente-se a essa situação, “o serviço de extração de lixo parece insuficiente [...] E os monturos acrescidos dos restos de comida lançados aos quintais para as aves, ficam nas casas, dando fartos banquetes á legião de ratos [...]”. Como solução, o autor aponta a necessidade de visitas domiciliares, pelo menos uma vez por mês e também que é preciso aumentar o número de médicos da higiene.

A iluminação em São Luís até a o final do século XIX era feita por meio da empresa Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, que, de forma precária, iluminava alguns pontos da cidade⁴³. Os locais de iluminação foram se ampliando lentamente, porém não saíram do circuito onde funcionavam prédios da administração, o comércio e ruas do centro da cidade que comportavam moradores mais ilustres.

Depois de várias tentativas, foi inaugurada em 1918, quando na maioria das capitais já havia sido implantada. Porém, o serviço de iluminação elétrica não foi bem sucedido devido aos problemas contratuais com a empresa que fornecia tal serviço. Conforme atesta Palhano (1988, p. 295), “enquanto isso, a iluminação da cidade, ao lado dos demais serviços de infra-estrutura urbana, eram os piores possíveis. O serviço de bondes era alvo de piadas, pois continuava a tração animal e, portanto, completamente obsoleto”.

Os bondes eram símbolos do progresso republicano, mas diante do quadro de pleno descaso com os serviços públicos de São Luís, somente passaram de bondes puxados a

⁴³Esses locais situavam-se principalmente no centro da cidade, tais como: as Rampas do Palácio, o Largo do Carmo, a Praça da Alegria, o Beco do Quebra-Costa, o Cais da Sagração, o Beco do Precipício, o Largo dos Amores, a Rua da Inveja, o Beco dos Barqueiros, a Rua da Palma, o Largo de Santo Antônio e a Praia Grande (MONTELLO, 1985, p. 12-17).

burros inaugurados em 1872 e para bondes elétricos no final de 1924. A Companhia Ferro-Carris foi a empresa responsável pelas obras de instalação dos trilhos de ferro para o tráfego do bonde. A saída deste dava-se do Largo do Palácio, passando pelo caminho Grande, até o Cutim (PALHANO, 1988, p. 300).

No ano 1890, novas obras de implantação de linhas férreas foram feitas para assentar bondes. Algumas dessas locomotivas, mais especificamente as suburbanas, não eram de tração animal e sim a vapor. Já na virada do século, a cidade de São Luís possuía três linhas férreas urbanas de tração animal, cuja saída acontecia no Largo do Palácio, partindo para a Estação Central, ou para os Remédios ou a São Pantaleão (PALHANO, 1988, p. 303-304). E, ainda, facilitava a circulação de homens e mulheres, dos diversos segmentos sociais, nas localidades da cidade, tanto para o trabalho quanto para a diversão.

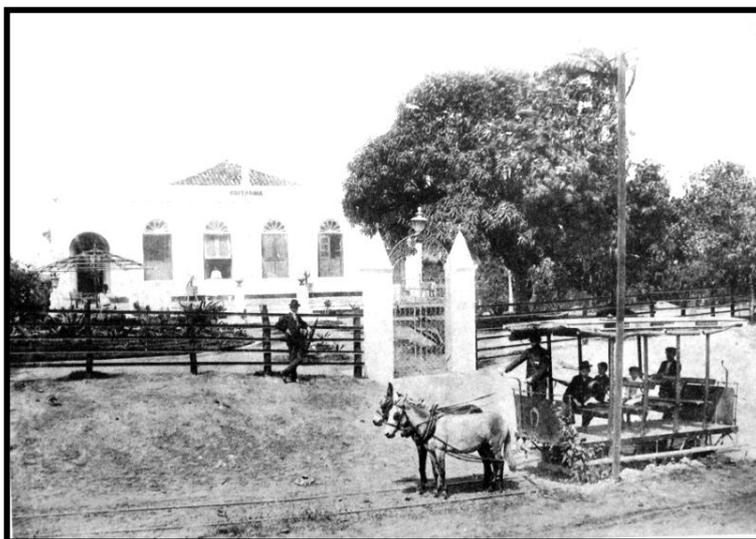


Figura 11 - Bonde de tração animal (CUNHA, 2008).

Em relação ao uso do bonde, tanto o puxado a burro quanto, mais tarde, o elétrico, para a circulação das pessoas na cidade, principalmente das mulheres, a coluna intitulada *Implicações*, do jornal “O Abelhudo” (1899), registra o que segue acerca do comportamento dos homens perante as mulheres no interior dos bondes: “[...] com todo sujeito, que embarcando pela primeira vez em um bond, entende que deve encommodar as senhoras que transitam no mesmo com baforadas de podre cigarro”.

Nos anos 1920, muitos eram os transportes existentes na cidade, assim, o bonde dava sinais de decadência, isto é,

No início da década de 1920, estavam matriculados 94 automóveis, sendo 83 particulares e 11 oficiais; 16 caminhões particulares e 7 oficiais, 241 carros de condução particular e 33 oficiais e 75 carros de quinta. Para as viagens ao rio do Anil, região suburbana, havia também 5 auto-caminhões, o que confirmava que o serviço de bondes não conseguia atender aquela região. No centro da cidade também

circulava 5 ou 6 carruagens para transportar passageiros, além dos serviços de táxi (A FITA, 24 jul. 1921).

Essas e outras questões quanto aos serviços públicos na cidade de São Luís foram parcialmente solucionadas com a implantação da Ulen Company, empresa norte-americana, instalada em 1923, que “passou a concentrar a produção e a gestão dos serviços de água, esgoto, luz e tração elétrica na cidade” (PALHANO, 1988, p. 310), e possibilitou a chegada do bonde elétrico em 1924.

Mesmo diante desse quadro de descaso no que concerne aos serviços públicos, o crescimento, em especial o demográfico, demandava novos serviços e a melhoria dos já existentes. As nossas protagonistas, analisadas no capítulo anterior, não “permitiriam” afastar-se das novidades, por assim dizer, estruturais do “mundo moderno”, visto ser sua camada de pertencimento, a elite, a que mais usufruía das possíveis benesses da modernidade.

Um exemplo de melhoria nos serviços foi a telefonia, símbolo de modernidade da época. Algumas tentativas já tinham sido feitas no intuito de implantar esse serviço de comunicação em São Luís, mas somente em 1889 foi noticiado pela imprensa os concessionários do serviço telefônico. A primeira ligação telefônica interurbana em São Luís aconteceu no dia 8 de setembro de 1889, estabelecida entre São Luís e Itapecuru-Mirim. Segundo Mello (1999, p. 63),

Depois de inaugurar a linha telefônica, o engenheiro Alexandre Haag cedeu o aparelho a alguns circunstantes. E foi assim que, pela primeira vez no Maranhão, certas pessoas falaram pelo telefone com outras que se encontravam a centenas de quilômetros de distância. Em todas as conversas ouviram-se muito bem as palavras e a voz de quem falava.

Desse modo,

Com o telefone, as famílias teriam pronta correspondência com seus médicos, boticários, fornecedores e [podiam] até solicitar serviços de urgência, como pedir carros em ocasiões de chuvas torrenciais ou momentos de emergência. As companhias de vapores e de bondes, os trapiches, os hotéis, os hospitais, todo o comércio em geral e todos os estabelecimentos importantes não deviam prescindir do telefone tanto para a comodidade própria como do público (A PACOTILHA, 06 mar. 1890 e 21 maio 1890 apud MELLO, 1999, p. 92-96).

A Telefonia, além de ícone do moderno, era também um forte componente de circulação das mulheres na cidade, pois a participação feminina era considerável. O trabalho das telefonistas era considerado muito importante no atendimento ao público para dar informações e facilitar a comunicação, fazer chamadas de emergência, além de completar a ligação. Logo, para o trabalho de telefonia, foram exigidas habilidades como voz agradável,

ser educada e subserviente, uma qualidade muito “naturalizada” nas mulheres mediante a educação que recebiam que destaca a passividade e assistência ao outro⁴⁴.

Além do telefone, a fotografia e a datilografia eram apresentados nos anúncios dos jornais da época como uma novidade, ressaltando o artefato “moderno”. A fotografia “fixa o que já foi, [...] mostra o instante da imagem” (LEITE, 1989, p. 72), substituindo as fotos pintadas pelos artistas, que por muito tempo garantiram a imortalidade dos lugares e das pessoas. E a datilografia era uma atividade normalmente ocupada por mulheres. Em São Luís, vários eram os cursos oferecidos, como o da Escola Remington, onde a maior parte dos alunos era do sexo feminino. Como mostra o registro de entrega das medalhas da 1ª turma de datilógrafos, em que dos 11 alunos, 8 eram mulheres⁴⁵. Além disso, a imagem do anúncio da máquina de datilografia Remington era uma mulher, o que denota que o público feminino era seu principal usuário (ANEXO B).

São Luís, portanto, no início do século XX, vivia momentos que oscilavam entre moderno/tradicional e atraso/progresso, pois, enquanto o discurso das elites dirigentes tratou de acompanhar o ideal republicano de progresso, na prática, pouco fez em prol de uma São Luís moderna.

No entanto, nesse no contexto de modernização das cidades brasileiras, além das questões de infraestrutura básica, havia também a demanda por crescimento dos espaços de diversão para a população. No Rio de Janeiro, ao lado de investimentos em edificações e das refinadas lojas de corte, nasciam o comércio fino, os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, a indumentária requintada com modelos e tecidos vindos de Paris, transformando os espaços de sociabilidade anteriores na tentativa de aproximar-se mais ainda dos padrões europeus (SCHWARCZ, 1998) e abrindo caminho para a entrada do Brasil no “estrito figurino” da civilização e da modernização. E o Maranhão mais uma vez tentou acompanhar tais padrões.

O primeiro teatro de São Luís, espaço moderno e de lazer, teve sua criação em julho de 1817, e foi denominado Teatro União. Porém, sua instalação na cidade foi instável,

⁴⁴ Ver Silveira (2008).

⁴⁵“Os elegantes salões do Casino, cedidos à Escola Remington para a solenidade, tinham à realçar-lhe a ornamentação a flores naturais, uma pletera deslumbrante do nosso elemento chique, que a eles acorreu pelo convite gentil da promotora da festa. [...] Às 19 horas, perante a mesa composta dos Srs. Fran Paxeco, presidindo-a, Domingos Barbosa, Luso Torres, Teodoro Rosa, Padre Gomes, Nilo Pizon, José Barbosa de Andrade, Olga S. Berredo e seu esposo Sr. César Berredo, teve lugar a prova, conseguindo lograr a medalha de honra a senhorita Maria José Sá Moreira, conseguindo-se-lhe Laura Neves de Andrade, Mary Serra Ewerton, Elvira Alice Santiago, Jessi Serra Santiago, Maria de Lurdes Botentuit e Jacinta Carvalho Santos; Srs. João Vitor Ribeiro, Paulo Kruger de Oliveira, Astrolábio Silva Caldas e Guilherme Silva” (O JORNAL, 09 set. 1920).

fechando e abrindo as portas diversas vezes para reforma, além de várias mudanças de endereço. Em 14 de março de 1852, ele foi reaberto, depois de um longo período de reforma, trazendo o nome de Teatro São Luiz. Reabertura que era esperada ansiosamente pelos ludovicenses, principalmente pela elite.

Entretanto, várias foram as reformas pelas quais o Teatro São Luiz passou desde a sua inauguração. Em relação à demora nas reformas do teatro, muitos jornais traziam reclamações:

A população maranhense carece de diversões públicas [...] Já temos por vezes tratado do estado do nosso theatro, e infelizmente nenhuma atenção tem merecido do poder competente. Voltamos pois, a pedir em nome da população os urgentes reparos de que carece aquelle edificio que dia a dia mais se arruína (REVISTA ELEGANTE, 31 maio 1897).

O Teatro São Luiz, segundo artigo do jornal “Diário do Maranhão”, de 16 de março de 1900, depois de uma reforma no palco, finalmente foi entregue em perfeito estado. Segundo esse artigo, o teatro “que pelo seu grande tamanho não tem talvez outro igual do Brasil”. Quanto à disposição dos assentos “ficaram em 200 as cadeiras, que eram 140, diminuindo a platéia para 128 lugares”. A iluminação fora aumentada para quase o dobro da existente. Os corredores foram todos atapetados. “Em ambos os lados das ordens de camarotes estão as toaletes para o belo sexo, bem como mesa de pedra com jarra e filtro para água”. As janelas eram ornadas com variadas cortinas. Enfim, “está um edificio de primeira ordem, limpo, bem adornado e com toda a segurança [...]”.

A elite ludovicense preparava-se ansiosamente para a chegada das peças de teatro na cidade. Muitas foram as apresentações que ocorreram no Teatro São Luiz: *Os portugueses na África* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 out. 1890), *O primeiro Amor* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 15 ago. 1900), *O tio Mateus* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 08 abr. 1902), *O Guarani* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 out. 1897), *Paixão e Morte de Cristo* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 20 set. 1890), *Os dois sargentos* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 18 out. 1900), entre outras. Além disso, companhias líricas passaram a vir a São Luís cantar para a *high life* ludovicense. No dia 4 de dezembro de 1891, uma Companhia Lírica Italiana, composta por 32 artistas, propiciou “ao público apreciador da boa música e canto ter ocasião de passar horas agradáveis”. E ainda, apresentações como a ópera *A Sonâmbula* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 06 jan. 1892), além de concertos que ocorriam no “salão nobre” do teatro, organizado pelo maestro e 1º tenor maranhense Antônio Rayol.

Além do teatro, outro espaço de lazer que despontava como novidade da virada do século em São Luís foi o cinematógrafo. Inicialmente “ambulante”, passando por vários

lugares do País. Segundo Queiroz (2008, p. 50), nos primeiros anos de sua chegada nas cidades “o cinema era raro e curioso; os aparelhos eram ambulantes e perfazia um circuito regional, indo das capitais ao interior; as ‘máquinas’ eram referidas enquanto tal e chamam atenção como mecanismos”. Dessa forma, o cinematógrafo funcionava tanto no Teatro São Luiz como em ocasiões de festa, por exemplo, na Festa dos Remédios.

Vários eram os anúncios nos jornais informando os filmes a serem exibidos. Essa grande atração era uma novidade que simbolizava, sobretudo, o progresso dos “novos tempos”, influenciando não só os padrões de vestimenta, como também os valores e comportamentos reinantes na cidade, principalmente no que diz respeito ao comportamento feminino.

O cinema era também uma oportunidade de retirar a cidade da monotonia que a assolava, além de ser outro momento em que a elite poderia se mostrar o mais próxima possível dos comportamentos europeus. No dia 2 de maio de 1911, foi inaugurado em São Luís o Cinema Central, na Rua Grande: “Foi uma festa agradável a que ontem se realizou no Cinema Central, na Rua Grande, por ocasião de ser instalada aquela casa de diversões” (A PACOTILHA, 1911). Além dele havia também o Ideal Cinema. E, mais tarde, já na década de 1920, ocorreu a abertura do cinema Édén.

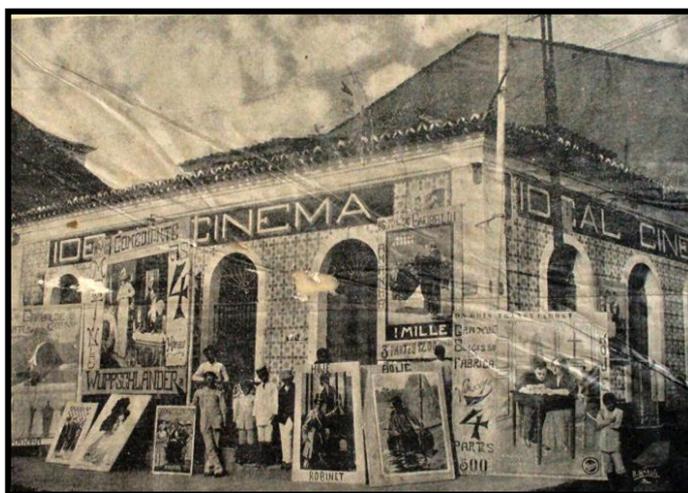


Figura 12 - Ideal Cinema⁴⁶ (GAZETA DO POVO, 1913)

Os cafés, também em voga na cidade, reportavam o “modo de viver moderno”, em que a novidade era os que os caracterizava, e podiam ser frequentados livremente pelas famílias. Lugar e frequência definidos como elegantes, em São Luís foi inaugurado, em 1901, o Café High Life.

CAFÉ HIGH LIFE

⁴⁶Os fundadores do Ideal Cinema foram Augusto Botelho de Andrade e Alfredo B. Nogueira.

Hoje às 6 horas da tarde abrir-se-á este descente estabelecimento, talvez o melhor desta capital e que promete bem servir ao respeitável público.
Café de primeira ordem, tem sempre à disposição amáveis fregueses cerveja fria e outras bebidas, pastéis, doces, etc.
Especialidade: café superior a 100 rs. Rua do Sol, nº 19, defronte do teatro (A PACOTILHA, 1901).

Além desse “descente estabelecimento”, em 1902 foi inaugurado o Café Riche, situado na Praça João Lisboa. Este possuía “dois excelentes bilhares, de grande número de mesas à moderna e dum pessoal habilitadíssimo que saberá agradar ao mais exigente dos fregueses” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 23 dez. 1902). Além disso, “põe a disposição de seus numerosos fregueses uma grande variedade de iguarias, gelados e bebidas” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 23 dez. 1905). Este era um novo espaço para o flerte e para o passatempo *chic* e moderno da sociedade ludovicense.

Além dos cafés, a cidade, no início do século XX, possuía bares para o convívio social dos ludovicenses. Um deles, inaugurado dia 15 de outubro de 1917, chamado de Bar Carioca, situava-se na Rua de Nazaré, “o ponto predileto das famílias maranhenses”. Apresentava-se “caprichosamente ornamentado e com magnífica iluminação elétrica, o bem montado estabelecimento estava repleto de fregueses e convidados”. E ainda, “os inúmeros empregados, num vaivém contínuo, eram insuficientes para atender os múltiplos chamados que de todas as partes lhes eram dirigidos”. Diante de tal descrição, “a sala do botequim apresentava-se com um aspecto sedutor, abrigando em volta de suas pequenas mesas de mármore, grande número de distintas famílias e ilustres cavalheiros” (O JORNAL, 16 nov. 1917). O Bar Carioca era um misto de bar e restaurante, possuindo “completo serviço de bufê e variados cardápios [...] e a par de uma criadagem de maneiras educadas” (O JORNAL, 17 nov. 1917).

Esse era, portanto, o cenário onde circulavam homens e mulheres dos diversos segmentos sociais, que tentavam se colocar na estrada do progresso, da civilização e da modernização. Nesse sentido, se de um lado a cidade convivia com o descaso com a limpeza e higiene, de outro lado, a cidade estava tentando por meio de pequenas reformas e diversões públicas entreter a elite econômica e intelectual. Tais espaços instrumentalizavam a prática da “vida moderna”, possibilitando o convívio social entre a sociedade ludovicense, especificamente entre as famílias da elite que, por possuírem maior poder aquisitivo, deles se utilizavam para desfilarem com vestes e comportamentos elegantes e refinados à imitação dos europeus. Dessa forma, esses novos espaços de sociabilidade burgueses, ou melhor, essas novas formas de viver, proceder, atuar, vestir, aparecer, vêm carregadas de símbolos de distinção.

2.2 Educação na Primeira República: para elite ou para o “povo”?

Na oposição construída por imagens de um país presente condenado e lastimado e de um país futuro desejado é que se constitui a importância da educação como espécie de chave mágica que viabilizará a passagem do pesadelo para o sonho (CARVALHO, 1989, p. 55).

No contexto de construção do Estado Republicano, que se moldava na virada do século XIX para o século XX, a educação obteve, de forma geral, melhorias e avanços qualitativos. O discurso acerca da importância da educação como base para a modernização do Brasil era recorrente, principalmente nas primeiras décadas do século XX.

Diante do quadro de urbanização e higienização apontado no tópico anterior, no qual crescia a circulação de homens e mulheres na cidade, havia uma questão intrínseca à educação: Como adaptar ou formar o homem e a mulher para a vivência nesses “novos” espaços de convívio social? Lembrando que a sociedade passava por um momento de transição saindo de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbana e industrial (em algumas cidades a urbanização era mais visível que em outras, como é o caso de São Paulo) onde as relações sociais eram diferenciadas das primeiras.

A primeira opção que se apresentava para levar o País à modernidade era a educação, ou seja, a educação funcionaria como mecanismo de adaptação dos indivíduos à nova ordem política, econômica e social. Mesmo com a Lei Imperial, de 15 de outubro de 1827, que já apontava para a “[...] criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos para todos os cidadãos (livres)” (FREITAS, 2003, p. 26), até o final do século XIX, a educação, para a elite e para a classe média, tinha uma função prática, pois contribuía para a concretização de seus interesses.

No caso das elites, preparava-lhes os filhos para o exercício das funções de direção dos seus negócios privados e dos aparelhos públicos, perpetuando-os no poder. Quanto às camadas médias, a instrução era caminho que possibilitava a ascensão social. Para os desfavorecidos da fortuna, porém, o fundamental ao exercício de sua função social – trabalho físico material – era aprendido no convívio com a família ou no exercício da prática, e portanto, a escolarização não se incluía entre suas aspirações maiores (SALDANHA, 1992, p. 77).

Somente com as discussões que surgiram no despertar da Proclamação da República e o desejo de tornar o País mais moderno, civilizado e democrático, é que observamos um “avanço” no que diz respeito à educação, principalmente à educação para as camadas populares. Dessa forma, tratava-se da necessidade de uma educação para “formar o homem social, o cidadão, [...] inserido na formação dos valores, hábitos e comportamentos

que ornamentam o homem natural. Os bons sentimentos, a vontade esclarecida, o caráter controlado, os apetites domesticados” (BUFFA, 1991, p. 66-67). Ou seja, uma educação que tornava os indivíduos adaptados aos novos modelos de viver, baseados nos da elite burguesa.

Assim, a educação nesse momento estava vinculada a questões de moldar os homens às novas exigências do “mundo moderno”, considerando que

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens (BUFFA, 1991, p. 36).

Para tanto, juntamente com o projeto do Brasil República veio a necessidade da organização de um projeto educacional que agregasse demandas advindas da desestruturação do antigo sistema Imperial, dentre as quais, o alto índice de analfabetismo. Portanto, na nova ordem a “educação venceria a barbárie”, e a barbárie era justamente tudo aquilo que estava vinculado ao velho Império, escravista e rural (BUFFA, 1991, p. 36-37).

Desse modo, muitas reformas foram tentadas, a exemplo, a Reforma Benjamin Constant de 1890⁴⁷, passando por leis, decretos, regulamentos que estabelecessem um novo modelo educacional e de escola, dita universal, pública, laica e gratuita, com o intuito de capturar “[...] a massa popular, o núcleo da nacionalidade, esses milhões de analfabetos de letras e ofícios relegados a condições sub-humanas de vida que maculavam a assepsia burguesa de que vinham sendo tecidos os sonhos de Progresso da República” (CARVALHO, 1989, p. 20).

Como o principal alvo apontado para a dita construção do Brasil moderno eram as camadas populares que em sua maioria era analfabeta, o investimento maior foi na construção de escolas e principalmente escolas primárias. Müller (1999, p. 58) aponta que

A escola primária e, de preferência, pública deveria ser oferecida massivamente a toda a população que aqui vivia. Começou-se a entender que a escola era o espaço privilegiado para a realização de rituais simbólicos que construiriam e reafirmariam o pertencimento à nação e o sentimento de nacionalidade. [...] Da mesma maneira, não havia instituição melhor para conformar novos valores morais e hábitos de trabalho e de higiene, relativos a uma sociedade que se queria “moderna”, urbana e industrial; enfim, da conformação de novas mentalidades.

Essa preocupação com a difusão da escola primária estava ligada, sobretudo, ao “ensino cívico ou da formação patriótica, fundamento da construção de uma verdadeira

⁴⁷A Reforma Benjamin Constant, a primeira reforma decretada após a proclamação da República, destinada apenas ao Distrito Federal, desejava efetivar a instrução popular no país, tendo como princípios a liberdade, gratuidade e laicidade do ensino, marcada assim pela desoficialização do ensino abolindo a obrigatoriedade do ensino e a responsabilidade do Estado Federal. Esta reforma foi à base das reformas educacionais dos Estados brasileiros (SALDANHA, 1992, p. 80-88).

nacionalidade” (NAGLE, 2001, p. 139), tendo em vista a contribuição que estes dariam para a construção objetiva da nação brasileira. E, de fato o investimento deveria ser em escolas primárias e o foco nas camadas populares, pois a elite e as camadas médias, principalmente o homem, não passavam por tal descaso, tendo estas as maiores e melhores possibilidades de obter educação, inclusive no exterior.

Esse momento em que se propunha desenhar um projeto educacional para o Brasil foi embasado por dois grandes movimentos de ideias: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. O primeiro tratava da necessidade de abertura de escolas. E o segundo da preocupação com os métodos e conteúdos do ensino. Portanto, se

[...] de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas populares na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (NAGLE, 2001, p.134).

Foram, então, esses ideais que basearam as reformas no decorrer das primeiras décadas do século XX. No entanto, implicaram uma “instrução pública primária do meio urbano, em geral, destinada às pessoas mais pobres, [que] desenvolveria mais atividades profissionais/manuais, direcionando os jovens para áreas profissionalizantes, para o desenvolvimento de trabalhadores braçais, até mesmo para atender a demanda urbana”. Enquanto que “o mesmo cuidado não se repetiria com jovens de classe média e alta, pois a estes estavam destinadas as atividades intelectuais, mais valorizadas socialmente e como consequência os cursos superiores e de bacharelado” (SALES, 2010, p. 59).

Então, é importante percebermos que a escola atingiu a população de forma diferenciada, a partir da condição social. Desse modo, a educação brasileira foi dividida entre os educados para trabalhar e os educados para pensar. A elite, por sua vez, fazia parte do primeiro grupo e eram estes que elaboravam as reformas que aconteciam na educação brasileira, colocando em primeira instância as necessidades que acreditavam ser importantes para o tão sonhado “povo brasileiro”. Mas como se deu esse propósito de construção de escolas primárias no Maranhão? Como o Maranhão recebeu tal projeto educacional republicano?

Segundo Sales (2010, p. 65), nas falas e mensagens dos governadores do Estado do Maranhão da época, o discurso sobre a situação e o futuro da instrução pública vinculava educação “ao progresso da civilização, valor moral, os direitos e deveres do cidadão”, tal qual o discurso nacional.

No Maranhão, segundo Andrade (1984, p. 28), em análise sobre a estrutura educacional, até um ano antes da Proclamação da República “o ensino secundário no Maranhão resumia-se ao Liceu, e a instrução primária em toda província a 90 cadeiras do sexo masculino, freqüentadas por 3.181 alunos e 59 do feminino com 1.547 alunas”. E, devido ao crescimento das classes médias urbanas e o número insuficiente de estabelecimentos oficiais, muitas eram as escolas particulares que se instalavam no Estado, principalmente em São Luís.

Como mostra Saldanha (1992, p. 88-105), o Maranhão passou por diversas reformas, acompanhando o novo regime e a Carta Constitucional. Porém vale ressaltarmos que foram reformas superficiais e pontuais, não produzindo transformações profundas na realidade da educação do Estado. A primeira reforma aconteceu logo após a Proclamação da República, sugerida pelo Dr. José Tomás Porciúncula, através da elaboração do Decreto nº 21, de 15 de abril de 1890, que reorganizava o ensino público no Maranhão, dividindo o ensino público em três níveis: primário (facultativo), secundário e técnico ou profissional. No ano seguinte, outra reforma foi feita na instrução, pelo então governador do Estado Lourenço de Sá, com o Decreto Estadual de nº 94, de 1º de setembro de 1891, em que o ensino primário voltava a ser obrigatório, livre, gratuito, e laico. Além disso, a de se frisar a tentativa de municipalizar o ensino primário. Em 1893, outra reforma foi feita com a aprovação da Lei nº 56, de 15 de maio de 1893, no qual o “ensino do Estado ficava dividido em primário, normal, secundário, profissional ou técnico e superior”. E por fim, tivemos a reforma de 1895, propugnada por Benedito Leite, que revitalizou a Escola Normal e trouxe de volta a obrigatoriedade do ensino primário.

A criação de escolas estava vinculada ao imaginário republicano, pois estas eram o signo da instauração da nova ordem e a “arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 7). Todavia, essa preocupação com a educação básica, por vezes, estava somente no discurso, pois o número de escolas criadas era distante do que se propunha. Isto é, “o discurso de grande instrução por meio das autoridades perdia-se na operacionalização prática, onde o aumento de escolas e matrículas ainda era pequeno frente à grande demanda” (SALES, 2010, p. 85).

De acordo com Saldanha (1992, p. 153), “o ideal republicano de tornar o ensino elementar acessível às camadas populares não se concretizou no Maranhão, embora se possa identificar um aumento de 54,36% no número de escolas primárias [...]”. A autora informa também que o Inspetor Geral da Instrução, informava que no ano de 1894 o Estado contava

apenas com “163 escolas primárias, freqüentadas por 5.106 alunos”. E, no ano seguinte, o número de escolas mantidas pela Intendência na Capital e mais duas do Estado, “havia um total de 177 escolas frequentadas por 6.865 alunos”. É importante verificarmos que o número de escolas primárias era baixo diante da demanda por alfabetização da época.

Em São Luís foram instalados os grupos escolares com o intuito de substituir as escolas isoladas, porém as escolas isoladas permaneceram formando a estrutura educacional nos primeiros anos do século XX. Em análise acerca das Falas e Mensagens de Governadores do Estado do Maranhão (1914-1919), Sales (2010) observou que as matrículas nas escolas isoladas registraram um crescimento no Estado, porém em São Luís manteve-se o mesmo número de matriculados(as). E ainda, o número de meninas e meninos, no geral, era equilibrado. Segundo a autora,

O ensino primário registrava números de crescimento em suas matrículas, freqüência e aprovação, com proporções sempre mais complicadas quando se refere à permanência dos alunos e sua aprovação ao final do ano letivo. Em 1917, o Maranhão possuía 56 municípios e, destes, 50 possuíam escolas estaduais somando um total de 115 escolas no interior e na capital. Em 1919 existiam 185 escolas isoladas no estado, destas 159 somente nas cidades do interior, em dois anos foi registrado um número de escolas acrescido em 44, o que diante da realidade estadual não poder ser considerado insignificante, é preciso refletir não apenas na quantidade de escolas que abriam, mas também nas condições de funcionamento e qualidade de ensino (SALES, 2010, p. 76-77).

A principal característica das escolas era o seu funcionamento em casas de professores. Em São Luís, normalmente, elas “funcionavam em prédios públicos ou em casas alugadas nos bairros determinados pelo governo”. Com a implantação do regime republicano, a instrução pública primária ficou a cargo dos municípios. Todavia, existiam escolas isoladas mantidas tanto pelos municípios quanto pelo Estado. Vários eram os problemas enfrentados pelas escolas municipais primárias, dois deles eram a falta de profissionais qualificados e estruturas inadequadas das casas que cediam lugar às escolas. No currículo dessas escolas constava a aprendizagem de contar e escrever, moral e prendas domésticas, para as meninas (LICAR, 2010, p. 33-34).

As escolas isoladas, a partir do Decreto nº14, de 10 de abril de 1901, passaram a ser denominadas Escolas Estaduais. No Maranhão havia seis escolas primárias, dentre elas duas eram exclusivamente femininas. Somente a partir de 1903, com a criação dos grupos escolares é que se teve a ampliação do ensino e a educação conjunta (mista) entre meninos e meninas (SALES, 2010, p. 82).

Já os grupos escolares, cuja implantação em São Luís refletiu o movimento modernizador da educação que envolveu praticamente todas as capitais brasileiras no início

da república, eram também chamados de escolas graduadas, possuíam uma nova forma de organização das classes, diferente daquela das escolas isoladas em que o(a) professor(a) ensinava alunos em diferentes níveis de aprendizagem em uma mesma sala. Assim, os grupos escolares implantaram o sistema de divisão dos alunos em série (LICAR, 2010, p. 53).

Em análise sobre as matrículas no ensino primário entre 1889 e 1927, Sales (2010, p. 84) aponta que em um longo espaço de tempo o número de matrículas não cresceu tanto quanto se esperava, considerando os discursos das autoridades, pois o aumento do número de escolas e as matrículas ainda era pequeno.

E quanto ao ensino secundário, quais os seus avanços? Quais as perspectivas de a mulher adentrar o ensino secundário? Diferente do ensino primário que tinha como intuito acabar com o analfabetismo e atingir as camadas populares, o ensino secundário, durante o século XIX e início do século XX, “destinou-se a preparar o ingresso dos filhos das elites nos Cursos Superiores” (SALDANHA, 1992, p. 171).

No Maranhão, nessa época, a única instituição do Estado a ministrar o ensino secundário era o Liceu Maranhense⁴⁸. O acesso ao ensino secundário público do Liceu restringia-se a uma minoria formada pela elite masculina. Dessa forma, mesmo com o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, seus efeitos “estavam limitados pela conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura da escola secundária, bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através dessa instituição que se mantinha a separação entre ‘elite’ e ‘povo’” (NAGLE, 2001, p. 155).

Ao analisar o Relatório do Governo do Estado do Maranhão 1889/1929, Sales (2010, p. 85) percebeu que no decorrer desses dez anos registrou-se uma média de 274 matrículas/ano e 9% de acréscimo médio ao ano, o que mostra a inexpressiva quantidade de matrículas, tendo em vista o número de alunos que cumpriram o ensino primário e que estariam aptos a adentrar o ensino secundário, concluindo, então, que o Liceu mantinha a sua posição elitista. E ainda, esta etapa do ensino não alcançava o público feminino, pois o Liceu e as demais escolas secundárias do Estado destinavam-se exclusivamente ao ensino de rapazes que galgavam ingressar no ensino superior. Dessa forma, somente algumas moças de famílias abastadas tinham acesso à boa escolaridade, recorrendo a professores particulares que lhes ensinavam disciplinas que constavam nos currículos do Liceu (SALDANHA, 1992, p. 175).

A esta escola estavam destinados os futuros administradores do Maranhão tendo em vista que aos formados do curso secundário do Lyceu Maranhense era entregue uma

⁴⁸O Liceu foi criado no Maranhão por Dr. Vicente Tomás Pires de Figueredo Camargo em 1838.

certidão que permitia a investidura em cargos públicos do Estado. Sua posição de excelência em relação às demais instituições se justificava, também, pela concepção de cidadania concedida aos ilustres e inexpressivos maranhenses que conseguiram chegar ao sistema secundário de ensino (SALES, 2010, p. 86).

Além das escolas primárias e secundárias, tivemos também a instalação das escolas noturnas que tinham como fim alfabetizar e profissionalizar os jovens maiores de 16 anos. Segundo Sales (2010, p. 66), “o registro de escola noturna em 1992 aponta 155 alunos, todos do sexo masculino e a maioria com idade superior a 15 anos [...]”. Segundo a autora, não houve registro da presença de mulheres na escola noturna.

Este, portanto, é o quadro da educação primária e secundária da época, em que o projeto de educar o povo foi atropelado pela “necessidade” de formar filhos da elite para manterem-se no topo da hierarquia social. Pois como diz em Bourdieu e Passeron (2008), a escola está distante de nivelar os escolares, fornecendo instrumentos que de forma marcante e de acordo com a necessidade, pudessem garantir o seu sucesso escolar e uma possível mudança em sua situação social. Neste caso, a escola reforçou a desigualdade, uma vez que não fornecia possibilidades reais para que o(a) aluno(a) transpusesse os diversos obstáculos de ordem social e cultural.

2.2.1 “A santa tarefa da mãe”: educação feminina

No início do século XX, a pressão, principalmente da elite, em tornar o Brasil um país “civilizado” e “moderno” colocou a educação como crucial nesse processo. Dessa forma, somente através da educação, como já dito, é que se alcançaria o progresso. E foi nesse período que entraram em cena as mudanças no que concerne à educação da mulher, “pilar de sustentação do lar” e, por consequência da Nação. Neste momento a posição da mulher estava sofrendo alterações, de modo que ela podia aspirar a uma educação mais apurada, “apesar de se manter a supremacia masculina, e a permanência da mulher no espaço doméstico continuar sendo considerado um tipo ideal de comportamento” (ALMEIDA, 2007, p. 108).

Desse modo, a instrução da mulher estava inserida no “discurso republicano de valorização da educação, tanto no sentido da formação intelectual, quanto na observação de atores relevantes para quem se pretendia esposa e mãe” (SALES, 2007, p. 63). Por conseguinte, se a mulher, no século XIX, era representada como doce, delicada e frágil, destinada à maternidade, nos anos iniciais do século XX esses qualitativos continuaram fortemente vivos e continuavam sendo utilizados, apenas com uma nova roupagem, o da “mulher educada”.

Mas por que esse interesse em educar as mulheres? Educar a mulher no período após a proclamação da República estava entrelaçado com outros interesses republicanos de: Como formar o cidadão que tanto propalava os republicanos? Como manter a família harmônica, base da pátria, como queriam os republicanos positivistas? Somente as mulheres, diante de sua centralidade no lar, através da educação, e de outras formas de manipulação (jornais, revistas, etc.) poderiam tornar tais discursos realidade.

Educar o público feminino tornava-se uma questão central na medida em que se necessitava de uma mulher que soubesse conviver nos momentos de sociabilidade, no âmbito da cidade; de uma mãe higiênica e preocupada com a saúde e a educação dos filhos e com a harmonia familiar. Então, respectivamente, a educação feminina se dava perante a necessidade de as moças conseguirem um “bom casamento” e manterem o *status* social. Desse modo, “[...] educar as mulheres passou a ser uma necessidade que se impunha cada vez mais diante de uma sociedade que se urbanizava e que ditava novas regras de convivência no espaço citadino” (ALMEIDA, 2007, p. 97). Assim, diante das novas perspectivas sociais que surgiam com o chamado “mundo moderno”, tornou-se preponderante a necessidade de educar a mulher, visando não à emancipação feminina, mas a oferecer às moças melhor preparo para que exercessem com maestria suas ditas competências: mãe, esposa e dona de casa.

Enfim, se por um lado, a ênfase na educação feminina poderia provocar brechas para a emancipação dessas mulheres, e, vale dizermos, muitas dentre elas utilizaram-se da educação para libertarem-se do lar; outras participaram dos movimentos feministas da época⁴⁹, por outro, continuava reafirmando a necessidade da presença da mulher no ambiente doméstico, considerando que muitas escolas mantiveram em seus currículos disciplinas voltadas para a organização do lar. Dessa forma, o reclamo por uma educação feminina passava pela necessidade de formar mulheres para seu “único destino”: ser mãe.

É pela sua incomparável missão moral, como missionária do amor, que a Mulher se caracteriza socialmente, no concerto da harmonia social; como educadora do homem, como providencia moral, como verdadeiro poder moderador da nossa existência real, de necessidade sujeita às fatalidades exteriores. Mãe, filha, esposa, principalmente, e acessoriamente irmã, e mesmo criada; Ella cultiva, em cada um de nós, no recesso do lar, graças á sua espontânea superioridade moral, os melhores affectos do nosso dever, da nossa felicidade, e da nossa própria saúde (GOMES DE CASTRO, 1921, p. 161). (grifos nossos)

⁴⁹Segundo Pinto (2003), na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo. E no Brasil essa primeira fase foi caracterizada pela luta das mulheres por direitos políticos, além da entrada das mulheres no ambiente acadêmico e intelectual, ou seja, na educação. Estas lutavam por uma educação que não funcionasse somente como adorno.

Face ao exposto, inferimos desse discurso que a necessidade de educação para as mulheres estava vinculada à modernização da sociedade e aos novos espaços de sociabilidades e lazeres, à higienização da família e, na linguagem republicana, “à construção da cidadania dos jovens” (LOURO, 2009, p. 447), por ela ter um papel central na educação dos filhos. A educação feminina estava, portanto, baseada na moral e nos “bons costumes” e a mulher era vista como fio condutor, ou melhor, como colaboradora para semear as boas condutas no lar e, na escola, como professora. Assim sendo, “a educação tornou-se ponto-chave, particularmente a educação feminina, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe, da família e das futuras gerações do país” (ALVES; MATOS, 2006, p. 175).

Segundo Abrantes (2010, p. 232),

Até o advento da República, as mulheres compunham o maior contingente de analfabetos do país, pois além de não terem a mesma oferta que os homens para a instrução pública primária, ainda eram impedidas de frequentar aulas noturnas, criadas por instituições filantrópicas ou pelo governo, e enfrentavam o preconceito de muitas famílias que consideravam sua instrução desnecessária. A extensão do ensino e adoção pelo estado republicano do ensino laico foram fatores de mudança na educação feminina, possibilitando a aquisição de conhecimentos científicos em vez da tradicional ênfase no ensino moral, religioso e nas prendas domésticas, muito embora esse conteúdo não tenha desaparecido do currículo escolar destinado às mulheres.

Esse tipo de educação que priorizava à formação moral, o caráter e o comportamento da mulher, para muitos grupos sociais era ideal, visto que as “mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas”. Estas, sendo educadas para esse fim, necessitavam apenas de um baixo nível de instrução escolar. Por isso, os homens eram instruídos para desenvolverem a inteligência, e as mulheres eram educadas para desenvolver o caráter. Uma das razões “[...] para o incentivo a um baixo nível de escolarização para as mulheres se dava algumas vezes pelo fato de que as mesmas adquiririam um aspecto ‘masculinizante’ por meio do estudo excessivo e perderia a sua ‘essência’” (LOURO, 2009, p. 446).

De todo modo, a educação feminina começou a ter ares de igualdade quando, no final do século XIX, foi estabelecido, além das salas para cada sexo separadamente, as chamadas “escolas mistas”, a chamada coeducação (ALMEIDA, 2007). Essas escolas mistas foram um grande passo para a inserção da mulher no sistema educacional, pois “meninas e meninos passavam a ser atendidos por um sistema escolar que se lançava mais igualitariamente” (SALES, 2010, p. 72). Essa iniciativa foi estabelecida “[...] para atender também aos objetivos de uma vida pública mais freqüente e [em função] da necessidade de

profissionalização das mulheres, era também importante que houvesse a propagação desde a infância, de um contato considerado sadio entre os sexos” (SALES, 2010, p. 73). Todavia, a educação doméstica continuou imposta às meninas da época.

No Maranhão, segundo Sales (2010, p. 71), a inclusão das mulheres na instrução formal e pública ocorreu de forma “mais lenta e gradual” quando comparada com a realidade de outros estados. Até então a possibilidade de estudo que a maioria das mulheres possuía era o ensino primário público ou privado e o secundário privado, para as mulheres de classes médias e altas. Porém, além do baixo número de escolas primárias e secundárias, tanto para homens quanto para mulheres, havia também a falta de professores e, principalmente de professores qualificados para o cargo, como apontado no tópico anterior.

Os discursos, tanto dos governantes quanto aqueles presentes nas críticas feitas nos jornais da época, assinalavam para o imperativo de criação de uma Escola Normal para a preparação de professores qualificados e o conseqüente melhoramento do ensino. Essas “instituições foram abertas para ambos os sexos, embora o[s] regulamento[s] estabelecesse[m] que moças e rapazes devessem estudar em classes separadas, preferencialmente em turnos ou até escolas diferentes” (LOURO, 2009, p. 449).

Há de se considerar que essa instituição, Escola Normal, era indispensável para a educação, aparecendo tardiamente no Maranhão, apesar da repercussão que a educação e a escolarização ganharam a partir do século XIX, segundo a historiografia, pouco repercutindo neste Estado (MOTTA; NUNES, 2008).

Para resolver tal situação tivemos a criação da Escola Normal mediante o Decreto nº 21, de 15 de abril de 1890 (SALDANHA, 1992, p. 126). Segundo Motta (2003, p. 31), “[...] A trajetória da Escola Normal no Estado do Maranhão é pontuada por sucessivas crises (tanto estrutural como financeira), configurando-se nos seus primórdios como uma instituição, por excelência, da barganha político partidária em detrimento das exigências da política educacional vigente”.

Esta Escola teve como principal clientela as mulheres, dada a necessidade de formar “senhoras honestas”⁵⁰ para reger as classes de meninas, pois, como já vimos, fazia-se necessária a educação das moças.

A Escola Normal, destinada a preparar os ‘futuros professores’ do ensino primário, funcionou inicialmente no mesmo edifício do Liceu, um prédio alugado na rua Formosa, nº 28, no centro da cidade. Em seu programa de ensino, além das disciplinas comuns ao currículo do Liceu, havia as disciplinas de Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Desenho, Música, Ginástica. Especificamente para o sexo

⁵⁰Termo utilizado por Guacira Lopes Louro para identificar as professoras advindas da Escola Normal. Ver (LOURO, 2009).

feminino havia aula de costuras, bordados e princípios de economia doméstica (ABRANTES, 2010, p. 236).

Como escola preparatória de professores, segundo Sales (2010, p. 91), a Escola Normal,

[...] em vez de priorizar o estudo vinculado à prática de ensino, à modernização dos métodos, e estudo das disciplinas específicas, as mulheres tinham aulas semanais de disciplinas destinadas a prepará-las para serem esposas e mães, afastando-as da formação profissional. Semanalmente, tinha-se a divisão de atividades às mulheres que eram distribuídas da seguinte maneira: 5 h/a de caligrafia a desenho aplicado às prendas domésticas, 8 h/a de prendas femininas e economia doméstica, enquanto a pedagogia que incidira diretamente sobre a profissão de professor só tinha 6 h/a, juntamente com geografia, química, física, numerologia e cosmografia.

Isso mostra como a educação formal das mulheres era vista por muitos grupos sociais, principalmente pela elite conservadora, como “um complemento da formação feminina, isto é, uma espécie de acréscimo aos dotes e prendas já adquiridos pela mulher” (BERNARDES, 1988, p. 27). E, além de bordar, cozinhar e comandar a casa, a mulher teria também que entender, mesmo que de forma superficial, de história, aritmética, geografia, entre outros, para quando necessário optar pela carreira do magistério. Como enfatiza Louro (2009, p. 444), “[...] seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras”.

A Escola Normal no seu início apresentou baixa frequência, principalmente masculina. Segundo Abrantes (2010, p. 236-237), em análise dos relatórios da Diretoria da Escola Normal e da Mensagem do Exmo. Sr. 1º Vice-Governador do Estado do Maranhão, Dr. Casimiro Dias Vieira Júnior, de 05 de junho de 1894, a escola em 1893 tinha o seu público formado por 16 alunas. Destas 6 matriculadas no primeiro ano, 8, no segundo ano e 2 concluíram o terceiro ano e foram as primeiras diplomadas pela escola.

O baixo número de matriculados foi mantido pelos 10 primeiros anos de existência da escola, que diplomou somente 11 normalistas. Isso ocorria por conta dos baixos salários recebidos pelos professores e ainda por conta do caráter técnico que não habilitava para o ingresso nos cursos de nível superior. No início do século XX, para aumentar o número de matriculados (homens) foram propostas vantagens para os professores que tivessem diploma da Escola Normal, tais como: plano de carreira e aumento dos vencimentos dos(as) normalistas; ocupação das cadeiras do ensino primário por normalistas; desmembramento da Escola Normal do Liceu; além do fornecimento de bolsas de estudo para alunos(as) carentes do interior (MOTTA; NUNES, 2008, p. 304-305). Mesmo com tais vantagens, as mulheres continuavam sendo as frequentadoras da escola, o que vinha a ser um problema de ordem

pública, pois elas não poderiam sair da capital para ocupar as vagas no interior do Estado, onde urgia a necessidade de professores.

Segundo Saldanha (1992, p. 137), o reduzido número de diplomadas se dava devido ao fato de que

A clientela da Escola Normal neste período, havia cursado a escola primária no período Imperial, quando era destinado às mulheres um ensino mais simplificado e rudimentar que o facultado aos homens. Isto gerava dificuldades na aprendizagem de novos conteúdos, pois muitas vezes faltavam-lhes os pré-requisitos, as bases sobre as quais deveriam sustentar-se os novos conhecimentos. Havia pois uma grande distância entre as exigências curriculares do Curso Normal e os estudos proporcionados às mulheres pelo ensino elementar. Sentindo dificuldades para acompanhar os estudos, as normalistas preferiam abandonar os estudos muito cedo a Escola.

Além disso, nessa época as obrigações da mulher se centravam no interior dos muros do lar. Desse modo acreditava-se que não havia a necessidade de uma profissão para elas. Para muitas mulheres de elite, por exemplo, o “desinteresse se dava em função de não pretenderem seguir a carreira do magistério e da possibilidade de cursarem o ensino secundário nas escolas particulares existentes na capital. Mesmo assim, várias moças de elite de São Luís estudaram na Escola Normal” (ABRANTES, 2010, p. 238).

Já as mulheres de classe média, para alcançar o ensino secundário, era somente através da Escola Normal, visto que diante das alterações no quadro sócioeconômico do Brasil e, em especial, de São Luís, com o surgimento da “classe média”, a educação tomou novos rumos, de modo que as mulheres desta camada precisavam da educação para manter um serviço dito “digno” e “honesto”, e com isso muitas vezes sustentar a família. Além disso, necessitavam dessa educação para agregar valor na disputa por um marido. Desse modo, muitas moças se habilitavam a estudar na Escola Normal enquanto aguardavam o casamento, daí a denominação, “cursos espera-marido” (SALDANHA, 1992, p. 138), pois como afirma Abrantes (2010), com o fim do dote em dinheiro passou-se a valorizar os ditos dotes simbólicos, dentre estes, a educação.

Por outro lado, várias foram as tentativas de aumentar o número de matriculados na Escola Normal, propondo vantagens e garantias aos diplomados como já apontado. Porém, sua frequência só foi fortalecida com a criação da Escola Modelo. Segundo Motta (2003, p. 32), a Escola Modelo, foi criada a partir da Lei nº 155, de 6.5.1896, a qual estabelecia que esta Escola era “[...] destinada ao exercício do ensino dos alunos normalistas”. Além desta, vale destacarmos:

[...] revisão do seu regulamento (Lei nº 232, de 5.3.1900); conversão das escolas estaduais em grupos escolares, os quais deveriam observar o método de ensino seguido na Escola Modelo (Lei nº 323, de 26.3.1903); criação pelo governo de

grupos escolares no interior do Estado modelando-os pelos da Capital, ou seja, curso primário de seis anos, prática da língua francesa do 3º ano em diante, e todos os professores normalistas (Lei nº 363, de 31.3.1905); nomeação de uma professora de piano para a Escola Normal e Escola Modelo e autorização de aulas noturnas de instrução primária, devendo ser aproveitados os professores normalistas, que já estivessem dirigindo cadeira de instrução pública (Lei nº 398, de 28.4.1905) (MOTTA, 2003, p. 32).

A Escola Modelo seguiu o padrão elitista, ou seja, não assumiu os discursos de educar o “povo”. Como diz Saldanha (1992, p. 142-143), era “organizada segundo o modelo de educação elitista, esta escola chegou a ter aulas de francês e professora de piano”. Continuando, afirma que “a Escola Modelo era uma escola privilegiada que não representava as reais condições do ensino elementar do Maranhão”. Portanto, “[...] constituía-se numa instituição destinada à educação dos filhos das elites”.

Em 1914, segundo Abrantes (2010, p. 243), ocorreu a fusão da Escola Normal com o Liceu Maranhense (Lei nº 666, de 28 de abril de 1914). Diante dessa fusão, passou-se

[...] a ministrar o ensino secundário dividido em dois cursos, um de preparatórios e outro profissional destinado a preparar o magistério primário do Estado. Esta medida se justificava pela pequena freqüência do alunado da escola normal e a subutilização do seu prédio, inviabilizando sua manutenção. Por outro lado, era uma forma de atrair os alunos do sexo masculino para a carreira do magistério, tirando a feição ‘feminina’ do curso normal já presente na escola, dando atrativo do prestígio do Liceu, uma escola tradicional da elite maranhense.

Ainda segundo a mesma autora, no curso normal estava aumentando consideravelmente o número de matriculados, ultrapassando o número de rapazes no curso ginásial. De acordo com a Mensagem do governador Raul da Cunha Machado, de 05 de fevereiro de 1917, a autora informa que no curso ginásial as matrículas foram de 54 alunos e no curso normal 163. Na capital havia outras escolas que formam normalistas, como a “Escola Normal Primária, o Colégio Santa Tereza, o Instituto Fernandes e o Educandário Maria Auxiliadora, instituições particulares que ajudavam a atender a nova demanda e aumentavam o número de mulheres” (ABRANTES, 2010, p. 246).

No entanto, qual o motivo de o público feminino compor a maior parte do alunado da Escola Normal? Como bem sabem os historiadores, os acontecimentos humanos e, portanto, sociais não acontecem por acaso. O grande número de mulheres se dava por conta não só das mudanças econômicas, sociais e políticas e pelo surgimento da classe média, como também pela ideologia formada na época de que a mulher tinha atributos necessários para ser professora no magistério primário.

Enfim, em São Luís o que restava para as mulheres das camadas médias e altas era a Escola Normal e as escolas secundárias particulares, visto que o Liceu Maranhense era exclusivo para o sexo masculino. A educação feminina, portanto, não funcionava como

escada para continuação nos estudos, levando a mulher à aquisição de uma profissão, mas sim como um aperfeiçoamento de seus “deveres” dentro do lar ou como professora primária, que mais se assemelhava as suas “funções naturais”. Em artigo intitulado *A mocidade feminina* no jornal “A Cruzada”, de 13 de setembro de 1892, o autor, ao analisar um texto em que consta a narrativa de um lisbonense acerca das meninas indo para o Lyceu de Lisboa (ANEXO C), elencando uma série de desprazeres quanto à “educação científica dada ao bello sexo”, conclui:

N’esta mania que se apoderou da mulher, mania de copiar o homem no seu genero de viver, está imminente um grande perigo physiologico para ella, como que a annullação d’aquillo que constitue a sua individualidade propria.

Educar a mulher nos conhecimentos abstractos, fazer d’ella um sabio, é inverter a ordem natural das funcções no organismo feminino, querer substituir o sentimento, que é a nota predominante della, pela razão, que é a característica do homem.

Ha um perigo enorme para a especie n’esta educação que tende ao estiolamento da mulher, fazendo lhe funcionar por demais o cerebro; é o de tornal-a inapta para o seu papel de mãe. A mulher precisa ser sã, gozar de saude, para que seus filhos sejam organismos completos. Com os caprichos da moda, que lhe deformam o corpo, com uma educação em opposição ao seu organismo, faz-se d’ella um ser doentio, um monstro organico, que só pode dar nascimento a seres fracos, devorados da nevrose materna. Assim o estamos vendo nas camadas altas da sociedade em que este regimen de viver é dado á mulher, camadas onde se accentua uma forte degenerescencia vital. *Jos Rodrigues*

O argumento do autor acerca da inoperância de uma educação formal com conhecimentos abstratos para as mulheres se baseava na suposta ocorrência da degenerescência da família, pois a partir do momento em que a mulher perdia o foco do lar nada poderia segurá-lo, organizá-lo e prepará-lo para as intempéries futuras que viessem a acontecer diante das novidades do “mundo moderno”. Dessa forma, na composição da mulher idealizada pela elite conservadora, a educação reiterava a “rainha do lar” e promovia a figura materna como central no interior de uma família harmônica.

Quanto à possibilidade de freqüentar os cursos superiores, como diz Abrantes (2010, p. 241):

Na virada do século, era inexpressivo o número de mulheres com cursos superiores no Brasil, as chamadas doutoras, bem como era pequena a participação feminina na ‘República das Letras’, embora estivesse crescendo o número de mulheres empregadas no telegrafo, no comércio, nos escritórios, no magistério, além do grande contingente de mulheres pobres empregadas nas indústrias e nos serviços doméstico.

As primeiras a adentrar os cursos superiores foram as mulheres de elite. E às mulheres de classe média e pobres em ascensão restavam os cursos normais, de preparação para o magistério, sendo eles públicos ou particulares.

Somente na década de 1920 é que tivemos mulheres maranhenses ingressando no ensino superior. E como diz Abrantes (2010, p. 251), “as doutoras em São Luís foram poucas

nesse período, vindas de outros estados, sendo principalmente ‘médicas de senhoras’, exercendo a ginecologia e obstetrícia, ou sendo cirurgiãs-dentistas”.

De todo modo, observamos uma ampliação na possibilidade de ingresso da mulher na educação, tanto escolar quanto acadêmica, pois, apesar das restrições, nesse momento muitas mulheres já adentravam os muros das universidades, contribuindo, de certa forma, para a ampliação das possibilidades de emancipação feminina. Porém, mesmo diante dos avanços quantitativos a educação formal republicana para as mulheres em São Luís, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, especialmente a educação para o lar imposta às mulheres continuou a ser reproduzida para além do sistema escolar, resumindo-se basicamente a uma educação voltada ao aprendizado de atitudes domésticas e de um bom comportamento.



A civilidade, ou para falar uma linguagem mais moderna, a polidez não é outra coisa senão a manifestação, a prova visível, e por assim dizer palpável, da bondade de cada qual que deve sempre transluzir no trato do mundo. É a moeda cunhada com metal precioso composto das virtudes amáveis que encerram os corações generosos. É a benévola afirmação dos sentimentos elevados, dos instintos de obséquios e dedicação. Em uma palavra, é a qualidade por excelência que revela todas as outras qualidades, aplicando ao bem-estar, à satisfação de todos, até mesmo as virtudes mais recatadas que reservam seus encantos para aformosear o lar doméstico, e que só se exercem no círculo da família e no recinto da intimidade (ROQUETTE, 1998, p. 68-69).

A formação de uma “elite urbana” que vinha se desenrolando desde a segunda metade do século XIX e se firmou no início de século XX, na tentativa de atualizar-se com os padrões civilizacionais: a urbanização e modernização da cidade, buscou não só por meio da implantação e construção de escolas formas ou instrumentos para tornar-se “moderna” e “civilizada”. Mas, para a elite, principalmente para as mulheres, a distinção perante as outras

camadas sociais e o aparentar riqueza se dava através de outro tipo de educação, voltada para o traquejo social, para o comportamento nos espaços públicos. Essa educação foi intitulada para efeito deste estudo de “educação de salão”. Tal educação era pouco acessível aos chamados “novos ricos” e as camadas médias, as quais não tinham contato com esta educação “desde de berço”. Já para as mulheres de elite, que viviam rodeadas pela presença de domésticas e adquiriam aprendizagem cotidiana de valores e dos “bons comportamentos”, essa educação não encontrava equivalentes na formação escolar, tornando-se um meio de garantir exclusividade e distinção. Porém, para as camadas médias, era uma forma de adentrar o “mundo civilizado” e garantir um “bom casamento”. Mas, o que significa educação de salão? Qual a sua natureza e sentido? Quais os instrumentos e conteúdos utilizados para proporcionar a educação de salão aos homens e principalmente às mulheres de elite?

3.1 “Educação de salão”: natureza e significado

A “educação de salão” a que nos referimos neste estudo está diretamente ligada ao comportamento social. Esta educação traz em seu âmago o ensino das “boas maneiras”, isto é, o comportamento que homens e mulheres devem possuir tanto dentro do lar quanto nos espaços de convívio social. Portanto, a “educação de salão” está envolvida “não somente à questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, ou seja, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros” (PILLA, 2004, p. 50), como, por exemplo, a honestidade, a higiene e os modos de andar, vestir etc.

Todavia essa educação não passou a existir somente no período estudado, início do século XX, tampouco originou-se no Brasil. Para complementar esse pensamento, Pilla (2004, p. 50) utiliza-se de uma passagem de Daniela Romagnoli: “Todas as sociedades, em todas as épocas, estabeleceram princípios que regiam as relações entre os grupos e os indivíduos”. Dessa forma, as questões de uma educação para o convívio social acompanharam e acompanham a humanidade no transcorrer da história. E como diz Nobeit Elias (1994, p. 73), “[...] questões semelhantes ocuparam os homens da Idade Média, da Antiguidade greco-romana, e sem dúvida também de ‘civilizações’ anteriores assemelhadas”.

Conforme Pilla (2004), em estudo específico sobre os modos à mesa, aponta que na Antiguidade Grega já existiam tipos de literatura pedagógica que visavam ensinar “bons modos”, isto é,

Preceitos como os da temperança, sobriedade e de sociabilidade já estavam presentes nos ‘versos dourados’, de Sólon e Pitágoras; no ‘De officiis’, de Cícero; e

no ‘Tratado da educação da juventude’, de Plutarco. Sem falar nos famosos dísticos da Escola de Salerno, que foram muito difundidos na Idade Média e mesmo durante a Renascença (PILLA, 2004, p. 51).

Na Idade Média, por exemplo, as normas de conduta chegavam às pessoas por meio de “trovas ou provérbios fáceis de memorizar” (PILLA, 2004, p. 51). Contudo, somente a partir do século XVI houve um intenso esforço em codificar e controlar os comportamentos, submetendo-os às normas de civilidade, ou seja, “às exigências do comércio social” (REVEL, 1991, p. 169). E, a partir de então, estas normas

passaram a ser compiladas em códigos de conduta escritos, que passam a definir como cada um deveria se comportar nas diversas circunstâncias da vida: regras concernentes à higiene do corpo; ao comportamento em sociedade; às atitudes perante as funções corporais; às maneiras à mesa, entre outras (PILLA, 2004, p. 50).

Tal fato se dava diante de uma sociedade que estava “em transição”, ou melhor, saindo da Idade Média e entrando em outro momento, o de formação dos Estados Nacionais, Idade Moderna, pois não era só a sociedade que estava em transição, “o mesmo acontecia com as maneiras” (ELIAS, 1994, p. 83). E é a partir da consequente alteração nas relações sociais que ocorre a circulação dos códigos de conduta, pois é nesse momento que

[...] a sociedade européia apresentará uma hierarquia social bem mais rígida, com uma nova aristocracia, formada por pessoas de origens sociais diversas, exigindo, por isso, a necessidade de códigos que retratassem um comportamento social mais uniforme, principalmente no intuito de garantir as insígnias de uma classe. Muitas das atitudes que até a Idade Média eram em grande medida toleradas, passam a ser exigidas, aumentando o nível de coação entre as pessoas. Isso pode ser observado pelo crescente interesse e preocupação das pessoas em ser ‘civis’, adequando maneiras, controlando gestos e garantindo para si um “bom” convívio entre seus iguais (PILLA, 2004, p. 54).

É nessa sociedade, que se encontrava em processo de transição e de afirmação de novos espaços sociais, que se estabelecem os códigos de comportamento social, os quais são reforçados do final do século XVIII em diante.

Para compreender a “educação de salão”, de forma mais abrangente, é necessária uma análise no que diz respeito ao comportamento da aristocracia de corte e do cortesão da “boa sociedade”, do *Ancien Régime*, pois foi o ritual da corte que influenciou os comportamentos ocidentais a partir de então.

No reinado de Luís XIV, a corte era o centro essencial e determinante da sociedade. Além disso, todos os integrantes da corte viviam junto ao rei e o convívio social concentrava-se quase em sua totalidade no Palácio no qual o rei estivesse instalado, pois ele não aprovava “a fragmentação do convívio social e a constituição de círculos fora da corte” (ELIAS, 2001, p. 97). Esse círculo fechado da vida social foi-se desmoronando em um processo gradual, principalmente com a cautelosa entrada da burguesia nos meios sociais.

Já sob o reinado de Luís XV⁵¹, “o centro de gravidade deslocou-se de tais palácios para os *hôtels*, as residências de aristocratas da corte que não eram príncipes” (ELIAS, 2001, p. 97). Desse modo, o que antes só ocorria na corte se disseminou, ou melhor, se descentralizou, porém essa divisão não afetou o significado da corte como centro do convívio e como fonte de cultura. Nesse sentido, o convívio social e a cultura da alta sociedade foram se descentralizando paulatinamente, “expandindo-se desde os *hôtels* dos nobres da corte até os *hôtels* dos financistas. Foi nesse estágio que ‘o monde’ produziu o fenômeno conhecido como cultura de salão” (ELIAS, 2001, p. 97).

No contexto da corte o dinheiro e a riqueza eram indispensáveis, mas não constituíam, como mais tarde para a burguesia, fonte de prestígio. Significava para a nobreza mais do que riqueza; pertencer à sociedade de corte e estar junto ao rei era condição de sua existência como classe superior. Não havia outro lugar onde pudessem viver sem perder seu *status*, por isso agüentavam todas as regras de modelação de conduta (PILLA, 2004, p. 18).

No frágil reinado de Luís XVI⁵², com a expansão dos burgueses e de suas riquezas, a corte foi perdendo ainda mais a sede e a importância como centro social, e com isso a “boa sociedade” espalhou-se mais, disseminando a cultura de salão. Dessa forma, as regras de civilidade, que até o século XVI e meados do XVII serviam somente para os membros da corte, passaram a ser utilizadas por todos, ou seja, pelas crianças e por adultos de uma forma geral, que deveriam seguir os preceitos de civilidade. Porém, alguns preceitos marcavam a distinção entre as camadas sociais, passando pouco a pouco a ser restritos a uma pequena parcela da população, dos ditos civilizados, polidos. Segundo Rainho (1995, p. 144), “quando os códigos se revelavam demasiado acessíveis e difundidos por toda a parte, a civilidade começava a apagar os privilégios das elites. Face ao perigo que representava um eventual nivelamento das condutas, a civilidade é depreciada e torna-se um mero sinônimo de polidez”; países como Itália e França comandaram essa passagem da civilidade como sinônimo de polidez.

A França (país que muito influenciou o Brasil, bem como outros países) no final do século XVIII, mesmo antes da Revolução⁵³ que “convulsionou todo o mundo ocidental”, em especial a elite francesa, foi a que mais se empenhou, em nome da “etiqueta” e da “civilidade”, em normatizar os grandes e pequenos detalhes da vida social cotidiana. Para tanto, “adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social” (SCHWARCZ, 2002, p. 195).

⁵¹Rei da França de 1715 a 1789.

⁵²Rei da França de 1774 a 1792.

⁵³A Revolução Francesa ocorreu de 1789 a 1799 e teve como fim a derrubada do Antigo Regime.

Para Norbert Elias (1994, p. 52),

[...] as convenções de estilo, as formas de intercâmbio social, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e muito mais [...] teve sua formação inicial na França dentro da sociedade de corte e gradualmente, com o passar dos anos, passa de caráter social para nacional.

Desse modo, as ditas “boas maneiras” e o “bom gosto” partiam das cortes europeias, em especial da França, ou melhor, da elite, e servia de modelo para as outras camadas da população e também eram difundidas e assimiladas por outros países de maneiras diferentes, de acordo com o local onde se inseriam. Tratava-se de um código específico de comportamento, depois intitulado de civilizado, que nasceu nas grandes cortes europeias e, no decorrer do século XIX, espargiu-se por estratos e espaços mais amplos. E este “comportamento nobre e cortês passa a ser comparado aos modos rudes do camponês, e a postura oposta à deste é recomendada e ensinada a adultos e crianças” (SCHWARCZ, 2002, p. 197).

A “educação de salão” compreende, portanto, a aparência externa de homens e mulheres, principalmente nos ambientes públicos, mas também com grande ressonância no privado. Como explica Schwarcz (2002, p. 201), “a civilização leva sempre à restrição dos costumes, e não ao objeto oposto, e a dificuldade está em evitar o gesto natural, conter as manifestações imediatas”. Essa educação prevê o controle dos gestos ditos rudes e grosseiros, sendo que esse controle dos comportamentos deve ser ensinado, segundo Elias (2001, p. 110), desde os primeiros anos, formando o que será denominado de uma segunda natureza, entendida como “a perfeita conveniência das atitudes, o cálculo preciso dos gestos, a nuance das palavras [...]”. E é por meio desse sistema de ações, denominado *etiqueta*, previamente elaboradas e ensinadas que o indivíduo passa a comportar-se “corretamente” ou “elegantemente” através de um controle consciente dos atos, somado a um conjunto de controles socialmente exigidos. Portanto, a socialização das condutas não pode ser lida apenas nos termos de uma submissão imposta às pessoas, mas consciente ou inconscientemente significa uma adequação de modelos de conduta e etiqueta à sociedade que de forma camuflada disciplina e regula as manifestações dos sentimentos e desejos.

Diante disso, a “educação de salão”, ou seja, os ensinamentos das “boas maneiras” existem em primeiro lugar com o objetivo de dar maior segurança aos indivíduos, protegendo-os das outras pessoas e deles mesmos. Pilla (2004, p. 22), mesmo tratando especificamente das maneiras à mesa, informa que

[...] é necessário estar munido de conhecimentos a respeito de regras que dizem respeito às boas maneiras à mesa. É preciso dominar o ritual para se sentir

confortável, pois quando sabemos como agir numa dada ocasião, nos tornamos capacitados pela convenção aos inter-relacionamentos e também para desempenhar nossos papéis.

Esses papéis estão estritamente ligados à camada social a que o indivíduo pertence, como também ao sexo, pois

[...] cada um de nós pertence ao mesmo tempo a um grupo familiar e a uma sociedade que não é homogênea. Assim, cada grupo tem a necessidade de definir-se, distinguir-se dos demais, sob pena de não existir mais como tal. E o controle das boas maneiras, [...], constitui um diferencial que distingue aqueles que sabem dos que não sabem. Isso serve como mecanismo de identificação. É o domínio do desempenho de um ritual, de uma ação que compreende não apenas o que é feito, mas também a maneira de fazê-lo, ambos previamente estabelecidos por uma convenção. Assim, cada indivíduo conhece o roteiro a seguir (PILLA, 2004, p. 22).

Essas distinções que a “educação de salão” demarca têm como base a civilidade ou a etiqueta, uma vez que, a partir do momento em que os indivíduos possuem as noções de civilidade, seus comportamentos passam a ser avaliados, havendo “o aumento do embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou como civilização”, principalmente no que diz respeito à aproximação homem e mulher no ambiente público (SCHWARCZ, 2002, p. 197). Segundo Revel (1991, p. 185), “as civilidades visam a criar entre os homens as condições de um relacionamento agradável”, em que há o “triunfo da aparência”, pois a partir da aquisição dessas ditas “boas maneiras”, a pessoa tem um modo de governar-se, que lhe permite a circulação nos ambientes públicos garantindo o seu *status social*.

Dessa forma, é importante percebermos que no projeto modernizador e civilizador, principalmente do mundo ocidental, a aprendizagem da civilidade desempenha um papel essencial, na medida em que permite, ao mesmo tempo, “disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade [...] uma mesma norma de comportamento sociável” (REVEL, 1991, p. 176).

A partir do século XIX, diante do quadro político, social e econômico vivido pelo mundo ocidental, o qual se queria democrático, igualitário, de intensa mobilidade social, da industrialização e da urbanização, a “educação de salão” também se fez presente e em alto grau, pois havia a necessidade de moldar essa mulher e esse homem aos novos padrões de vida. Por isso, muitas foram as normas, regras e os modelos mantidos e criados para essa nova sociedade que se delineava.

Quando as regras de “boas maneiras”, ou melhor, a civilidade adentrou o Brasil, em especial o Rio de Janeiro e que desta capital se disseminou para outras províncias (tal como o Maranhão), tais regras já haviam se consolidado na Europa, e o que ocorreu foi somente a reprodução dos modelos de comportamentos já existentes, principalmente em países como a França, modelo de civilização para o país à época. Estes “comportamentos [...]

eram difundidos na prática, na chamada europeização dos costumes” (RAINHO, 1995, p. 145).

Nos jornais e revistas, por exemplo, havia artigos completos em francês e artigos que tratavam da importância de Paris para a intelectualidade e para a civilização, como é o caso da Revista Elegante, que circulava em São Luís, onde Paris aparece como a “capital sagrada, superior, soberba e coração do mundo”. Sendo esta cidade a responsável pelos ensinamentos das “leis do bom gosto, que nos indica o majestoso caminho do Bello”. E ainda: “Paris, finalmente, a capital que fascina e que atrai todos os espíritos orgulhosos independentes, que nos civiliza como uma trabalhadora e nos transmite o gosto da elegância...” (REVISTA ELEGANTE, 11 jul. 1892).

As normas de “bem-viver” foram muito bem recebidas no Brasil. E segundo Schwarcz (2002, p. 202), a voga das “boas maneiras” se iniciou em meados do século XIX. Assim,

Diante de uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza titulada recém-criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado.

Isso porque o Brasil, da mesma forma que outros países da América, a partir principalmente da segunda metade do século XIX, passou por diversas alterações que levaram a sociedade brasileira, em especial a elite, a ter que se adaptar ao novo cenário. Para Rainho (1995, p. 139), a vinda da corte portuguesa em 1808 para o Brasil, causando alterações na paisagem urbana e a europeização da vida social marcada por um novo tipo de sociabilidade das festas particulares e dos salões imperiais, foi a base para as mudanças nos modos e comportamentos da “boa sociedade”.

Esse processo de mudança nos modos ocorria pelo fato de que

Para a ‘boa sociedade’ era imperativo aristocratizar-se, isto é, adotar costumes e valores que possibilitassem ao mesmo tempo nivelar-se (pelo menos na aparência) aos seus pares europeus e distinguir-se do resto da população [...]. Para tal, era necessário não apenas buscar o refinamento das maneiras e a sofisticação do gosto mas, sobretudo, abandonar os rústicos costumes que a caracterizam até o momento da chegada da corte (RAINHO, 1995, p. 140).

E como, continua Rainho (1995, p. 148-149), “mesmo para aqueles que apareciam no espaço social de forma naturalmente distinta, o conhecimento da civilidade era fundamental, pois viabilizava o reconhecimento e a classificação dos indivíduos ou, em outras palavras, fazia com que a ‘boa sociedade’ exteriorizasse o lugar que ocupava na sociedade”, o possuir *etiqueta* era um símbolo de *status* que distinguia os homens e mulheres da elite daqueles das camadas populares.

Desse modo, no Brasil o projeto de civilizar e europeizar os espaços e a sociedade se dava juntamente com as mudanças ocorridas nas maneiras, pois o país que até meados do século XIX tinha uma população que vivia no meio rural, agora no final do século XIX e início do século XX, possuía uma elite que em quase sua totalidade vivia no meio urbano, na cidade. Isso exigia, como diz D’Incao (2009, p. 226), a “passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação”. Assim, fazer uso da civilidade como algo natural, inato, era o que faria tanto aos “novos ricos” (comerciantes, donos de fábricas, etc.) adentrar no seio da elite dita tradicional, bem como a ‘boa sociedade’ a manter-se do no topo da pirâmide social.

É nesse panorama, o qual vem se arrastando desde o final do século XIX e se firma no início do século XX, que temos a mulher como principal alvo dos discursos reguladores dos comportamentos e atitudes dentro e fora do lar. Momento em que os papéis mostram-se claramente discriminados: a mulher e o privado, o homem e o público. Segundo Gonçalves (2006, p. 34), o que houve nos fins do século XIX para o início do XX foi uma “reatualização do medo que as mulheres inspiraram ao longo da História ao sexo oposto”. Esse fato, ou melhor, esse medo se dava diante do “assustador” avanço da mulher no espaço público.

Diante dessa ocupação da mulher do espaço público, houve nesse período um estímulo crucial “a criação de uma série de mecanismos de controle sobre as sensações e sentimentos” (GONÇALVES, 2006, p. 38) que cercavam o cotidiano feminino, principalmente daquelas mulheres que, por motivos sociais ou econômicos, tinham como único fim o casamento. Foram então elaborados tratados, códigos de comportamento, de postura, civilidade e de etiqueta, com o fim de enquadrar, especialmente a mulher, ao que se considerava adequado para ela.

Em São Luís a presença da “educação de salão” é marcante a partir de meados do século XIX, tanto via jornais e revistas, escolas particulares, como na circulação desses comportamentos através dos indivíduos que iam para o Rio de Janeiro e para a Europa estudar e que, em sua maioria, tornavam-se professores, advogados, médicos, dentistas, entre outras profissões, além dos que iam a passeio, disseminando tais posturas, como também pela própria circulação dos manuais e códigos de civilidade e etiqueta.

Nas escolas de São Luís, ainda no século XIX, especialmente as particulares, às moças eram ensinados os modos de comportar-se em todas as ocasiões de suas vidas sociais. Segundo Dunshee de Abranches (1992, p. 102-107), essas escolas prepararam gerações de moças bem educadas e contrárias aos costumes “grosseiros” que remetessem ao passado imperial e rural. Esse refinamento das mulheres era notado em certos salões, onde o luxo e a elegância consorciavam-se com as mais requintadas exposições artísticas vindas da Europa ou mesmo de outros locais.

Segundo a narrativa de Abranches (1992, p. 97), nas escolas femininas, “as meninas internas participavam de refeições, como se fossem banquetes de cerimônia, para que se habituassem ‘a estar bem à mesa e saber como se deveriam servir as pessoas de distinção’”. O autor cita como exemplo dessa prática a Escola Nossa Senhora da Glória, criada em 1844, por dona Martinha Abranches, que serviria de modelo para tantas outras escolas particulares dedicadas às moças a partir da segunda metade do século XIX.

Além do comportamento à mesa, “[...] Uma vez por semana, à noite, havia aulas de dança sob rigorosa etiqueta da época, depois de uma hora de arte, na qual ouviam boa música e aprendiam a declamar” (ABRANCHES, 1992, p. 97-98). Isso mostra a grande preocupação, principalmente da elite ludovicense, em adequar-se às formas de etiqueta utilizadas nos países europeus, ditos “civilizados”, pois o comportamento de uma mulher como também o de um homem da elite, em qualquer tipo de cerimônia, teria que estar de acordo com os padrões de uma sociedade “civilizada”. Portanto, essas escolas destinadas a educar as moças, preparavam-nas para serem anfitriãs perfeitas, além de mães, esposas e donas de casa dedicadas.

Na obra “Vencidos e Degenerados”, a “educação de salão” voltada principalmente para as mulheres, também é retratada por Nascimento de Moraes, quando tratava de Armênia, uma moça da “alta sociedade” da capital maranhense:

Armênia recebera uma educação esmerada. Mimo de sua mãe, seu conforto e alegria, fôra, desde muito moça, entregue aos cuidados de professores que a lecionavam no lar. Aprendera o português, o francês, o inglês, o latim de que fizera até um sensacional exame num afamado colégio na capital. Versada nos autores clássicos e literatura contemporânea, seu espírito tinha cintilações belíssimas. Frequentava a sociedade, onde superiormente brilhava pela formosura e pela inteligência, mas nunca pudera dar expansão ao seu gênio irrequieto, à sua sensibilidade acessível e tocante (MORAES, 1982, p. 61).

Diferente dela, o autor comenta que os irmãos de Armênia eram “ignorantes, sem prática de negócios, sem trato social, que eles viviam abandonados de qualquer educação, por mais rudimentar que fosse [...]” (MORAES, 1982, p. 64). (grifos nossos)

Portanto, a necessidade da “gramática social”⁵⁴ era imprescindível nesse período principalmente para uma mulher, como mostra um comentário de João Oliver, lembrado por seu filho Cláudio Oliver e narrado por Nascimento de Moraes (1982, p. 85): “não lhe vale a formosura, com aquêles modos e aquela gramática”. Portanto, “a distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância” (SOUZA, 1987, p. 134), ou seja, não bastava, por exemplo, usar um vestido de luxo e ter uma moradia ricamente mobiliada; ao lado disso, havia a necessidade de polimento das maneiras, da composição elaborada dos gestos etc., fortalecendo-se os códigos de comportamento, os manuais de etiqueta entre outros livros que procuram codificar e orientar a vida cotidiana e os relacionamentos entre as pessoas ensinado-lhes a “ciência do saber viver”.

3.2 A “Educação de Salão” no contexto Republicano

As questões que embalsamaram a necessidade de uma “educação de salão” para homens e mulheres no Brasil do século XIX não foram diferentes daquelas existentes no início do século XX. De fato, o que houve foi somente uma ampliação da necessidade de formar um indivíduo compatível com o quadro de urbanização, industrialização e proliferação de novos espaços de sociabilidade, visto que, numa sociedade que se reorganizava, que se recompunha e reforçava suas posições, tudo devia poder ser exposto e, portanto, corretamente avaliado, pois, como frisa Revel (1991, p. 186), “o que mais importa é o que se vê”.

Dessa forma, o espaço urbano e de lazer brasileiro, em especial o de São Luís, passou a ser o local no qual a elite poderia mostrar-se atualizada com o que se passava na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, o que alterava o cotidiano das pessoas em suas relações de vivências com esses espaços, vindo a estabelecer novos modelos culturais de comportamento na vida cotidiana. Assim sendo, a higienização e o modelamento dos hábitos dos ludovicenses passaram a ser foco tanto da medicina quanto da educação, rumo ao moderno e ao civilizado, e à mulher recaía grande parte do controle vigente. Por outro lado,

A desvalorização econômica e social do trabalho doméstico das mulheres, associada às oportunidades educacionais e profissionais em expansão, aos novos tipos de recreação e ao acesso imediato, por via de modernos meios de comunicação, imagens, modos de ser e valores estrangeiros, mudou o comportamento, o gosto, a aparência externa e as expectativas da população urbana do Brasil – especialmente da população feminina – com uma rapidez considerada assustadora por muitos dos mais eminentes intelectuais e profissionais do Brasil. Aflitos com o “caos” social e político e a instabilidade econômica, eles muitas vezes atribuíam importância

⁵⁴Termo utilizado por J. I. Roquette no manual intitulado “Código de Bom-Tom”, a seguir analisado.

exagerada ao que julgavam constituir a ruína gradual dos papéis de gênero tradicionais e da moralidade sexual (BESSE, 1999, p. 20).

Portanto, diante do quadro de transformações que se instalava, a “educação de salão” afirmou-se para conciliar as novas necessidades e oportunidades e, ao mesmo tempo, preservar características conservadoras, julgadas necessárias para garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da sociedade ludovicense.

Desse modo, para a constituição de uma nação republicana “moderna” e “civilizada” à imagem da Europa, idealizada principalmente pela elite econômica e intelectual brasileira, havia a necessidade de a população, de modo geral, adquirir hábitos e comportamentos compatíveis com o propósito de “Ordem e Progresso” do Brasil, de modo que, “ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar os habitantes para utilizá-lo, regular a circulação foram as questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades”. E coube à educação, via “educação de salão”, o papel de concretizar no espaço urbano, novas atitudes e valores, como a elegância, os bons costumes, o patriotismo e a civilidade. A educação, portanto, “[...] tornou-se um símbolo integrado à república pela crença na sua capacidade de regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças” (VEIGA, 2003, p. 400-405).

Nessa perspectiva,

[...] não será aceito qualquer homem como sujeito de participação no convívio social, mas apenas os civilizados, os de espírito cultivado, os instruídos e educados. Somente será reconhecido apto a participar como sujeito social e político quem tiver vencido a barbárie, a ignorância, quem tiver aprendido a nova racionalidade, que tiver sido homem moderno (BUFFA, 1991, p. 37).

Vemos que a educação se desvinculava do seu propósito inicial do saber ler, escrever e contar e se envolveu no “projeto político de uma *grande reforma de costumes* que ajustasse os homens” (CARVALHO, 1989, p. 53) às novas demandas sociais e civilizacionais. Dessa forma, o emprego de “maneiras corretas” de se comportar não só representava, em seu conjunto, sinal de repugnância a tudo o que lembrasse os hábitos grosseiros do meio rural, como indicava o surgimento de novos comportamentos e novos locais de sociabilidade. Saber como portar-se, ícone da diferença, era um claro indício de pertencimento à elite, simbolizando distinção.

Além do que, a “educação de salão” tinha uma ação crucial na concretização de um espaço urbano “civilizado”, onde a elegância do povo estaria de acordo com a “beleza urbana”, isto é, conforme praças, jardins, teatros, edifícios públicos e privados. Essa educação foi intitulada por Veiga de “educação estética”, que se referia “às mais variadas formas de expressão artística como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos

manuais, mas, principalmente às formas de educar para produzir uma emoção estética” (VEIGA, 2003, p. 406). Semelhante a então conceituada “educação de salão”, a “educação estética” traz para o contexto da República brasileira o conceito de civilidade. E, como diz Veiga (2003, p. 407),

[...] o despertar para a civilidade não se faria apenas com a abertura de escolas, mas com uma educação estética que envolvesse habilidades manuais, a educação das mulheres para o lar, os cantos, a dança, presentes no cotidiano das salas de aula, nas festas escolares, nas festas da cidade [...].

Assim, para além de escolas, que tanto se proclamavam à época, fazia-se necessário a “construção” das chamadas “escolas para o mundo”⁵⁵, ou seja, “escolas” que possibilitassem ao homem e à mulher modernos adquirirem uma “educação de salão”, uma educação para que o homem e a mulher obtivesse trato social. Como diz Eric Mension-Rigau (1993, p. 166), “embora tenha sido criado um sistema escolar de massa, aberto a todos, as classes antigamente abastadas mostram-se invejosamente partidárias da manutenção, paralelamente à instrução dispensada pela escola, de uma educação familiar que ensine como proceder no mundo”, pois a forma de apreensão das maneiras e gostos estão vinculados à: “condição de qualquer aprendizado da cultura legítima, seja ele implícito ou difuso como é, quase sempre, a aprendizagem familiar, ou explícito e específico tal como a aprendizagem escolar [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 54). De forma que a classe média que não possuía tal ambiente familiar deveria buscar tanto na escola quanto nos manuais tais ensinamentos.

É dentro desse contexto de uma educação para o “bom convívio social” que se encontra uma educação feminina preocupada com a moralidade das moças, “colocando como ‘desvio da natureza’ as que não apresentassem as características estabelecidas: integridade, recato, submissão e refinamento do caráter, neste caso, a educação servia como polimento” (ALVES; MATOS, 2006, p. 183). Daí uma “educação estética” e “de salão”, principalmente para as mulheres, “como condição de uma formação integral e útil à família e ao lar, cujo objetivo seria ornar o espírito, despertar emoções de gozo artístico que suscitariam um estímulo para a vida espiritual e moralmente superior” (VEIGA, 2003, p. 408). Uma educação destinada a suprir um perfil de mulher idealizado pelo discurso republicano, que era o de educadora dos filhos e formadora dos futuros cidadãos, além de pretender para ela certo traquejo social e uma boa representatividade junto ao esposo.

A presença feminina, principalmente das mulheres das famílias mais abastadas, que até então viviam reclusas ao lar, em diversos locais públicos, se, por um lado, garantiu-lhes a oportunidade de saírem do espaço doméstico, por outro, levou-as a outras limitações

⁵⁵Expressão de Lilian Mortiz Schwarcz em: (SCHWARCZ, 2002).

que lhes eram impostas, ao terem que adotar os comportamentos adequados nesses locais. Assim, a “vigilância ao comportamento feminino não era esquecida, e os cuidados com a segurança e a honra das moças de família eram sempre lembrados e assegurados pelos pais, pelos irmãos, ou ainda, por outras pessoas que estavam sempre prontas a observá-las e a disciplinar os seus comportamentos” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 54). Desse modo, a preocupação com a educação feminina em parte se dava à medida que a mulher passaria a frequentar os espaços públicos tanto para trabalhar quanto para passeios, saraus, jantares, bailes, ir às praças, a receber e fazer visitas e, até mesmo, ir às missas, que eram constantes na época.

Enfim, os códigos de sociabilidade mudaram quando a vida pública tornava-se mais intensa e os novos espaços abertos à circulação dos habitantes. Assim, além de “mãe-esposa-dona-de-casa”, a mulher também deveria possuir comportamentos que não ferissem a reputação, ou melhor, a honra de uma “boa família”.

No teatro, na Ópera, no café-concerto, elas ocupam o palco [...] Nos bulevares, nos salões ou no concerto, lugares múltiplos da recepção mundana, as mulheres têm uma função de representação. Sua elegância, seu luxo e mesmo sua beleza exprimem a riqueza ou o prestígio de seus maridos ou de seus companheiros (PERROT, 1998, p. 15).

Nesses espaços e ocasiões as moças tinham que saber de que forma iriam portar-se à mesa, sentar-se, vestir-se e dançar adequadamente. Para isso, a educação dessas mulheres era essencial, visto que para frequentarem esses novos espaços de sociabilidade teriam que ter não apenas o mínimo de instrução escolar, mas também as chamadas “prendas sociais” que poderiam ser obtidas tanto no espaço doméstico quanto no escolar.

Como diz um artigo intitulado *A educação feminina*, publicado no jornal “Correio da Tarde”, de 16 de janeiro de 1910, “a mulher deve ser bella, deve ter graças e encantos”. E a educação deve cuidar desse preparo dos “encantos femininos”, pois “nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou como dote a todas as filhas de Eva, mas todas podem ser bellas”, uma vez que, “belleza não é formosura, nem lindeza; belleza é o resultado das graças; e toda mulher bem educada póde ter graças; póde reprimir até defeitos do corpo, póde substituir a formosura e fazer linda a fealdade”. Portanto,

Mães cegas que vos elevaes da formosura de vossas filhas e cuidaes que não precisam mais encantos; - mães que choreis sobre a fealdade de vossas filhas e julgaes que nenhuns attractivos podem ter, voltae desse erro fatal a ambas e tão funesto a umas, como as outras. Se a natureza foi liberal com tua filha, não desprezes essa vantagem: cuida da sua formosura, preserva essa tez delicada, conserva essas mãos finas, cultiva essas rozas da saude, nutre esse cabello ondeado, molda esse taile airoso, conserva esse porte elegante. Tua filha será formosa; tanto melhor para ella: com virtude, instrucção e formosura ha de ser feliz em todo estado. [...] A educação embrandece pelles duras, amacia mãos asperas, dá graça e doçura a

olhos de pouca luz, faz interessante a face pallida e affaveis os labios descorados, põe a bondade de coração na fronte que não á alva, torna elegante o corpo que não é airoso, amavel o que não é lindo, engraçado o que não é formoso. Tua filha ha de ser bella; consola-te mãe angustiada, cuida de sua educação; vel-a-has adorada, feliz e preferida a muito formosura. *Almeida Garret* (grifos nossos)

Daí a vinculação entre a educação e o adquirir delicadeza e refinamento nos modos, sendo possível, mediante a educação, uma moça tornar-se bela ou ainda mais bela... Ou, como diz Mônica Schpun (1999, p. 97), “fazer-se bela, elegante, controlar seu andar, seu olhar, a expressão de sua boca, todos esses elementos organizam-se de forma inédita, seguindo determinantes de classe muito precisos no que toca às mulheres burguesas, encarregadas de uma responsabilidade suplementar de distinção”.

E como diz um anúncio do *Concurso de Elegância* do jornal “O Canhoto”, de 20 de outubro de 1912: “A elegancia, é a coiza mais apreciada no gênero feminino. Pode uma senhorita ser bela, sem ser elegante? Não. Logo a elegância é o talisman mais preciozo, e por isso o mais apreciado. Ao vermos uma senhorita o primeiro golpe de vista, é á sua elegância e ao seu porte [...]”. Podemos inferir que o comportamento da elite ou da classe média deveria condizer com o que ela queria aparentar, pois “o posicionamento de um indivíduo se identifica à sua existência social, as nuances de comportamentos pelas quais as pessoas manifestavam entre si [e] sua opinião ganhavam uma importância extraordinária” (ELIAS, 2001, p. 108).

No baile de comemoração de um ano da filha do Machado, narrado por Nascimento de Moraes, as moças apresentavam-se sempre como “elegantes, simpáticas, graciosas de porte e de maneiras, formosas”, entre outras características com a mesma conotação. Para as classes abastadas, tais “qualidades” são como um seguro, ou seja, “protege contra os comportamentos violentos que julga *a priori* inconvenientes” (MENSION-RIGAU, 1993, p. 168). A ausência delas é como uma deficiência. Sendo assim, no centro do sistema de signos distintivos da excelência social estão as práticas e os usos relativos ao convívio social, assinalando as diferenças sociais.

Diante disso, não nos surpreende o fato de que as instituições escolhidas para proteger a moral e os “bons costumes” ameaçados pelos “novos tempos” tenham sido a família e a escola. Logo, o ajustamento do Brasil ao regime republicano e aos ditames europeus de “modernização” e “civilização” não coube somente às camadas populares, como igualmente a todo o contexto social brasileiro, principalmente às camadas mais abastadas devido à necessidade de manutenção do *status social* de elite. Nesse sentido, “novas pedagogias surgem então para organizar a presença dos homens e mulheres de cada grupo

social no seio dos espaços coletivos da cidade” (SCHPUN, 1999, p. 21). Mesmo que de forma mais flexível e com menos rigor que nos séculos passados: XVII, XVIII e XIX, o investimento na “educação de salão” se fazia presente como signo de distinção.

Neste trabalho, buscamos analisar principalmente os comportamentos tidos como “corretos”, “educados”, “elegantes”, “civilizados” que uma mulher em sua relação com o homem e a sociedade devia possuir ao estar nos espaços públicos, pois à medida que a sociedade muda, o ato de comportar-se nos locais públicos toma um novo estilo que corresponde às novas necessidades. Costumes que até então eram considerados naturais são banidos, outros são criados e estabelecidos. Novas funções e papéis vão sendo gradualmente definidos e, para melhor desempenhá-los, normas e regras são codificadas. E o movimento é tanto mais intenso quanto se deve ao imperativo, cada vez mais sensível, de reforçar os sinais exteriores da distinção social.

3.3 Conteúdos: manuais de “boas maneiras”

Quais os instrumentos utilizados pela “educação de salão” para normatizar o comportamento social dos homens e mulheres? De que forma a elite ludovicense, que até o século XIX mantinha hábitos e costumes vinculados ao rural, adquiriu comportamentos concernentes ao meio urbano e dito “civilizado”, os quais se fixaram no início do século XX?

A educação formal, ou seja, a educação recebida na escola era uma das formas de um homem e uma mulher, principalmente das camadas média e alta, estar diante de uma parte dos conteúdos da “educação de salão”, pois muitas escolas, principalmente as particulares, possuíam em seus currículos disciplinas que contribuía para o refinamento dessas pessoas. A exemplo, a retórica e oratória para os homens; e piano, dança e costura para as mulheres. Além disso, os jornais e revistas da época traziam em seu corpo inúmeras colunas que tratavam de moda, educação e posturas, fazendo com que a elite ludovicense e as camadas médias estivessem atualizadas em relação às mudanças que ocorriam no mundo, ou melhor, na Europa.

Todavia, na época, havia a circulação de livros chamados de manuais de boa conduta ou manuais de etiqueta ou manuais de bom-tom que de fato ensinavam como um homem e uma mulher deveriam comportar-se nos diversos espaços, principalmente no espaço público. Esses manuais eram um dos instrumentos mais poderosos de integração e desempenhavam uma função niveladora importante, porque de alguma forma a classe média

poderia adotar os comportamentos da elite via leitura dos manuais, partindo do pressuposto de que a elite, mesmo aquela que viera do meio rural, já possuía, mesmo que minimamente, algumas noções de “bom comportamento” e “boa postura”.

Conforme Elias (1994, p. 95), os manuais não devem ser levados em conta somente em relação a sua “importância literária”, mas para percebermos os modos de comportamento que cada sociedade esperou de seus membros, com o intuito de condicioná-los a eles. Além disso, permite-nos observar mudanças de hábitos, regras e tabus sociais. “Mostram-nos com exatidão o que estamos procurando – isto é, o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo”. Portanto, são instrumentos diretos de “condicionamentos” ou “modelação” do indivíduo aos modos considerados corretos, polidos, bons e finos diferentes dos errados, maus, grosseiros e rudes.

É importante ressaltarmos que estes textos, fonte precípua deste estudo, codificam detalhadamente os valores corporais da época e regulamentam o sistema de comportamentos sociáveis. Entretanto, essa documentação, como uma documentação normativa, descreve condutas prescritas, porém, não condutas reais (REVEL, 1991, p. 170). E, como parte desses manuais, principalmente os que circularam a partir do século XIX, eram direcionados às mulheres, é importante frisarmos o que segue:

Mas sutis, mas nem por isso menos decisivos, serão os confrontos entre os modelos que se constituíam acerca do feminino e o dia-a-dia das mulheres de carne e osso, com efeitos diferenciados, dependendo da classe social. Sistematizado em um sem número de manuais e códigos, o mínimo que se esperava do comportamento das mulheres é que elas se constituíssem uns verdadeiros ‘dragões da virtude’ (GONÇALVES, 2006, p. 40).

Percebemos que a preocupação com o comportamento social foi o ponto de partida para a codificação dos comportamentos por meio de manuais, ou seja, a preocupação de organizar as condutas dos indivíduos levou à elaboração de manuais que codificassem os comportamentos ditos civilizados. Baseando-se no estudo de Nobeit Elias (1994), acerca do processo civilizador, a história da civilidade no Ocidente⁵⁶ ancora-se no código de postura de Erasmo de Rotterdam, intitulado “A civilidade pueril”, publicado pela primeira vez em Basileia em 1530. Este manual circulou na Europa no momento em que aumentavam as pressões e o controle social sobre a nova aristocracia que surgia com o fim da Idade Média e o início do Antigo Regime, tornando os códigos de comportamento mais rigorosos. Essa obra, segundo Revel (1991, p. 171), “reúne com vaga ordem de observações e conselhos para uso

⁵⁶É importante lembrarmos que muitas foram as outras formas de controlar e estabelecer regras de comportamentos em outros momentos da história, como também em outros espaços.

das crianças, abordando as principais circunstâncias da vida em sociedade”, tratando de posturas, comportamentos sociais e do deitar-se⁵⁷.

Neste mesmo momento, além da obra de Erasmo, vão ser escritos outros livros que tratam da civilidade: “O cortesão”, de Baltasar Castiglione, em 1528, e o “Galateo”, de Giovanni della Casa, em 1558. A diferença destas obras para as de Erasmo é que são dirigidas diretamente à aristocracia. Segundo Pilla (2004, p. 57),

A partir de 1600 multiplicam-se os títulos que tratam das civilidades. Baseados ou não nos preceitos erasmianos, a maioria deles usa a relação da aprendizagem das boas maneiras com a moral, considerando sempre como ponto fundamental o respeito em relação aos outros, característica que é ainda marcante nos manuais contemporâneos. Nota-se também que a publicação desses livros não tem como alvo somente o público escolar, mas todos que mostrem interesse ou necessidade em aprender as boas maneiras.

De acordo com Revel (2001), no século XVII a civilidade perdeu um pouco do seu cunho humanista herdado de Erasmo, tornando-se uma máscara, ou seja, o “triunfo da aparência”. A partir daí faz-se necessário que os manuais cumpram as seguintes missões: “preservar a importância dos velhos gestos e ao mesmo tempo se preparar para as novas condições sociais, políticas e econômicas, principalmente diante de um tempo pós-Revolução Francesa. [...] É preciso que os manuais se transformem” (PILLA, 2004, p. 60).

Em suma, do século XVI ao início do século XX, a circulação e publicação dos manuais cresceu consideravelmente, padronizando os comportamentos dos indivíduos. Segundo Schwarcz (2002, p. 97),

Paralelamente à conformação desses padrões toma força, a partir de finais do século XVII, mas sobretudo durante os séculos XIX e XX, surge um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos. Com a maior alfabetização e o crescimento da indústria editorial torna-se popular uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade.

Então é com esse intuito de estabelecer novas regras e modelos para a vida nessa nova sociedade que se diz “moderna” que esses manuais no século XIX vão se espalhar e de forma simplificada vão ser “[...] divulgadores de comportamentos considerados corretos, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização” (PILLA, 2004, p. 60).

No Brasil a circulação desses manuais se deu a partir do século XIX, principalmente a partir da vinda da Família Real em 1808. No entanto, foi somente na segunda metade do século XIX que esses manuais tiveram maior circulação e aceitação no interior da sociedade, sobremaneira entre as camadas média e alta. “Sendo a função desses

⁵⁷A partir dessa publicação na Europa, vários foram os livros publicados com o intuito de regulamentar os comportamentos dos indivíduos.

guias criar uma civilização, impor modelos de etiqueta a sociedades carentes desse tipo de escola” (SCHWARCZ, 2002, p. 197).

Rainho (1995), ao analisar os manuais de civilidade que circularam no Rio de Janeiro no século XIX dividiu-os em duas categorias: os pedagógicos e os cortesãos. Os primeiros direcionados para a educação dos jovens, e os cortesãos voltados para o *savoir vivre*, para a vida de corte ou nos salões. Nestes manuais de civilidade cortesãos, além da preocupação com a civilidade, cuidava-se também da etiqueta que, segundo Rainho (1995, p. 146), utilizando-se do conceito de Luís Verardi em “Novo manual de bom-tom”, consistia na “observância restrita de todas as regras da civilidade, do decoro e do bom-tom” e “a etiqueta tem por função regulamentar no detalhe essa disciplina” (REVEL, 1991, p. 197). É importante lembrarmos que esses tratados têm em seu âmago finalidade pedagógica, pois “todos revelam a mesma vontade de expor e ensinar as maneiras legítimas” (REVEL, 1991, p. 169). Desse modo, a leitura dos manuais utilizados neste estudo permite-nos informar que são, de forma geral, pedagógicos, embora voltados para a vida nos salões, isto é, para a vida em sociedade, pois os ensinamentos neles focados dizem respeito a como se portar nos ambientes públicos, ambientes de sociabilidade, podendo ser também caracterizados como manuais de cortesãos.

Além disso, os manuais de civilidade ou etiqueta, como mecanismos de ação pedagógica, eram utilizados para controlar e disciplinar o comportamento das mulheres nos espaços de sociabilidade, pois versavam sobre a conduta e a postura feminina no ambiente público, funcionando como modelos para um “bom comportamento”. Esses manuais ensinavam desde os hábitos à mesa, passando pela arte de cumprimentar, cortejar, comer, beber, até vestir-se, dançar e falar em público. Muitos deles eram utilizados nas escolas, por exemplo, na escola Nossa Senhora da Glória, mencionada no tópico anterior.

Esses códigos de comportamento e de etiqueta, chamados de manuais de ‘bom tom’, destacavam o mais absoluto controle das emoções e sentimentos e, além disso, regulavam as peculiaridades no comportamento dos dois sexos: “aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado. O homem se distingue por sua fala inteligente e correta; a mulher, por sua atitude modesta e silenciosa” (SCHWARCZ, 2002, p. 201). Enfim, os manuais de civilidade tinham em seu cerne que normatizar e controlar o comportamento de homens, e especialmente das mulheres, tendo como finalidade principal desenhar o comportamento a partir de um modelo tido como ideal, que comumente estava vinculado às maneiras de se portar das camadas mais altas da sociedade, ditas “civilizadas”.

Como informa Schwarcz (1998, p. 29) era por meio dos guias que o povo do Brasil se espelhava na civilização europeia; “era levando em conta seus conselhos que se coloriam os trópicos com tintas temperadas”. Segundo Roquette (1998, p. 59), “a sociedade tem sua gramática”, que é necessário “estudar, e os que desprezam suas regras, se levam palmatoadas, ou outro qualquer castigo, são olhados como homens sem educação, e muitas vezes rejeitados de seu seio”. E é com esse intuito de manter-se no seio da elite, que os ricos e “novos ricos” ludovicenses utilizavam-se dessa gramática, pois, além de ser, era necessário parecer rico.

Uma obra de forte circulação no Brasil foi o *Código do Bom-Tom* ou *Regras de Civilidade e de Bem Viver no século XIX* de autoria do cônego J. I. Roquete, publicado pela primeira vez em 1845 em Portugal⁵⁸. Esse manual possui explicações acerca das mais variadas situações de convívio social, procurando regulamentar e cercear os indivíduos na igreja, no paço, nos bailes, nas partidas ou reuniões noturnas, nos jantares e banquetes, nas visitas, nos jogos, na estada no campo, nas viagens, em companhia dos amigos, pais, parentes e criados (ROQUETTE, 1998). “O *Código* é, dessa maneira, assim como os demais livros do gênero, obra que propõe o mais absoluto controle das emoções e sentimentos e ainda regula as propriedades de cada sexo. Nos conselhos de Roquette estão descritas as máximas do comportamento polido, que pede sempre a dissimulação em lugar da sinceridade” (SCHWARCZ, 1998, p. 27). Por isso, questionar, criticar, discutir, reclamar, em qualquer ambiente público são, nas palavras do cônego, ações fora do padrão comportamental dito civilizado.

O Brasil, no início do século XX, como já refirmos, caracterizava-se por um momento de transição, não só política e econômica, como também em relação aos valores e hábitos dos que nele habitavam. Desse modo, fez-se necessária a circulação de instrumentos que possibilitassem a “adaptação” e o controle dos comportamentos, para que houvesse a tão idealizada pelas elites “tranquilidade moral” na sociedade. Segundo Cunha e Magaldi (2010, p. 149),

Convencionalmente tratados como impressos educacionais, esses manuais circulavam, tanto no interior dos lares, na condição de leitura instrutiva para as mães de família, como na educação escolarizada, condição de manuais de leitura para futuras professoras que seriam responsáveis pela educação de crianças.

⁵⁸Além do *Código do Bom-Tom*, muitos outros manuais de etiqueta foram lidos por esta “boa sociedade” imperial. É o caso, por exemplo, do “O novo manual do bom-tom”, de Luís Verardi; “Entretenimentos sobre os deveres da civilidade colecionados para o uso da puerícia brasileira de ambos os sexos”, de Guilhermina de Azambuja Neves; “Escola de Política”; “Manual de civilidade brasileira”; “Novo código do bom-tom” e “Elementos de civilidade”. Ver mais sobre tais obras em: (RAINHO, 1995).

Um dos manuais com grande circulação no Brasil e que foi utilizado também em Escolas Normais (CUNHA; MAGALDI, 2010, p. 149), principalmente do sul do País, na primeira metade do século XX, foi o *Tratado de Civilidade e de Etiqueta*, cuja autoria consta como sendo da Condessa de Gencé⁵⁹.

O *Tratado de Civilidade e de Etiqueta* está dividido em quatro partes: *Preliminares*, em que constam noções de cortesia; *Em Casa*, que trata de questões voltadas para a família, professores, criados, festas de família; *Acontecimentos que modificam a família*, que apresenta posturas a serem seguidas em momentos como nascimento, casamento, óbito, luto; e, por último, *Na Sociedade*, em que a autora trata dos comportamentos nos encontros, nas visitas (fazer e receber visitas), nas recepções, bailes e *soirées*, entre outros momentos de lazer, além da hospitalidade, da correspondência e dos presentes.

Nesse mesmo período uma obra que circulou em São Luís, com o intuito de orientar homens e mulheres a “bem comportar-se”, foi o livro *A arte da dança de sociedade*, de 1892⁶⁰, em que há um capítulo denominado “Regras de Civilidade”, dedicado à instrução de homens e mulheres desde o convite, o primeiro momento do baile, até a saída.

Esses manuais, dada a sua ação educativa, por serem considerados vetores de sistemas de valores e instrumentos normativos e de controle, serão utilizados como forma de observar os comportamentos esperados pelas mulheres em sua relação com o homem nos espaços de sociabilidade. Vale ressaltarmos ainda que esses manuais estão voltados para o público feminino, especificamente para a dona de casa.

Enfim, as “advertências” a seguir, que constam nos manuais analisados, como também em alguns artigos, notas de jornal e obras literárias, são consideradas pelas classes abastadas, “como sinal que têm por função, sem contestação, a boa educação” (MENSION-RIGAU, 1993, p. 171). E, por fim, esses “manuais de *savoir-vivre* se mostram mais empenhados em respeitar os *status* sociais [e sexuais] e as distâncias que os separam” (REVEL, 1991, p. 193).

3.3.1 Cortesia

⁵⁹“Pesquisas realizadas confirmam o desconhecimento do nome verdadeiro da autora, que se assina com o pseudônimo de Condessa de Gencé, e que tem nacionalidade francesa. Há uma breve referência que indica o ano de 1872 como o de seu nascimento, não havendo qualquer indicação sobre seu falecimento. A primeira edição desse manual de civilidade foi publicada na França em 1895 e, em 1909, apareceu a primeira tradução em português, editada pela Livraria Editora Guimarães & Cia., de Lisboa. Sua presença nas bibliotecas brasileiras particulares e escolares é perceptível, entre as décadas de 1910 e 1930” (CUNHA; MAGALDI, 2010, p. 150).

⁶⁰Este livro encontra-se na seção de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, mas com o fechamento desta ficamos impossibilitadas de investigar sobre a natureza desse manual.

A cortesia para uma mulher e, conseqüentemente, para um homem era a primeira projeção para estes serem tidos com “bem educados” e para a sua afirmação como elite. Desse modo, como declara Schwarcz (2002, p. 196), os menores gestos foram modelados e regulados,

[...] não havia lugar para livre manifestação dos sentimentos e intenções. Ao contrário, as expressões mais corriqueiras passam por séria revisão e tornam-se matéria a ser oficializada, assim como se normatizam curtas fórmulas na arte de cumprimentar ou agradecer, manifestar apreço ou tristeza, congratulação ou pesar.

Nesse caso a cortesia, isto é, o cumprimentar, em qualquer situação, passa pelo crivo dos manuais. “O cumprimento é como moeda miúda, que corre de mão em mão, sem empobrecer ninguém” (GENCÉ, 1925, p. 5). É um dos primeiros indícios de “bom-tom”. Segundo a Condessa Gencé (1925, p. 5), “aqueles que, para não cumprimentarem, desviam os olhos, passam por grosseiros e os que não correspondem à saudação, passam por indelicados, e por ignorantes das regras de bem viver”. E como lembra Roquette (1998, p. 137), “os melhores cumprimentos [...] são os que nascem do coração, e se exprimem sem outra arte que a candura e a verdade [...]”.

Dessa forma, a saudação é um aspecto essencial da polidez, sendo, portanto, o cumprimento crucial para qualquer encontro seja na rua, na praça, na festa, numa visita, entre outros. Como mostra o comentário de João Oliver, ao ser cumprimentado por um homem “sacudindo-lhe a mão com mãos ambas”, disse: “Pena bizarra do galanteio feminil, salve! Respondeu o moço jornalista, numa curvatura entre o grotesco e o irônico, descobrindo-se com elegância, pegando do chapéu e do leque com a mão esquerda em cima do peito” (MORAES, 1982, p. 6), mostrando quão desprovido de “educação de salão” era o indivíduo que o cumprimentou.

O cumprimento de uma mulher, haja vista o seu papel perante a sociedade, deve ser reservado, sem exageros; no momento em que um homem cumprimentá-la deve fazê-lo com respeito e distância. Uma senhora, ao cumprimentar um homem no trânsito, pelas ruas da cidade, ele deve por certo “tirar o chapéu” e “inclinando o busto”; ela, como resposta, corresponderá inclinando a cabeça. Mas, a senhora deve corresponder “com uma inclinação na cabeça não tão acentuada que seja desgraciosa, nem tão pouco nítida que possa passar despercebida” (GENCÉ, 1925, p. 6). Essa prática tem como objetivo “marcar a distância entre as gerações [e sexos] e expressar respeito a uma jovem ou de uma jovem senhora para com uma senhora idosa” (MENSION-RIGAU, 1993, p. 171).

Laura Rosa⁶¹, por exemplo, educadora de destaque no início do século XX, mostrava que a “boa postura” era de fato uma preocupação constante na educação das mulheres. Como mostra seu artigo intitulado *Beijos* (O FEDERALISTA, 09 maio 1901), endereçado “as minhas leitoras”. Neste a autora se mostra incomodada com os constantes beijos que as moças trocavam pelas ruas da cidade, referindo-se a eles como segue:

Vejo beijos em toda parte dessa cidade e a todo o instante: nas lojas, nos armazéns, nas ruas, nos vapores, nos bonds, nos theatros, nos bailes, nas igrejas, e de um lado da face e de outro, e tac e tac, [...] para cá, tac e tac... para alli, e as vezes com tamanho choque que já parece toc e toc [...] e atiram com os chapéos fóra da cabeça, e ainda assim com o chapéo pendurado pelo grampo quase a cahir, continuam nos tac [...] até acabarem quantos sejam de rigor, conforme o numero das amigas que se encontram.

Logo em seguida, no mesmo artigo, a autora tratava da postura das moças, ou melhor, da moralidade, no que diz respeito ao beijo, pois estas não deveriam sair trocando beijos com todos que encontravam pelas ruas.

Vamos a moralidade: os beijos trocados em casa, em uma visita familiar, ou reunião íntima, por exemplo, são os que teem melhor, ou por bem dizer, todo cabimento; em salões de cerimônia na alta sociedade, onde haja a aristocracia, à falta imperdoável, nos logares públicos, é simplesmente feio, nas igrejas então é intoleravel, uma grande falta de respeito e acatamento ao logar sagrado e falta de religião, para as religiosas, bem entendido!

Observamos, neste caso, a preocupação com a moralidade e a honra das meninas no momento do cumprimento, daí o controle da espontaneidade dos comportamentos, considerando que o comportamento da mulher deveria, via “educação de salão”, ser moldado, não lhe permitindo espontaneidade alguma por parte dela, ou seja, deveria manter-se serena e controlada. Isso porque os gestos de saudação para serem “belos” deviam estar acompanhados de um determinado espaço entre os corpos. Noutras palavras, “os gestos da saudação devem permanecer lentos e comedidos, indicando, assim, o perfeito domínio de si e o cuidado com a postura do corpo” (MENSION-RIGAU, 1993, p. 171).

O cumprimento de um homem deve ser recíproco e firme, pois “quando as senhoras entram no salão, o dono da casa curva-se, com tanta deferência, como se fosse ele que entrasse em casa delas” (GENCÉ, 1925, p. 7), para não passar despercebido, demonstrando educação, polidez e respeito.

⁶¹Laura Rosa, filha de Cecília da Conceição da Rosa e pai desconhecido, nasceu no dia 1º de outubro de 1884, em São Luís. Diplomou-se no dia 12 de janeiro de 1910, quando tinha 25 anos. O ingresso no mundo literário se deu com o pseudônimo Violeta do Campo. Fez parte da Academia Maranhense de Letras em 1943, apesar de as décadas de 20 e 40 terem sido as mais férteis de sua atividade literária, principalmente, na imprensa. Ver (MOTTA, 2003).

Um sinal de indelicadeza é o cumprimento com o cigarro: “O homem, não deve falar a uma senhora, conversando com o cigarro ou charuto na boca” (GENCÉ, 1925, p. 7). O correto, segundo a Condessa, é dissimulá-lo ou deitá-lo fora para conversar.

Reforçando características como fragilidade em relação à mulher, o aperto de mão deve conter delicadeza e elegância. Por exemplo, “o homem que retém, nas suas, a mão de uma senhora, comete o crime de lesa delicadeza”, pois “o aperto de mão deve ser natural e simples, sem exageros de gestos, que o tornariam ridículo” (GENCÉ, 1925, p. 8).

Convém salientarmos que a maioria dos cumprimentos que aparecem nos manuais a serem controlados diz respeito ao homem em direção à mulher ou vice-versa. Não é apresentado o cumprimento de um homem a outro homem, tampouco o de uma mulher a outra mulher, o que mostra a preocupação, já citada, de controlar a relação entre homens e mulheres.

Como forma de cortesia, temos também o gesto de oferecer o braço a uma senhora, e “nas poucas ocasiões em que o homem oferece o braço a uma senhora, é o braço direito que emprega e não como dantes o esquerdo”. E completa dizendo: “o lugar de uma senhora é sempre a direita do cavalheiro”. As ocasiões em que o homem oferece o braço a uma senhora são: “Na casa, onde é convidado, para conduzi-la a sala de jantar; num baile, para levá-la ao *buffet*; numa excursão, quando haja qualquer ladeira; na rua, quando uma grande aglomeração de gente [...], que torne necessário o gesto proteccionista do homem” (GENCÉ, 1925, p. 9). E a senhora, como comportar-se?

A senhora, “ao oferecerem-lhe o braço, inclina a cabeça, graciosamente, e enfia o seu braço no do cavalheiro, para só o retirar no termino do percurso” (GENCÉ, 1925, p. 9), correspondendo ao homem com um cumprimento, leve e gracioso.

Apesar de estar direcionado aos homens, é importante lembrarmos que a mulher, esposa e mãe, na época era responsável por repassar tais comportamentos aos filhos. E ainda, notamos a reverência que os homens devem para com as mulheres, como seres que deveriam ser sempre respeitadas, cuidadas e amparadas por eles.

O sorriso é outro gesto que deve ser controlado, pois “o sorriso atrai simpatia, completa o gesto e assegura a popularidade” (GENCÉ, 1925, p. 10). Mas, “o sorriso pretencioso é detestável”. Isso vale principalmente para as mulheres, pois o sorrir pretencioso, ou em outras palavras, “pretencioso”, pode não ser delicado e sim sedutor, maculando a honra de uma moça ou senhora.

O bocejar e o espirrar também são tratados pela Condessa de Gencé (1925, p. 10-11). Estes devem ser disfarçados com um lenço de “linho ou de seda ou de baptista”, o qual deve “sempre ser extremamente limpo”, servindo tanto para mulheres quanto para homens, da “boa sociedade”. O que demonstra preocupação tanto com a higiene quanto com uma postura refinada.

3.3.2 Na sociedade

No caso dos encontros, os manuais são muito claros e reafirmam uma etiqueta em que o homem deve cercar a mulher de cuidados e respeito. Esses encontros podem ser na rua, na escada, em carruagem, na igreja, no teatro, em caminho de ferro, e em todos a polidez é imprescindível, pois, “[...] ela projeta o indivíduo para fora de si mesmo e o expõe ao elogio ou à sanção do grupo” (REVEL, 1991, p. 169). E, para tanto, “em qualquer lugar que vamos ver devemos conduzir-nos com maior reserva” (ROQUETTE, 1998, p. 109).

Na rua, local de circulação de pessoas de todas as camadas sociais, um homem que se diz “de boa educação” “deve desviar-se para deixar passar uma senhora” (GENCÉ, 1925, p. 62). A boa postura na rua para uma mulher de elite é de suma importância, pois é nos espaços públicos que ela pode demonstrar sua elegância e refinamento. Assim, “uma senhora não deve pôr a sombrinha ao ombro” (GENCÉ, 1925, p. 62), atitude de total descompostura.

O recato é valorizado quando a mulher está na rua, onde as conversas devem ser evitadas: “Se uma senhora deixar cair um objeto, ao passar perto de um homem, êste deve apanhá-lo e entregar-lho, cortêsmente. A senhora agradece. Não se deve, porém, aproveitar êste pequeno serviço, para intabolar conversa” (GENCÉ, 1925, p. 61). Ou seja, as conversas entre estranhos sendo elas, principalmente, entre sexos diferentes devem ser evitadas.

O contato entre um homem e uma mulher na rua deve ser mínimo, sobremaneira quando esta é uma desconhecida. Portanto, “um homem nunca oferece a uma senhora nova o abrigo do chapéu de chuva; êste oferecimento, de resto, não será aceito” (GENCÉ, 1925, p. 62). Aliás, nem o homem podia oferecer nem a moça deveria aceitar o abrigo no chapéu de chuva, pois aos olhos dos transeuntes isso poderia ser uma desonra para uma moça considerada de “boa família”.

Em uma escada, por exemplo, como gesto de boa educação “os cavalheiros desviam-se sempre para as senhoras passarem” (GENCÉ, 1925, p. 64). Nos jardins, praças e outros espaços de circulação de homens e mulheres a “educação de salão” deve prevalecer.

Num jardim público, será extremamente amável da parte de um cavalheiro, levantar-se do banco onde estiver, quando vir perto uma senhora à procura dum lugar: deve ceder-lhe o seu. Uma menina ou uma senhora nova cederão igualmente o seu lugar a uma senhora idosa ou mesmo a um velho (GENCÉ, 1925, p. 62).

A exibição, quer dizer, o aparentar riqueza nas ruas é o principal foco das boas maneiras. Dessa forma, segundo a Condessa Gencé (1925, p. 62),

Não basta dar prova, nos encontros do acaso, de cortesia e amabilidade para com seus semelhantes, convém ainda submeter-se a diversas regras cuja observação é complemento indispensável da boa educação. Os estranhos que passam juntos de nós nem sempre tem ocasião para apreciar a sua polidez. Podem, em todos os casos, julgar a nossa atitude, os nossos gestos.

Desse modo, “todos os movimentos, todas as posturas corporais, a própria roupa pode ser objeto de uma leitura semelhante. Os gestos são signos e podem organizar-se numa linguagem; expõem-se à interpretação e permitem um reconhecimento moral, psicológico e social da pessoa” (REVEL, 1991, p. 172). Portanto, assim como os modos, os manuais tratam também das vestes apropriadas para cada ocasião. Como a preocupação à época era com a aparência (e ainda hoje é), às ruas a *toilette* é impreterivelmente avaliada, principalmente entre as mulheres de elite que buscam diferenciar-se daquelas de outras camadas: “Não se deve sair nunca de casa, numa *toilette* descuidada e principalmente em “cabelo”, uma senhora bem educada só pode mostrar-se na rua sem chapéu numa única ocasião: quando se dirige para uma *soirée*” (GENCÉ, 1925, p. 62).

As vestes, segundo os manuais, trazem consigo a aparência de digno, distinto, respeitável: “Não há dúvida, que será sempre desagradável, para qualquer pessoa ter de parar, na rua, para falar com algum conhecido cuja *toilette* não seja decente. Quem esquece esta regra, expõe-se a que lhe dêem uma lição”. Continuando, a Condessa Gencé informa ainda que, principalmente para uma mulher, por mais que as roupas não sejam da última moda devem “usar vestidos limpos e correctos”. O recato e a decência também são apresentados nos manuais quando se trata da roupa feminina. Desse modo, “quando a forma do vestido comporta botões, devem-se abotoar até o último. Todas as negligências se notam e contribuem a fazer-nos passar por desleixados” (GENCÉ, 1925, p. 63).

Na igreja, deve-se ter “uma atitude rigorosamente respeitosa” (GENCÉ, 1925, p. 65), tanto no falar, que deve ser baixo, como no vestir, que deve ser “correcto” e estritamente discreto. Já no teatro, não se deve ir senão com uma *toilette* muito elegante. A Condessa de Gencé (1925, p. 67) ressalta que “em certos teatros, [...], as senhoras podem aparecer decotadas. Os homens são sempre mais correctos de casaca”. Essa exceção é apontada pela autora: “Bem entendido que êste luxo só se admite nos lugares caros. Seria perfeitamente burlesco aparecer, por exemplo, no geral, com vestido decotado” (GENCÉ, 1925, p. 67).

Assim, há de se perceber que a roupa decotada, vinculada ao luxo, só é permitida em locais “caros” onde a necessidade de aparentar a riqueza, bem como a beleza da mulher é imprescindível no jogo das aparências e da distinção.

Em São Luís, essa regra quanto ao teatro procede, pois homens e mulheres da elite procuravam os melhores alfaiates, as melhores costureiras e cabeleireiras para se apresentarem na plateia do teatro. Estes profissionais que cuidavam da aparência de clientes tão exigentes precisavam, necessariamente, ser ingleses ou franceses. Comentando a elegância que a elite portava para frequentar o teatro, Viveiros (1999, p. 74) diz: “o teatro tem dupla atração: a do palco e a da platéia. Aquele provoca emoções, esta fornece admiradores para os vestidos, os penteados e jóias”. Por isso, ir ao teatro era uma oportunidade de as mulheres solteiras se mostrarem aos “bons partidos e se fazer lembrar, além de ser uma boa oportunidade para conversar com seus namorados. Já as casadas exibiam suas indumentárias e adornos à sociedade, com o intuito de confirmar sua superioridade econômico-social” (LACROIX, 2008, p. 55). A própria publicidade do teatro ressaltava as exigências de comportamento.

Essa exigência servia tanto para os homens quanto para as mulheres, porém a exigência de uma boa educação, delicadeza nos gestos e elegância eram características preciosas para a reputação de uma mulher da elite, que supunha estar a par das novidades de etiqueta chegadas da Europa. Mas os homens também tinham que ser dotados dos chamados “bons modos” ou “modos finos”. Dessa forma, os noticiários exploravam sabiamente à prova de distinção e *status* social o profundo afinamento com o comportamento da elite europeia daqueles que frequentavam tanto os espetáculos teatrais como outros momentos em sociedade, oferecendo-lhes a oportunidade de igualar-se a ela.

3.3.3 As visitas

O artigo intitulado *Usos e costumes*, voltado para as leitoras do jornal “Diário do Maranhão”, de 26 de outubro de 1899, que trata das visitas e do comportamento que uma mulher deve adotar ao receber uma visita em sua casa, dizia o seguinte:

Uma dona de casa entendida logo que recebe as suas visitas, deve entabolar conversa com as pessoas que a visitam, de modo que as possa entreter agradavelmente.

Deve ter tacto de aproximar umas das outras as pessoas cujo espírito e gosto tem uma analogia.

O seu talento consiste em fazer sobressahir o espírito e a amabilidade de seus amigos, conduzindo assim a conversação de maneira a tornar sua sala agradável a todos aquelles que a frequentarem.

Com um pouco de intelligencia saberá conversar com cada um a propósito do assumpto favorito; aos poetas, por exemplo, deve se fallar sobre as ultimas obras apparecidas; ao medico, das novas descobertas da sciencia; ao militar, da organização do exercito; ao advogado, do processo celebre do momento, a um artista, da sua arte, e a uma senhora, de penteados e mais frivolidades. O que, porém deve evitar com cuidado escrupuloso são as intrigas e as calumnias que alimentam tão frequentemente as conversações mundanas.

A “educação de salão” dada principalmente à mulher passava pelas noções superficiais de literatura, saúde, arte etc., para que a mulher pudesse conversar com cada visita, no sentido de “bem receber” ou “bem comportar”, pois o convívio social que a cidade trazia exigia dessa “nova mulher” conhecimentos sobre assuntos diversos, mas de forma superficial, e o possuir uma postura perfeita ao receber visitas.

Nos manuais, esse “bem receber” aparece claramente: “Deve-se uma hospitalidade graciosa às pessoas que estão, ainda que por um momento, em nossa casa” (GENCÉ, 1925, p. 68). Em contrapartida, “deverão estas, pela sua parte, apresentarem-se correctamente e mostrarem-se dignas da honra que se lhe faz, recebendo-as” (GENCÉ, 1925, p. 68). Segundo a Condessa Gencé (1925, p. 69), há três tipos de visitas: “as visitas de deferência”, “as visitas de reconhecimento” e “as visitas íntimas”.

A *toilette* para visitas também é apresentada nos manuais, tanto dos homens quanto das mulheres. Para os homens, “o verdadeiro trajo de visita de cerimônia é fraque. As luvas são rigor; a cor deve ser clara, nem brancas nem pretas” (GENCÉ, 1925, p. 68). E ainda, “a roupa branca deve ser irrepreensível. Não se admite um colarinho de cor duvidosa, nem uns punhos amarrotados”. Até mesmo o calçado é observado pelos manuais: “deve ser bom, ou pelo menos, ser bem feito e estar bem limpo”. Além disso, “a gravata será conforme o tom da moda, mas nunca é de bom gosto, uma gravata de cores demasiadamente vivas” (GENCÉ, 1925, p. 68).

Já a *toilette* das senhoras para as visitas de cerimônia deve ser de “suprema elegância e bom gosto, e sempre conforme as suas posses” (GENCÉ, 1925, p. 68). Mas, vestir-se de acordo com suas posses, podia ser uma forma de manter a distinção, pois nesse momento à classe média importava imitar a elite. “Para se estar elegantemente bem vestida, não é necessário estar com luxo” (GENCÉ, 1925, p. 68). Podemos inferir que essa regra mostra a tentativa de essas condutas chegarem a um público que não seja somente a elite, mas também, como já dito, à camada média. Como diz Bourdieu (2007, p. 34), “o exibicionismo ingênuo do ‘consumo ostensivo’ que procura a distinção na exibição primária de um luxo mal dominado, nada é ao lado da capacidade única do olhar puro [...]”. Portanto, a discrição é, por

assim dizer, uma qualidade distintiva. Por último, a Condessa de Gencé (1925, p. 68) informa que a senhora “deve-se estar sempre bem calçada”.

Receber visitas era de suma importância para uma dona de casa de elite. Logo, ela deveria possuir ou adquirir a partir da leitura dos manuais as maneiras ditas corretas de receber, pois o trato como mulher, ao receber suas visitas, era um diferencial dentro de uma sociedade que pretendia demarcar seus espaços. “Hoje, a maior parte das donas de casa têm o seu ‘dia’, isto é, que reservam um dia em todas as semanas ou de quinze em quinze dias ou mesmo cada mês para receberem as visitas” (GENCÉ, 1925, p. 80). Segundo a Condessa de Gencé (1925, p. 81), ter um dia certo para receber tem suas vantagens: primeiramente, “quando uma senhora tem o seu dia, há certeza de não fazer, nesse dia, uma caminhada inútil ou indiscreta”; segundo, “não se é atormentado durante o intervalo que separa o dia de recepção do seguinte, pela idéia de que nos estamos demorando em fazer uma visita”; terceiro, “sabe-se que essa pessoa nos não censurará por não termos mais cedo feito a nossa visita de cortesia, visto que o seu dia ainda não chegou e que ela não recebe em outro qualquer”. Desse modo, “nada mais cômodo e prático [para a dona da casa] do que ter um dia certo para receber” (GENCÉ, 1925, p. 81). Ainda de acordo com a Condessa de Gencé (1925, p. 81), “tem-se uma semana para bem preparar a recepção. Evita-se imprevisto que tem sempre os seus riscos”.

Mas, caso uma visita se apresente em dia que não seja o previamente marcado “[...] pode ser recebida se a dona da casa está presente e se sua *toilette* lhe permite aparecer, se enfim a visita é uma amiga para quem a porta está sempre aberta” (GENCÉ, 1925, p. 88).

Para que tudo ocorra com tranquilidade, no momento de receber as visitas a dona de casa deve estar preparada: “Para receber dignamente as visitas, convém regularizar de antemão mil detalhes concernentes ao serviço, à *toilette* e à atitude dos criados”. Pois, acrescenta a Condessa de Gencé (1925, p. 81): existem “donas de casa tímidas que, por uma hora de visita, pediam a uma amiga mais experiente que lhes prestasse o seu consento e as auxiliasse a receber” e além dessas, algumas donas de casa recebem as “visitas trêmulas”. Portanto, atenção: “quando por qualquer motivo não possa receber nesse dia, previne, que não receba”.

As visitas devem ser previamente avisadas por meio de cartões.

Nos cartões que uma senhora envia a todas as pessoas cuja visita deseja ou procure, é mencionado o dia de recepção. Mas esperará que as senhoras dum posição mais elevada do que a sua ou mais idosas lhe enviem cartões para lhes fazer uma visita ou responder também por cartão, indicando o seu dia e as suas horas de receber (GENCÉ, 1925, p. 81).

Além disso, a preparação da casa também é de suma importância.

No dia em que se recebe, a casa deve estar numa ordem impecável. No inverno, reinará uma suave atmosfera em tôdas as salas. No verão estarão arejadas evitando-se as correntes de ar. Todo o ano, as flôres cujas espécies e riqueza variarão segundo os recursos de que se dispõe, mas flôres sempre frescas e nunca com um perfume que possa incomodar as visitas, ornarão as jarras, dispersas sobre o fogão ou sobre os móveis (GENCÉ, 1925, p. 81).

Pois, o esteticamente admirável ou simbolicamente vulgar, por exemplo, em matéria de vestuário ou decoração, é, tão somente, para os agentes, o socialmente construído pelos capitais acumulados em uma história relativamente autônoma, ou seja, no dia a dia, que aprenderam a reconhecer os signos do admirável (BOURDIEU, 2007).

As casas “em que o serviço é feito por uma única criada, esta deve apresentar-se com um vestido preto muito limpo, e um avental branco bordado ou arrendado” (GENCÉ, 1925, p. 82). E se for um criado, “apresentar-se-á vestido de preto, de casaca, a não ser que use libré, e com luvas brancas” (GENCÉ, 1925, p. 82).



Figura 13 - Senhora e a criada (ALMEIDA, 1905)

As visitas devem sempre ser anunciadas, “[...] esta formalidade não tem só por fim lembrar-lhe o nome ou a posição das pessoas que recebe, prestará serviço igualmente às visitas presentes, que saberão assim quem é o recém-chegado e sendo preciso modificarão a conversa” (GENCÉ, 1925, p. 82). Isso mostra como, muitas vezes, a “boa educação” pode ser confundida com dissimulação, com o objetivo de não criar momentos desagradáveis durante a visita.

No dia da visita “a dona da casa deverá passar revista”, antes dos convidados chegarem e “assegurar-se-á se tudo está impecavelmente limpo; examinará os tapetes, os móveis, numa palavra, tudo quanto possa atrair a atenção das visitas” (GENCÉ, 1925, p. 83).

A veste dos donos da casa, em especial da dona da casa, é um regulador do “bom gosto”. Dessa maneira, a dona casa “ostentará uma *toilette* elegante. Deve mostrar às suas visitas que faz todo o possível para lhes ser agradável sem que, para isso, procure humilhá-las com o luxo ou o brilho das suas *toilettes*” (GENCÉ, 1925, p. 83), lembrando que o exagero não é de “bom tom”.

Além disso, “a dona da casa deve estar pronta, e presente na sala, antes da chegada da primeira visita” (GENCÉ, 1925, p. 83). Na sala, preparada para a recepção, “há sempre o cuidado de dispor as cadeiras de modo a permitir que o maior número de pessoas tenha lugar vantajoso, isto é, que fique ao alcance do olhar e da voz da dona da casa”. Esta disposição serve geralmente para dar “uma espécie de simetria que não deverá todavia tornar-se desagradável à vista” (GENCÉ, 1925, p. 83).

Como podemos perceber, os símbolos de distinção estão presentes em todo o arranjo do recebimento de uma visita, como mostra a Condessa de Gencé (1925, p. 85): “Não basta mostrar que se é uma fidalga e que se sabe proceder como tal. Uma dona de casa precisa principalmente ser amável para todos e saber pôr todos à vontade”. E, para isso, tudo deve estar em sintonia com as regras de civilidade. Por exemplo: “o dever mais elementar de quem recebe é velar por que todas as senhoras estejam cômodamente instaladas, embora tenha, em caso de grande afluência, de ceder o seu próprio lugar” (GENCÉ, 1925, p. 84). Além disso, “a dona da casa e os cavalheiros presentes levantam-se sempre quando entra uma senhora. As meninas deverão imitá-los” (GENCÉ, 1925, p. 85). E “as senhoras novas erguem-se à entrada e à saída das damas mais idosas e dos cavalheiros de idade” (GENCÉ, 1925, p. 86).

A dona da casa não deve poupar a sua cortesia e nem as suas atenções. Multiplicar-se-á, e para que o seu acolhimento seja ainda mais gracioso, utilizará o auxílio de sua mãe, de uma parenta, de sua filha, embora esta seja muito nova. Estas auxiliares instalarão as visitas, reanimarão a conversa, terão para todos atenções particulares, acompanharão até à porta as pessoas que saem, afim de evitarem à dona da casa que se incomode e que abandone a reunião dos seus amigos (GENCÉ, 1925, p. 86).

Já o dono da casa

[...] conservar-se-á de pé ou tomará lugar, na cadeira mais afastada, na extremidade da fila das visitas. Acompanhá-las-á até a porta ou mesmo até à carruagem e evitará intrometer-se no que diz respeito às senhoras; pode dizer qualquer frase ao passar, mas deve abster-se de dirigir a conversação. É a senhora que recebe; é a ela que procuram e é ela quem preside (GENCÉ, 1925, p. 86).

O jantar de casamento de D. Lídia, retratado em “Vencidos e Degenerados”, é um exemplo de tal *performace*, em que “[...] D. Lídia, por sua vez, multiplicava-se em gentilezas,

palrando alegremente com as amigas e colegas, retribuindo generosamente os cumprimentos que lhe dirigiam, sem contrafeito sorriso, sem vexame, sacodida, altaneira, a acomodar as visitas” (MORAES, 1982, p. 142), mostrando-se a par das boas maneiras.

3.3.4 Nos bailes e soirées

A festa, como informa Gilda (1987, p. 145), “é a vida de exceção”. Apogeu do exibicionismo da família. Os momentos festivos eram ideais para a demonstração de riqueza, ou, pelo menos, para aparentar riqueza. No romance, “Vencidos e Degenerados”, Nascimento de Moraes, ao tratar ficticiamente de São Luís e, sobretudo da sociedade da época, mostra essa disputa:

Os convidados chegavam pouco a pouco, a maior parte de carro. O pessoal do sereno cortava incessantemente na pele dos que entravam; falavam do moral e do físico, sob todos os aspectos, de todos os modos. Ninguém escapava a tesoura cruel e desapiedada dos grupos. Era a sociedade a bater com mão de ferro na própria sociedade; a família a despir ali a própria família do artifício e da compostura a si mesmo (MORAES, 1982, p. 73).

A concorrência entre as famílias era acirrada. As famílias que, diante do quadro econômico em que se encontrava o estado do Maranhão, estavam falidas ou à beira da falência, tentavam de todas as formas no momento da festa manter uma postura altiva. Como mostra a narração do baile de comemoração de um ano da filha do Machado, na mesma obra de Nascimento de Moraes:

E a gentilha curiosa e atenta, que de perto ouvia as exclamações, os comentários e os dizeres, gravava bem na memória o juízo que a alta sociedade fazia do português rico e considerado que naquela noite abria os seus salões à expansão sua alegria e da alheia; e dos figurões que entravam, extratados e empoados, uns que deviam os cabelos da cabeça, outros que eram poucos escrupulosos, outros que eram poucos escrupulosos em seus negócios; uns que ganhavam dinheiro no jogo, outros que, misteriosamente ostentavam grandezas, pois se não explicava como podia luxar, com empregos cujos vencimentos pequeninos, não eram diretamente proporcionais, nem relativos ao que gastavam (MORAES, 1982, p. 73).

A festa, além de permitir a entrada de novos membros na elite, também possibilitava a exclusão de muitos, pois o que valia no momento da festa eram os artifícios externos. Assim, “a festa adquire, nestas circunstâncias, o caráter de um cerimonial de iniciação, onde entram em jogo mais as qualidades pessoais de cada um que os atributos de sua classe” (SOUZA, 1987, p. 166). Daí o esforço de cada membro das famílias, de elite e da camada média, em mostrar-se “bem vestido” e, principalmente mostrar “bons modos”.

Nesse mesmo baile, o autor enfatiza a análise que Cláudio Oliver faz da ‘alta sociedade’ ludovicense ainda mergulhada em hábitos e costumes não considerados civilizados:

Cláudio deduzia o que se passa nos bailes, princípios de rotina, nos quais se pretendia a sociedade em que ele vivia; antigos defeitos de educação, vícios e hábitos inveterados de um meio que não se modifica, os quais, a despeito da transformação de caráter radical que vai se operando em todo o país, persistem e resistem à ação do progresso e da civilização (MORAES, 1982, p. 74).

Todavia, os bailes, de modo geral, aconteciam com frequência em São Luís e o requinte da elite ludovicense era digno de comentários nos jornais. Esses eram os principais espaços em que homens e mulheres podiam mostrar o quanto estavam atualizados acerca da etiqueta europeia, além de se mostrarem possuidores de uma educação elevada. A exemplo, temos a inauguração do Club Pic Nic:

A primeira *soirée*⁶² deste club inaugurado com a mais selecta sociedade maranhense, foi motivo de regosijo para os seus distinctos promotores, em vendo o feliz exito que tiveram e para a qual foram incansáveis no empenho do brilho que os convidados lhe derão. [...] A profusão fora enorme nos salões da festa, notando-se os vultos graciosos das gentis Signorinas. [...] As refeições foram do serviço do club e muito agradaram a sociedade, pela multiplicidade de delicias e iguarias e a originalidade com que eram feitas. Nos intervalos das quadrilhas todos os convidados eram profusamente servidos variados pasteis, gelados, doces, licores, chocolates & [...]. (REVISTA ELEGANTE, 01 maio 1898).

Esses e outros bailes, oferecidos por particulares ou por clubes, davam fôlego para a manutenção da “selecta sociedade” ludovicense, que vivia em busca de oportunidades para mostrar sua distinção e polidez, via comportamento social. Outro exemplo foi uma partida⁶³ famosa que aconteceu na cidade no dia 9 de fevereiro de 1900, como comemoração ao segundo aniversário do Club Caixeiral.

Nos tempos que correm o Club Caixeiral, feitos por moços alegres e folgazões, abre os seus salões ao bello sexo, deixa que invadam os perfumes e que a muzica invada, fazendo por assim dizer ressucitar a alma maranhense dos que lá vão, crucificada nos labores da vida. Transforma por alguns momentos esse calvário num verdadeiro céu de delicias onde tudo se esquece. [...] Como é belo ver-se consagramento de todos os cavalheiros de nossa mais fina sociedade sem que domine a menor sombra de contrariedade (REVISTA ELEGANTE, 10 fev. 1900).

O destaque dado à presença feminina, ao “bello sexo”, nos bailes da cidade denotava ares de sedução, pois muito da circulação das mulheres reforçava “o papel da mulher nos bailes [como] o de sedutora, ela seduzia pela beleza, pelos dotes, pelo jeito de dançar, de olhar, de reservar-se à espera de um convite para dançar” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 45). Nesse sentido, o cuidado com a postura em geral recaía principalmente sobre a mulher, visto que a quebra ou a manutenção do *status* social da família estava em “suas

⁶²Palavra de origem francesa que significa reunião social, ou de outro tipo, que ocorre à noite.

⁶³Partida significa uma reunião de pessoas com o fim de se distraírem.

mãos”, tendo em vista o que era apregoado: “a moral é rígida [...] e separa com nitidez os sexos, repudiando intimidades excessivas, impondo regras estritas de decência, na linguagem, nas atitudes, nas ações” (SOUZA, 1987, p. 146).

Os salões eram, portanto, os espaços onde a “estrela” era a mulher. E ainda, constituíam-se locais oportunos para encontros amorosos, mas para isso a mulher deveria portar-se com refinamento e demonstrar instrução suficiente. A concepção era: “a festa pode ser a lenta antecâmara do casamento, onde os seres se consultam e os instintos se jogam [...], produzindo não só os contatos fortuitos, as conversas a dois, as confissões veladas cheias de reticência, mas as competições de salão” (SOUZA, 1987, p. 149). Por essas e outras brechas, as donzelas poderiam tirar mais proveito da festa, exibindo suas prendas e dotes, mas mantendo a decência. Ou seja, havia “a licença da festa, porém não ia até [o] extremo, e se permitia o negoceio, a faceirice, os olhos quebrados atrás do leque, conservada a sua volta, um certo recato que, acentuando o mistério, não era menos eficiente na atração amorosa” (SOUZA, 1987, p. 153).

Segundo Júlia Lopes de Almeida (1905, p. 56), em “O Livro das Noivas”, para as meninas solteiras o baile era de grande valia, porém a discricção era de suma importância. Em súplica, pedia: “Ó futuras noivas, recatadas e meigas, perdi menos noites na dança, e, quando fordes a um ou outro baile, pedi à vossa modista um vestido mais discreto, e ao jasmineiro do vosso jardim as suas florinhas estrelladas e puras!”.

Mas, diante da constância de bailes e das ainda poucas oportunidades de convívio social, tornava-se difícil uma senhora ou um senhor, moça ou um rapaz, deixar de frequentá-los. Para as moças, principalmente, em qual outro momento ela estaria “livre” dos olhos rígidos dos pais? Como e onde apresentar “superioridade”, melhor dizendo, demonstrar ou aparentar riqueza? E, para além disso, como se portar nesses ambientes, demonstrando “ares de civilização” e de “boa educação”?

Segundo retratam as Regras de Civilidade, do manual “A arte da dança de sociedade” (1892), a entrada em eventos de sociabilidade tais como: saraus, bailes, partidas, entre outras ocasiões, ocorria de maneira distinta entre as classes. Por exemplo:

Nas famílias de condição média, as crianças partilhando continuamente da vida de seus pais, a entrada no mundo não tem importância para os moços, se não no que diz respeito ao primeiro baile, quanto ao mais, essa entrada se faz gradativamente e à proporção das diversas circunstâncias da vida; mas é de outra fôrma na alta sociedade, onde as crianças são afastadas das reuniões e não aparecem nos salões, senão raras vezes, nas ocasiões de um chá, de uma matinée ou de um sarão íntimo; nesta sociedade a entrada no mundo é um acontecimento, que faz época na vida (1892, p. 12).

Ao entrar “no mundo”, homens e senhoras, moças e rapazes, devem cumprir todos os “rituais” com maior rigor, tanto na organização dos salões como nos comportamentos. A dona de casa, protagonista dessas ocasiões, devia estar atenta à formulação de cada detalhe, desde a seleção dos convidados até a observação dos dançantes, pois, segundo os manuais analisados, era sua obrigação saber receber bem os convidados.

O convite consistia na primeira fase da organização de um baile ou *soirée* e devia ser feito com, no mínimo, 15 dias de antecedência. “[...] êste período é suficiente para as mulheres prepararem as suas *toilettes*. Como porém essas reuniões são geralmente previstas, as senhoras devem arranjar-se de maneira a ter sempre um vestido de baile que modificarão se for necessário quando receberem o convite” (GENCÉ, 1925, p. 136). Além disso,

A um grande baile, deve ser sempre agradável a uma dona de casa levar-se pessoas que dancem. Se estas são conhecidas ou homens casados e que vivem com suas mulheres envia-se em convite. Para moças é bastante autorisar os amigos da casa a conduzi-las (1892, p. 23).

O convite era um dos pontos-chave da demonstração de refinamento para uma família que se dizia de elite, principalmente para uma dona de casa, “rainha do lar”. Tal convite devia ser emitido “no nome do homem e da mulher, a menos que se trate de viúva”, o que demonstra a superioridade do homem em relação à mulher à época, pois nenhum convite poderia ser emitido em nome somente de uma mulher. Impreterivelmente, esse convite deveria ser respondido “em uma carta se aceito ou não”. E ainda, se aceito, devia-se mandar uma carta ou fazer uma visita depois (1892, p. 23).

Na formulação dos convites a mulher devia preocupar-se com quem estava convidando, visto assim serem orientadas: “para uma *soirée* de grande gala, uma dona de casa convidará as pessoas com quem ela ou seu marido trocam visitas oficiais ou visitas de cerimônia” (GENCÉ, 1925, p. 137). Eram momentos únicos para obtenção de prestígio e manutenção do *status* social de elite.

No romance “Vencidos e Degenerados”, Moraes (1982, p. 73). apresenta esta preocupação na seleção das famílias que seriam convidadas para comparecerem no aniversário de um ano da filha do Machado: “Nomearam-se, a miúde, as famílias que tinham sido convidadas, e muitas das que não lograram um cartão, um aceno, ao menos, de tácito convite”.

Diante da preocupação com as aglomerações nas recepções, de forma geral, a Condessa de Gencé (1925, p. 140) informa: “como o baile não é obrigatório, só o devem dar aqueles que para isso tenham casa e posse”. E acrescenta: “é extremamente ridículo, ouvir dizer que uma pessoa se arruinou com as festas que deu. Limitemo-nos, pois, sempre e em

tudo, às circunstâncias em que vivemos”. Ou seja, o oferecimento de qualquer recepção, seja um baile ou uma *soirée*, por uma família devia estar de acordo com as suas posses e com o grau de cerimônia da recepção, propiciando, por si só, características distintivas àquele que a oferecia.

Como os locais de convivência social, os bailes, saraus, *soirée* ou qualquer tipo de recepção são, principalmente, momento de exibição de riqueza, educação, polidez etc. e a educação em nível superior, como já mostrado no capítulo anterior, era marca distinta entre a população brasileira e em particular entre a maranhense: “um moço não aparece senão depois de ter terminado os estudos e obtido um pergaminho de doutor” (1892, p. 16). Neste caso, é importante ressaltar que a ideia de doutor está vinculada somente ao homem.

Ao iniciar o baile é de “bom tom” que “os donos da casa conservem-se á porta do salão principal, por ocasião da chegada de seus convidados, afim de lhes prestar as devidas homenagens” (1892, p. 25).

Os convidados que adentravam o espaço onde era oferecido o baile ou *soirée*, normalmente a própria casa dos anfitriões, dependendo do estado civil, da idade e do sexo, suas posturas eram diferentes. A entrada de uma moça ou de um rapaz se dava de forma que “um pai dá o braço à sua filha para entrar em uma sala de baile e uma mãe o dá a seu filho” (1892, p. 24). Há uma ressalva quanto à moça: “é preferível que a entrada da mulher na sociedade não tenha lugar senão na idade em que a moça entrou no período da puberdade” (1892, p. 23).

Segundo as Regras de Civilidade do manual “A arte da dança de sociedade”, a entrada de uma moça na sociedade “é fácil de reconhecer” (1892, p. 19): “Vós a adivinhais desde que ella transpõe os humbraes do salão, no braço de seu pai ou de velho amigo, ao qual está confiada; seu porte é modesto, colora-lhe as faces um leve rosado e seu olhar cândido e sereno passeia receioso sobre as pessoas reunidas em derredor” (1892, p. 19). Diferentemente do homem, cujo comportamento devia ser firme, a mulher apresentava-se doce e angelical.

Era importante, segundo o mesmo manual, que a moça fosse apresentada aos donos da casa e alternativamente aos amigos. “Por sua vez, os rapazes se apressarão por se fazer apresentar e seu *carnet* se encherá de nomes até então desconhecidos por ella” (1892, p. 19). O *carnet* estava no auge entre os jovens ludovicenses. Como narra Moraes (1982, p. 74): “Está em moda o *carnet*. O *carnet* é uma galanteria e cada rapaz toma sua nota, sem dar importância às reclamações de outros, nem às observações das moças, que se fingem amuadas por não serem atendidas”.

Para as mulheres essas regras eram mais rígidas: “uma senhora não vai ao baile senão com seu marido ou com uma outra senhora de certa idade” (1892, p. 24). Quanto às moças, a rigidez parece cercá-las com mais veemência, apesar de uma pequena liberdade: “duas amigas ainda que moças podem ir sós a uma soirée dançante em uma casa onde tenham muita intimidade, mas devem chegar cedo e com dia para não serem notadas” (1892, p. 24).

Mas antes de entrar no salão principal, “as senhoras devem deixar os seus mantos, chales, etc., no respectivo camarim e, após isso, esperar no vestíbulo os seus maridos que devem conservar na mão o respectivo claque⁶⁴, para entrarem conduzidas pelo braço delles nos salões onde se dança” (1892, p. 24). Imaginemos uma mulher, senhora ou moça, entrando sozinha em um baile!... Olhares se voltariam para ela. E, se tal fato ocorresse em bailes pagos ou em bailes de sociedade, esta mulher seria considerada de moralidade duvidosa, não sendo permitido aos indivíduos pertencentes à dita “boa família” “mostrarem-se zangadas” [...] o que se poderá evitar á conversar com ela. Os cavalheiros não a convidarão para dançar” (GENCÉ, 1925, p. 147).

A figura do homem polido, então, “bem educado”, nessas ocasiões era fundamental, considerando as relações de poder entre o homem e a mulher: o homem “ajudará as damas a collocar as suas pellicas ou seus mantos, tendo cuidado de não pisar na cauda de seus vestidos” (1892, p. 17). E ainda, “deve prestemente apanhar um objeto que uma dama descuidosamente deixar cair de suas mãos ou de seu corpo” (1892, p. 17).

As apresentações eram de suma importância, pois o argumento era: “nos grandes bailes não se dança geralmente senão com os cavalheiros que são apresentados. Em um salão particular não seria agradável aos donos da casa se assim se procedesse, porquanto pareceria suspeitar dos convidados” (1892, p. 24). Desse modo, primava-se para que não houvesse, numa apresentação, qualquer escândalo: “diremos, entretanto, que é sempre melhor se fazer apresentar quando se pôde” (1892, p. 24).

Mas há ressalvas quanto à moça: “uma moça não deve apresentar senão seus irmãos ou suas irmãs mais moças ou ainda sua mãe a uma de suas amigas que seja muito mais velha” (1892, p. 24). Não devia, portanto, apresentar-se para homens e desconhecidos ou apresentar seus conhecidos a outros. A esta mesma regra obedecia a dona de casa, cujo comportamento recatado da mulher devia ser preservado; “a dona de casa nunca deve dirigir-se aos homens celibatários” (GENCÉ, 1925, p. 141).

⁶⁴Claques: chapéus de ópera.

Quanto à *toilette* dos homens e das senhoras, das moças e dos rapazes para adentrar em um salão, os manuais trazem largas observações: “a roupa simples da vida comum, ajeitada às exigências triviais da realidade, é substituída na festa pela forma fantasmal que o narcisismo a põe ao corpo e a rosto” (SOUZA, 1987, p. 151). A *toilette* de *soirée* das senhoras caracterizava-se por vestidos chamados “de *soirée*”, os quais lhes deixavam os ombros e braços nus (GENCÉ, 1925, p. 142). Isto, porém, convém lembrarmos, era uma exceção: apenas nos bailes. Nestes a mulher podia exhibir o seu corpo, ostentando vestidos da moda, mas ao mesmo tempo, com ares de delicadeza e recato.

Para um principiante, isto é, para o rapaz, importava muito a habilidade com a “casaca preta”. Segundo o manual, “para estar à vontade é necessário que seja trabalhada perfeitamente ou que se tenha um bom habito della” (1892, p. 16). Ainda acerca do traje masculino: o homem, “em um baile deverá se apresentar de vestuário preto, gravata branca, claque e luvas de pellica, que devem ser brancas, pretas ou de cor, conforme o motivo da reunião” (1892, p. 16). O homem não desprezava recursos para ostentar riqueza e

O manejo concomitante da cartola, da bengala e das luvas, por exemplo, dava lugar a uma ritmia especial de movimentos que se espalhava no jogo harmonioso da saudação na própria cadência do andar, a classe revelando-se com a mesma segurança na maneira de atar a gravata e no jeito de movimentar a bengala (SOUZA, 1987, p. 137).

Considerando que a veste é um símbolo assaz de distinção, um homem de “boa educação”, conforme os manuais de civilidade e etiqueta, jamais deveria ter suas roupas fora do padrão de um baile.

O recato da moça devia ser preservado, principalmente nesses espaços, a começar pela vestimenta: “Como não deve ser encantadora com o seu vestido de *tarlatana branca*, apenas decotado e ornado de *myosotis* de um pallido azul” (1892, p. 20).

Como já dito, a dona da casa, a mãe, a “rainha do lar” devia estar à frente de tudo, até mesmo a roupa da filha devia ser organizada e aprovada por ela, dada a sua experiência em ocasiões de sociabilidade.

Sua mãe, organizara-lhe a *toilette* que aformoseia mais o seu talho: mas dirão porque não podia ella trazer na frente essa linda grinalda de hortencias, que lhe mostrou sua florista! Ella sabe agora que o musgo, o espinheiro, a margarida, a primavera e algumas outras flores são ornamento da donzella, ao passo que as rosas rubras, as camélias, os cravos, etc., são mais ornatos da mulher casada (1892, p. 20).

Nas *matinéas* “a *toilette* das meninas pode ser afogada; mas o pequeno decote também é permitido”. E “as senhoras poderão vestir uma elegante *toilette* de visitas. Já numa *soirée* dançante, às senhoras “é preferível o meio-decote” (GENCÉ, 1925, p. 144-145). O decote é avaliado em artigo do jornal “A Fita” de 7 de novembro de 1920:

É de todos notorio, que mais e mais se distancia a moda da moral. Em tempos idos as damas vestiam-se para ir ao baile e dançar áquella moda antiga, em que o cavalheiro não ousava encostar-se ao seu corpo cuidadosamente coberto. Hoje, porém, com o evoluir do tempo, [...] as moças não se vestem, e, para bem dizer, despem-se para ir dançar o tango [...].

Esses e outros adereços femininos e também masculinos reafirmam a existência da chamada “[...] linguagem dos corpos, sim, porém destina-se aos outros, que devem poder captá-la. Ela projeta o indivíduo para fora de si mesmo e o expõe ao elogio ou à sanção do grupo” (REVEL, 1991, p. 169). Os ornamentos externos, portanto, valiam (ou valem) mais que os internos, por isso a forma como era manuseado cada objeto carregado, o andar entre outras linguagens, eram observadas e avaliadas. Às filhas das famílias ludovicenses observavam na entrada de moças que chegavam na cidade e adentravam os eventos sociais, não poupando comentários: “Ouve-se um zum-zum-zum nas rodas das môças. Chegaram-se algumas para verem de mais perto as recém-chegadas, que rajavam com distinção” (MORAES, 1982, p. 74).

Alguns objetos deveriam ser carregados ou pela senhora ou pela moça, demonstrando refinamento e que estavam a par dos padrões vigentes da moda. Quanto aos objetos que uma mulher devia levar a um baile, segundo o manual, haviam diminuído: “o *bouquet* já quase desaparecera, e com vantagem foi mudado pelos ramalhetes de flores frescas e mimosas na cintura, no collo e no cabelo. Da mesma maneira não está mais em uso trazer na mão o tradicional porta-essencias tão usado no tempo de nossas avós” (1892, p. 21).

Outro objeto é o lenço, que, como disse a Condessa de Génce (1925, p. 21), “deve está limpo”. E ainda, “o lenço, se é conduzido na mão, deve ser dissimuladamente, ao contrário colloca-se-o em um bolsinho na cintura, deixando apparecer uma de suas pontas”. Em uma nota intitulada a *A linguagem do lenço*, o autor apresenta como o balançar do lenço traz uma morfologia própria:

Passar o lenço pelos lábios – Desejo fazer vosso conhecimento.
Passa-lo pelos olhos – Tenho pezar.
Deixa-lo cahir – Seremos amigos.
Dar-lhe voltas em ambas as mãos – Indifferença.
Passa-lo pelas mãos – Odeio-vos.
Passa-lo pela face - Amo-vos.
Deixa-lo descançar na face esquerda – Não.
Dar-lhe voltas na mão esquerda – Desejo desembaraçar-me de você.
Dar-lhe voltas na mão direita – Amo outra pessoa.
Dobrado – Desejo falar-lhe.
Passa-lo pela frente – Estão-nos vigiando.
Por cima do hombro – Segui-me.
Os cantos oppostos em ambas as mãos – Esperai-me.
Colloca-lo no ouvido direito – você está mudado.
Deixa-lo permanecer sobre os olhos – Sois cruel!
Enrola-lo à roda do dedo indicador – Estou noiva.

Pô-lo na algibeira – Basta por agora (A PÁTRIA, 16 jun. 1908).

Daí a preocupação com o manuseio correto do lenço orientado pelos manuais, pois de acordo com o seu movimento a mulher poderia estar acenando ou insinuando bons ou maus modos.

O principal objeto e que não devia faltar nas mãos de uma donzella, como também de uma senhora, era o leque, demonstrando no seu “vai e vem” a harmonia entre a sua alma e a vida exterior e material, demonstrando a elegância.

O leque subsiste ainda, porque esse objeto não só é de utilidade vantajosa, como lisongeiro nas mãos mimosas de uma dama que sabe sevir-se delle com graça e elegância”. [...] “Quantos despeitos e loucos sorrisos não dissimula uma moça, alternativamente, com esses pequenos e delicados brincos de renda, de pennas ou de papel!! (1892, p. 21).

Sua importância e função é discutida por Souza (1987, p. 136): “acessório indispensável sem o qual nenhuma mulher de nível se apresentava em público, no teatro, no baile, no passeio, no *boulevard*, e que sublinhava à muda linguagem amorosa dos rubores e dos olhares oblíquos”. A nota, abaixo citada, intitulada *O leque*, nos permite entender a linguagem que o bater de um leque possui ao ser manuseado. Segundo o autor da nota, “[...] O leque, por exemplo, fala, e não diz pouco; objecto mais de luxo e vaidade que mesmo de utilidade e precisão, elle se pronuncia sempre, em questões amorosas, promete e nega, dá esperanças e tira illusões, sem que os vizinhos percebam quando o finório palra, nem o que diz ao ouvido dos marrecos”.

Abrir inteiramente – és cruel.
Abrir e fechar – espera-me.
Fechar vagarosamente – quero falar-te.
Fechar de súbito – já não és o mesmo.
Tocar nos lábios – daí-me um beijo.
Deixar cahir – tens minha amizade.
Trazer na mão direita – segue-me.
Trazer na esquerda – deseja tua amizade.
Virar e voltar na mão direita – amor a outro.
Vira e voltas na mão esquerda – não me aborreças.
Descançar na bochecha direita – sim!
Descançar na bochecha esquerda – não!
Passal-o pela testa – estão a espiar-me.
Passal-o pelos olhos – sinto muito.
Passal-o pelos face – amo-te.
E isto deve ir por ai afóra. (A PÁTRIA, 6 mar. 1908)

Como o comportamento de uma senhora ou donzela de boa família é sempre vinculado ao recato, à delicadeza, o uso do leque também é regulado baseado nesses comportamentos: “não é regular rir ou conversar com o seu cavalheiro por trás do leque. Se o conserva, dançando, na mão que descança sobre o hombro de seu par, é para poder servir-se delle nos tempos de pausas, particularmente durante a quadrilha” (1892, p. 21). Essas regras

não deveriam deixar de ser cumpridas por uma “senhora ou moças de boa família”, visto que o seu não cumprimento poderia causar-lhes danos morais.

É importante ressaltarmos o trato social que a mulher devia possuir nesses momentos de festa. Como anfitriã, ela deve dominar quase toda a organização dessas festas, mas o comportamento do homem também deve ser recíproco nesse jogo de polidez. “A dona da casa terá recurso para fazer dançar com os cavalheiros presentes as moças que não tenham sido tiradas e aquelles as deverão aceitar de boa vontade, como costuma fazer qualquer homem de educação e trato social” (1892, p. 17).

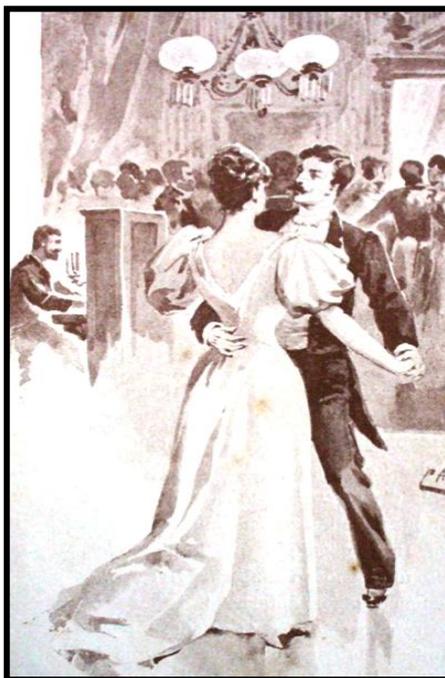


Figura 14 - Baile (ALMEIDA, 1905).

O convidado também tem suas obrigações, e parte-se do princípio de que esteja muito bem preparado e que seja educado o suficiente para circular bem nesses espaços de sociabilidade, com refinamento e boa conduta. Essa demonstração se faz principalmente no momento da dança, pois “antes de convidar quem quer que seja para ser seu par, deve fazer essa delicadeza com a dona da casa e suas filhas, pedindo-lhes para inscrever-o em seu *card*” (1892, p. 19).

Já o dono da casa também tem suas atribuições no momento da dança, pois “o dono da casa e seus filhos procurarão todos os meios para fazer dançar ao menos uma vez, todas as damas que se acham no salão, salvo algumas dellas não souberem ou não quiserem dançar” (1892, p. 19). Já “a dona da casa, mesmo que seja nova, deve dançar pouco e nunca aceitar valsar no começo do baile” (GENCÉ, 1925, p. 142). Isto posto, é digno de boa educação que “uma dona de casa não deve dançar, senão depois de estar convencida de que

nenhuma senhora fica sentada em seu lugar, a menos que não seja por estar cansada ou não deseje dançar” (1892, p. 25).

As representações do homem como pertencente ao espaço público também vigoram nos manuais, pois deve dominar a conversação, a fala. Portanto, “um moço deve disfarçar sua ignorância ou sua timidez na sociedade, conduzindo-se com perfeita correção e polidez” (1892, p. 16). Além disso, o homem deve saber minimamente dançar; “se não o sabe perfeitamente, não deve convidar para seus pares, senão pessoas de seu conhecimento que serão necessariamente indulgentes” (1892, p. 16). No cassino, não se dança com quem não foi apresentado. “um mancebo torna-se-ia culpado duma indelicadeza se convidasse para dançar uma menina cuja família não se conhecesse” (GENCÉ, 1925, p. 147).

Ao pedir para dançar com “uma dama elegante que acabar de valsar maravilhosamente” (1892, p. 17), este pedido e aproximação devia ser feito com muito respeito e com uma certa distância: “aproximamo-nos com a devida inclinação respeitosa diante della e pedimos com inflexão harmoniosa de voz: ‘Minha senhora, V.Ex^a. querará me dar a honra de ser meu par nesta mazurka ou nesta polka?’”. Caso ela respondesse que não ser possível, “visto já estar comprometida para os cinco contradanças seguintes, e o senhor resolve com isso, despedisse dos amigos e partir do baile. Vem a protagonista, a dona da casa, e “avisinha-se de nós com um gracioso sorriso e aponta-nos algumas *silhouetes*⁶⁵ collocadas no fundo do salão” (1892, p. 17-18).

Um homem bem educado não deve dançar muitas vezes seguidas com a mesma senhora. Se uma jovem lhe inspira admiração pela sua graça ou pela sua beleza, pode dizer-lho em termos correctos, mas não prive os outros convidados do prazer de dançarem com ela e sobretudo não se faça notado pela sua assiduidade que se pode tornar comprometedora (GENCÉ, 1925, p. 143).

No manual de dança consta que “um cavalheiro não deve dançar mais de três vezes com uma mesma senhora, em uma soirée, a menos que não seja sua noiva” (1892, p. 19). Principalmente para uma moça que precisava ter sua imagem resguardada. “Uma senhora não pode, sem pretexto sério, recusar dançar com um cavalheiro que a convide para seu par, porquanto depois da recusa, será inconveniente dançar com outro” (1892, p. 21).

Não ir buscar uma dama tirada para qualquer contradança é um esquecimento, que não pôde ser tolerado. Uma senhora por sua vez nunca se deve também esquecer que prometeu dançar com um homem, para dançar com um outro. Isto poderá ser desagradável ao primeiro se observar neste facto uma intenção má (1892, p. 25).

Ao terminar a dança, o homem devia continuar seguindo com respeito perante a senhora: “quando o cavalheiro conduz a dama com quem dançou ao seu lugar, é autorizado a

⁶⁵Silhouetes significa silhueta.

perguntar a sua mãe ou mesmo a ela, se querem que êle as acompanhe ao *buffet*” (GENCÉ, 1925, p. 143). Como mostra a narração de Nascimento de Moraes, em “Vencidos e Degenerados”, ainda do baile da festa de um ano da filha do Machado:

Parara a orquestra. Os rapazes encaminhavam-se para o botequim improvisado a um canto da varanda, de braço com as moças, depois de alguma resistência da parte delas. Não gostavam. Tinham medo. Dizima por lá muita liberdade, muita pilhéria. Os pais as censuravam, e até as preveniam de que não fossem ao botequim. Algumas não iam mesmo, por mais delicado e insistente que o convite fosse. Outras iam em companhia de alguém da família (MORAES, 1982, p. 78-79).

Ninguém podia ficar sem dançar, principalmente os homens, que mesmo não dançando com o par escolhido dançará com uma *silhouetes*:

É muito aborrecido, estou certo, mas diremos – na guerra como na guerra, – e tomando de novo o poder dessas notas harmoniosas, a todo o instante inclinaremos diante, não importa de qual dessas *silhouetes* entrevistas um pouco longe, e solicitaremos-lhes a honra e a satisfação de ser seu par (1892, p. 18).

Em caso de ser uma dama que “dança bem, uma pessoa inteligente, que, em algumas frases simplesmente banaes que trocamos com ella, revela-nos um espírito fino e cultivado” (1892, p. 18), e o homem queira continuar a conversa, os manuais são claros: “[...] isto não podemos fazer com uma moça solteira, embora fiquemos por ella captivado, pois as conveniências nos obrigam a conduzi-la a seu logar e afastarmos-nos, desde que lhe tivermos agradecido” (1892, p. 18). Mais uma vez, caracteriza-se a distância mantida entre homens e mulheres, à época.

Na dança, os olhares vigilantes ao comportamento do homem perante a mulher eram demasiadamente presentes nos espaços de sociabilidade: “o cavalheiro deve ter um dançar correcto, simples e sem affectação e mostrar-se delicado e affectuoso sem pretensões” (1892, p. 25). “Se o cavalheiro, por um acaso qualquer, pisar no vestido de sua dama ou der um passo em falso, deve-se desculpar delicadamente, sem espalhafato” (1892, p. 22). Chamar atenção, de qualquer forma, era recriminado pelos manuais. Os comportamentos de uma mulher nos salões eram rodeados de preocupações com a ponderação das maneiras e dos gestos, pois na sociedade: “a dama deve ser modesta e decente e sorrir ás pessoas que lhe façam uma cortezia” (1892, p. 26). Já “as gargalhadas não são admitidas na boa sociedade” (1892, p. 26).

Com uma mulher casada “é permitido da um passeio pelo salão, convidal-a mesmo para ir ao *buffet*, o que não se deve fazer com uma moça solteira, sabendo que não é próprio senão acompanhada de sua mãï ou se uma matrona, ou com o consentimento maternal” (1892, p. 18). Pois, o comportamento da moça era bem vigiado: “sua mãe, ou na

falta desta uma irmã mais velha ou uma tia lhe tem dito que o seu lugar no baile é junto de si, não o deixando senão para dançar e voltando após para elle” (1982, p. 20).

Mas o olhar do pai vigilante e autoritário sempre se fazia presente: “é pois, por isto que seu pai quer que ella esteja às vistas de uma matrona, elle, que de tempos em tempos faz uma apparição nos salões de dança, para procurar observar sua filha admirada e festejada por todos” (1892, p. 20).

A questão da idade também era tratada com cautela quanto aos espaços que deviam ou não ser frequentados por rapazes e raparigas, visto que estes não deviam, por exemplo, “se introduzir nas salas de jogos, e se os primeiros ali entram o farão unicamente como simples espectadores” (1892, p. 22). Essa proibição recaía principalmente sobre as mulheres, pois os locais de jogos eram permitidos somente para homens, onde estes tratavam da política e de outros assuntos públicos que não faziam parte do dito “mundo feminino” da época.

As moças, a partir do momento em que eram apresentadas à sociedade, podiam organizar *matinéés* e chás:

Até à idade de 16 ou 18 anos, segundo seu desenvolvimento physico, uma moça é um pouco considerada como criança, ella convida em seu nome amigas às quais dá *matinéés* e chás, mas estas festas não devem ser dadas senão depois de sua entrada ou antes de sua apresentação na sociedade [...] Para isso ella deve sempre acompanhar a mãe nas visitas e recebe-las com ella, fazendo a corte (1892, p. 22).

Por fim, em mais uma demonstração de “boa educação”: “no fim dessas reuniões, cada convidado deve agradecer e despedir-se da dona da casa” (1892, p. 26). Mais uma vez, a mulher como protagonista.

Diante disso, junto ao cumprimento, aos encontros, ao traquejo no momento das visitas e recepções e, nos bailes e soirées, formam o conjunto do que podemos considerar elementos da “educação de salão”, e que uma vez dominados e expostos às vistas dos outros, conferem distinção e diferenciação social, bem como sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada do século XIX para o XX foi marcada por inúmeras modificações não apenas no cenário político e econômico, com a implantação da República; o fim da escravidão, com a fixação do trabalho assalariado; mas também com o crescimento urbano e industrial que consolidou o capitalismo no país. As cidades cresciam, principalmente as capitais, e São Luís, capital do Maranhão, não ficou para trás nessa corrida, mesmo com muitas restrições. No cerne dessas modificações conjunturais, ocorreram também mudanças no que diz respeito à vivência da sociedade nesse novo ambiente, agora chamado de “urbano” e “moderno”.

Até meados do século XIX, tínhamos uma sociedade que vivia em fazendas, no meio rural. Nesse meio, o contato entre as famílias era raro, ocorrendo somente em dias de missa, de modo que não precisavam nem necessitavam de muitos adereços para circularem em seu cotidiano, pois sua riqueza era caracterizada pela quantidade de terras e de escravos que possuíam. Já a vida na cidade, que se firmou no início do século XX, em nada se parecia com a do meio rural; várias eram as oportunidades que homens e mulheres tinham de circular nos diversos espaços de sociabilidade: ruas, mercados, praças, teatros, cinemas etc. Todavia, essa circulação era vigiada pelos que na cidade residiam. Enfim, novos estilos correspondem a novas necessidades.

Desse modo, as famílias ricas tinham a necessidade de se autoafirmarem como membros da elite, pois as formas de exibir riqueza haviam mudado e, para além disso, as camadas médias tentavam de todas as formas acompanhar o estilo de vida da elite, na tentativa de nela penetrar, ou mesmo de ser confundida como tal, tornando a vida na cidade uma vida de concorrência entre as famílias que eram de elite e aquelas que se queriam de elite. É como menciona Bourdieu (2007, p. 155), “[...] todos os grupos comprometidos na corrida, qualquer que seja a fila, só podem conservar sua posição [...] com a condição de correrem para manter a distância em relação àqueles que os seguem imediatamente e, assim, com sua *diferença*, ameaçarem aqueles que os precedem”.

Nesse sentido, a elite e as camadas médias no cenário citadino participavam acirradamente do jogo das aparências. O aparentar a riqueza era de suma importância para a manutenção do *status* social de elite e até mesmo para alcançar tal *status*, pois no cenário que se desenhava no Brasil e, no caso do nosso estudo, em São Luís, de mudanças estruturais, políticas, econômicas, sociais e educacionais, baseadas no ideal de progresso, via

modernização e civilização, o “parecer” mais que o “ser” tornava-se indispensável para a camada média e alta ludovicense, na medida em que estas almejavam um lugar de privilégio em meio ao abandono em que se encontravam as camadas populares.

Como já dito, a vida na cidade, no meio urbano, frente a uma nova estrutura social relativamente “frouxa”, isto é, onde a mobilidade social torna-se possível, as estratégias de diferenciação se aprimoravam e se faziam mais emergentes. Diante disso, reforçava-se a necessidade da dita “boa aparência” e com vistas a adquiri-la ou mantê-la, a “alta sociedade” investia em atributos, educação e “educação de salão”, como estratégias de sobrevivência, diferenciação e até mesmo de integração entre os pares da mesma camada, a elite.

E quem era o(a) protagonista nesse jogo das aparências? As mulheres, mas não por acaso. As mulheres, principalmente as de elite, por um longo período da história ocidental foram mantidas no ambiente doméstico, ou seja, dentro dos muros do lar. A partir do século XIX, a saída delas para os espaços públicos da cidade fez com que recaísse sobre elas grande parte dos atributos lhes que garantissem a sua permanência ou ascensão à elite.

Nessa perspectiva, examinamos os atributos pertinentes à elite feminina, aos quais se vinculavam, ou melhor, que as faziam “parecer” da elite. Considerando que as mulheres eram o principal alvo dos jornais, das revistas etc., percebemos que o ideal de mulher passava pelo papel de boa esposa, mãe, dona de casa, e ela ainda, deveria ser higiênica, saudável, atualizada com a moda, mas uma moda condizente com os padrões da moralidade. Tudo isso baseado no exemplo da mulher branca e europeia, cujo modelo foi construído durante os vários anos de colonização; um modelo não só de “perfeição”, como também de símbolo de riqueza, honra e moral.

O “moderno”, termo agregado aos discursos do novo regime, a República, trouxe modificações em São Luís, também no projeto educacional. Nesta capital, os “ares de moderno” chegaram lentamente, mas surtiram efeito no momento em que faziam da cidade um cenário de circulação de homens e mulheres das diversas camadas sociais. Quanto ao projeto educacional, passava por diversas reformas, os quais, no discurso, buscavam atender as camadas populares. Contudo o que percebemos é que apenas a educação primária chegou, ao “povo”, e ainda assim, minimamente, visto que as outras etapas da educação foram direcionadas à camada alta da população, pois o ensino secundário e superior era viável somente para tal camada, que tinha, além disso, a garantia de estudar no Liceu (público masculino) e escolas secundárias particulares (público feminino).

E ainda, foi nesse momento, dos arautos da República, que a educação da mulher foi colocada em questão; não por acreditarem que ela era capaz intelectualmente, mas como algo necessário para a reorganização social do Estado, sobretudo durante a Primeira República. Em outras palavras, a educação da mulher foi por vezes tolerada, visto que agregava-se a ela a ideia de “mola propulsora” da educação, principalmente no que se refere à educação primária, na medida em que a mulher era considerada aquela que melhor ocuparia o cargo de professora, dado a sua “natureza maternal”. Também, era a mulher que se ocupava da educação dos filhos, ditos, à época, futuro da Nação.

Essa educação feminina secundária dava-se na Escola Normal, instituição preparatória para formar professores(as). Foi uma Escola que chegou no Maranhão, São Luís, tardiamente, o que nos leva a perceber o descaso das autoridades locais quanto às questões educacionais. Nela, os(as) futuros professores(as) aprenderiam métodos e técnicas da profissão de professor, porém o que constatamos é que as disciplinas voltadas para tal foco perderam-se entre outras disciplinas, inclusive prendas domésticas voltadas especificamente para o público feminino, maioria na escola. Há de se salientar, que a educação feminina, além de ser uma forma de distinção, ou seja, meio de ascender socialmente, via intelectualidade, era também uma forma de se possuir maiores dotes na procura de um casamento, pois as moças da camada média buscavam com a educação agregar valor ao mercado matrimonial.

O ensino dado às mulheres, à época, não vislumbrava a sua entrada no ensino superior. Isso posto, observamos que a própria educação escolar possuía um caráter distintivo, no momento em que havia a separação entre as camadas popular e alta no que diz respeito à educação secundária, pois os da camada popular raramente adentravam o ensino secundário, principalmente as mulheres. Além disso, ainda havia a distinção que se dava entre os conteúdos para pessoas do sexo masculino e as do sexo feminino, de modo que a possibilidade de acesso ao ensino superior era privilégio estritamente masculino.

Para além da educação escolar, buscamos analisar a educação que é mantida no próprio ambiente familiar, nas ruas, festas, isto é, no cotidiano das mulheres de elite e que tinham influência dos jornais, das revistas e dos manuais de civilidade e etiqueta que circulavam naquele período. Chamamos essa educação de “educação de salão”, por ser, aquela que nos aponta os modos de comportamento que devemos dominar nos mais diversos espaços de sociabilidade.

A educação escolar, mesmo diante da sua escassa oferta, funcionava como meio de distinção. No entanto, a “educação de salão”, de forma mais evidente, tratava de reforçar as

diferenças tanto sociais quanto sexuais, deixando claro os papéis femininos e masculinos, bem como os espaços de ricos e pobres. E ainda, a leitura dos manuais, bem como de artigos de jornais e revistas que viessem a tratar de modos de comportamento, prometiam traduzir princípios capazes de fornecer a segurança necessária para que se pudesse atuar nesse palco em que se exercem as relações sociais, desde as mais íntimas até as formais, traduzindo os modelos de sentir e se comportar.

Assim, por entendermos que a elite não se constituía somente de quem possuía bens de consumo, pois esses eram os requisitos, por assim dizer, mínimos para quem desejasse fazer parte dessa camada, mas também quem possuía um comportamento diferenciado, ou melhor, refinado, polido ou rebuscado, enfim, “civilizado”, buscamos através da análise de fontes diversas tais como os jornais, manuais de civilidade, obras literárias, descobrir quais seriam esses comportamentos, ou melhor, os modelos de conduta e dos gestos. Percebemos diante da análise, que os manuais direcionavam-se para principalmente às mulheres, como donas de casa. E apontavam para a formação de uma mulher civilizada e de boa conduta aquela que soubesse se comportar nos diversos ambientes de sociabilidade, tanto no cumprimento a um transeunte quanto na organização de uma recepção até a ida a um baile, de forma recatada e discreta, como boa anfitriã ou convidada.

Esses modos são apresentados como sendo o estado natural dos indivíduos, isto é, como *habitus*. Para a elite, que por sua vez convivia com tais códigos de comportamento, inferimos que tê-los como naturais não era difícil, pois a isto denominava-se “educação de berço”. Já para a classe média em ascensão, a educação escolar e os manuais eram de suma importância, por serem a forma mais viável de atingir tais comportamentos ditos “corretos”.

Convém ressaltarmos que da mesma forma que se pede, para a “vida mundana”, uma mulher de gostos refinados e de boa conduta, moderna e civilizada, prescreve-se também a formação de um homem polido e civilizado. Em suma, uma mulher moderna deve estar ao lado de um homem moderno ou vice versa, pois a mulher é a “vitrine” no jogo das aparências e é ela quem reflete os principais “ares de civilidade e modernidade” da família como um todo.

Tal reflexão nos leva-nos a perceber que o controle dos gestos, a manutenção da distância entre os corpos (masculino e feminino) é visível nos manuais, porque os gestos e o movimento do corpo possuem uma linguagem simbólica, que é avaliada no convívio social. Dessa forma, compreendemos que uma mulher que tenha adquirido uma esmerada “educação de salão”, possuísse gentileza, leveza, recato e solicitude, em qualquer de suas manifestações,

pois o simples toque em um homem poderia levar à desonra daquela mulher. Daí a necessidade de frisarmos a existência da formação de um homem também “civilizado”, pois, como percebemos, o seu comportamento perante uma mulher devia ser minimamente controlado, ou melhor, dentro dos padrões de “boa conduta”.

Por fim, nos deparamos com o caráter homogeneizador dos manuais (bem como da educação em geral), ou seja, da imposição de uma “maneira legítima” a qual todos(as) deviam adquirir ou, pelo menos, se adaptar. Portanto, ao analisarmos qualquer forma de educação seja ela de salão ou não, entendemos que não estamos analisando os comportamentos tal como eles ocorriam, mas como se pretendia que fosse o comportamento. Ou, mais ainda, o que não se queria como comportamento. Pois, temos de convir que os padrões, principalmente aqueles adotados pela elite, eram tomados como regra.

Na trajetória da pesquisa encontramos alguns limites como diminuto acervo acessível à pesquisa na Biblioteca Pública Benedito Leite, por encontrar-se em reforma. Com isso, a impossibilidade de procurar maiores vestígios sobre a veiculação da “educação de salão” em São Luís-MA. Entretanto, consideramos que as questões investigadas nesse estudo foram contempladas e possibilitam o surgimento de novas questões acerca da educação recebida pelas mulheres e de como o educar está para além dos muros da escola, encontrando-se fincado também nas relações ou convivências diárias entre os indivíduos. E ainda, como através da “educação salão”, de modo sofisticado, é forjado uma representação simbólica de uma mulher a par das novas exigências do mundo “moderno”.

REFERÊNCIAS

- A ARTE DA DANÇA de sociedade, de 1892.
- ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro**. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1992.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís – século XIX. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004. p. 143-173.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**O dote é a moça educada**”: mulher, dote e instrução feminina na Primeira República. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2010.
- AFFONSO, João. **Três séculos de moda**. Belém: Tavares Cardoso, 1923.
- AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.
- ALVES, Gisele; MATOS, Maria Izilda Santos de. “A nova mulher” educando as futuras mães: São Paulo 1850-1900. **Caderno Espaço Feminino**, v. 15, n. 18, p. 173-196, jan./jun., 2006.
- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional no Maranhão na Primeira República**. São Luís: Ufma; Secretaria de Educação, 1984.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para a psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescente. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A Queiroz, 1988.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLTANSKI, Luc. Usos fracos e usos intensos do habitus. In ENCREVÉ, Pierre e LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 155-164.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Oeiras, Portugal: Celta, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRANCO, Julinete Vieira Castelo. Colhendo memórias: entrecruzando falas, olhares, tempos e vivências... In: BRANCO, Julinete Vieira Castelo; SOLON, Daniel Vasconcelos. **Histórias em poliedros:** cidade, cultura e memória. Teresina: EDUFPI, 2008.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 11-30.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.
- CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís:** entre o institucional e o repressivo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais.** Teresina: Bagaço, 2005.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados** [online], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. ISSN 0103-4014.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher?** Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, Angela Marques da. **1890-1914: no tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas.** São Paulo: SENAC, 2006.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908: álbum fotográfico.** 2. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Lições para mães e família: um estudo sobre os manuais educativos na sociedade brasileira entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. In: MENDONÇA, Ana Walesca (Orgs.). **História da educação: dialogando com as fontes.** Rio de Janeiro: Formas & Ação, 2010. p. 145-178.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-240.

D'INCAO, Maria Ângela. O amor romântico e família burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela et al. **Amor e família no Brasil.** São Paulo, 1989. p. 57-71.

ELIAS, Nobert. **O Processo civilizador: uma História dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Nobert. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não)casamento entre pequeno-burgueses no início do século. **Rev. Bras. Hist.,** São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de Azul e Branco”:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

- GENCÉ, Condessa de. **Tratado de civilidade e etiqueta**. Lisboa: Guimarães, 1925.
- GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs). **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. v. 4. p. 198-237.
- GOMES DE CASTRO, A. R. . **As raças humanas: a mulher**. Petrópolis, 1921.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- KADIOU, François et al. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. São Luís: Uema, 2008.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: THÉOBAUD, Françoise. **História das mulheres no ocidente século XX**. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5. p. 504-543.
- LEITE, Miriam Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, Maria Ângela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo, 1989.
- LICAR, Ana Caroline Neres Castro. **A questão de livros da Escola-Modelo Benedito Leite: cultura material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.
- LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Legenda, 1992.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa: discursos pedagógicos destinados a família no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 368-421.

MARTINS, Ananias Alves. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural - século XVII, XVIII e XIX.** São Luís: SANLUIZ, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: medicina da mulher nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde: os novos atenienses e a invenção do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2006.

MATOS, Maria Izilda S. Outras Histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni Mesquita. **Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELLO, Luiz de. **Primórdios da telefonia em São Luís e Belém.** São Luís: Alumar; Academia Maranhense de Letras, 1999.

MENSION-RIGAU, Eric. A distinção nas elites. In: DHOQUOIS, Régine (Org.). **A polidez: virtudes das aparências.** Porto Alegre: L&PM, 1993. p. 166-175.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados.** São Luís: SECMA, 1982.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís: a saga do negro brasileiro.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** São Luís, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à república.** Campinas: Alínea, 2008. p. 299-306.

MÜLLER, Lucia. **As construtoras da nação: professoras primárias na primeira república.** Niterói: Intertexto, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **Pelas crianças desvalidas: o Instituto de Assistência a Infância no Maranhão nas primeiras décadas do século XX.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) – Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 13-44.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal Mariano e docência: a identidade feminina da proposta educativa Marista.** 2006. Tese de (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PALHANO, Raimundo Nonato da Silva. **A produção da coisa pública:** serviços e cidadania na primeira república. São Luís: IPES, 1988.

PAXECO, Fran. **O Maranhão:** subsídios históricos e icorográficos. 3 ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres e mulheres faladas:** uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **A arte de receber:** distinção e poder à boa mesa – 1900-1970. 2004. Tese (Doutorado em Historia) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **As diversões civilizadas em Teresina:** 1888-1930. Teresina: FUNDAP, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro XIX. In: **Leituras e Leitores.** Acervo: revista do Arquivo Nacional, v. 8, n. 1-2, (jan/dez). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 169-210.

ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. **As instruções públicas maranhenses na primeira década republicana (1889-1899).** 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992.

SALES, Tatiane da Silva. **Educar para o lar: instrução e condição social feminina em São Luís na Primeira República.** Uema, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) – Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

SALES, Tatiane da Silva. **Brechas para a emancipação: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República.** Bahia, 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no sertão: a pluralidade de uma revolta.** São Luís: UEMA, 2010.

SCHPUN, Mônica Raisal. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20.** São Paulo: Boitempo, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** 2. ed. Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-32.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** 3. ed. Recife: S.O.S Corpo, 1996.

SILVEIRA, Rosário de Maria Carvalho. **Trabalho e condição feminina em São Luís na virada do século (1880-1910): a situação do operariado feminino.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) – Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 362-400.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

SOUZA, Gilda de Mello. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: THÉBAUD, Françoise. **História das mulheres no ocidente século XX**. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5. p. 9-23.

TOSCANO, Moema. Cem Anos de Cinema: um espaço para a mulher. In: JACOBINA, Elóia; KÜHNER, Maria Helena. **Feminino e masculino no imaginário de diferentes épocas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 95-113.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, Maria Ângela. **Amor e família no Brasil**. São Paulo, 1989. p. 88-94.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 189-241.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 399-422.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Paulo: AML/ALUMAR, 1999.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

Jornais maranhenses:

A CAMPANHA. São Luís, 29 ago. 1903.

A CRUZADA. São Luís, 13 set. 1892.

A FITA. São Luís, 24 jul. 1921.

A FITA. São Luís, 30 abr. 1921.

A FITA. São Luís, 06 jun. 1920.

A FITA. São Luís, 07 nov. 1920.

A PACOTILHA. São Luís, 17 out. 1901.

A PACOTILHA. São Luís, 03 maio 1911.

A PACOTILHA. São Luís, 20 maio 1914.

A PACOTILHA. São Luís, 09 ago. 1914.

A PACOTILHA. São Luís, 21 mar. 1917.

A PACOTILHA. São Luís, 22 mar. 1917.

A PACOTILHA. São Luís, 20 abr. 1917.

A PACOTILHA. São Luís, 17 jul. 1919.

A PACOTILHA. São Luís, 08 jul. 1920.

A PACOTILHA. São Luís, 25 jul. 1917.

A PÁTRIA. São Luís, 16 jun. 1908.

A PÁTRIA. São Luís, 06 mar. 1908.

A RUA. São Luís, 12 mar. 1913.

A TOCHA, São Luís, 11 mar. 1892.

CORREIO DA TARDE. São Luís, 16 jan. 1910.

CORREIO DA TARDE. São Luís, 09 fev. 1910.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 01 jan. 1890.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 23 dez. 1902

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 23 dez. 1905.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 13 set. 1905.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 22 maio 1908.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 18 jun. 1908.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 02 jul. 1908.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 13 out. 1890.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 08 abr. 1902.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 13 out. 1897.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 20 set. 1890.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 18 out. 1900.
DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 06 jan. 1892.
GAZETA DO POVO. São Luís, 06 fev. 1913.
O ABELHUDO. São Luís, 18 dez. 1898.
O ABELHUDO. São Luís, 09 mar. 1899.
O CANHOTO. São Luís, 25 dez. 1912.
O CANHOTO. São Luís, 20 out. 1912.
O FEDERALISTA. São Luís, 22 mar. 1901.
O FEDERALISTA. São Luís, 09 maio 1901.
O FEDERALISTA. São Luís, 20 maio 1901.
O FEDERALISTA. São Luís, 07 jul. 1903.
O FEDERALISTA. São Luís, 27 mar. 1904.
O FEDERALISTA. São Luís, 31 maio 1904.
O FEDERALISTA. São Luís, 22 jan. 1906.
O JORNAL. São Luís, 01 maio 1915.
O JORNAL. São Luís, 16 nov. 1917.
O JORNAL. São Luís, 17 nov. 1917.
O PORVIR. São Luís, 15 jun. 1895.

REVISTA:

REVISTA ELEGANTE. São Luís: 1892 – 1906.

ANEXOS

ANEXO A – Anúncios de Cosméticos: Crème Simon, Guerlain, Delettrez, L. T. Piver.

POUDRE, SAVON & Productos, maravillosos para suavizar, branquear e avelludar a pelle.

CRÈME SIMON Exigir o nome verdadeiro Recusar os productos similiares

J. SIMON
13. r. Grange batelière, Paris

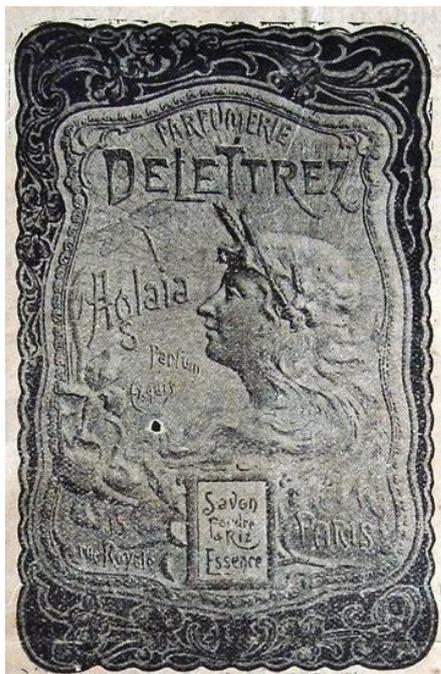


PARFUMERIE
DELETTREZ

Holala
Parfum
Essence

Savon
Parfume
la Reiz
Essence

PARIS



Cosméticos
dos fabricantes
PERFUMISTAS
Guerlain E
Delettrez

encontram-se nos
Armazens Teixeira
Secção de Perfumarias



3139



Fonte: Revista Elegante (1892-1906)

ANEXO B – Remington



Fonte: A Pacotilha, 09 jan. 1918

ANEXO C – A Mocidade Feminina

“E” com esse titulo que um collega lisbonense, que se assigna E., trata no <<Novidades>>, de Lisboa, da educação scientifica dada ao bello sexo neste fim de século.

As côres do quadro são carregadas, mas attenuados os matizes mais escuros, não deixam de ser verdadeiras. Julguem os leitores, porque o artigo de E. é este:

<< Todas as manhãs seguem para o lyceu de Lisboa numerosos ranchos de meninas, na sua maioria pállidas e de olheiras, cabellos frisados sobre as testas sem sangue, todas vistosas nos seus vestidos dominicaes, emphaticamente ornamentados com rendas baratas e com setins de baixa especie.

<<Adolescencias desmaiadas, sem vida e sem saude, crescidas em casas tristes com janellas sobre saguões viscosos e fundos, essas meninas, mordidas de susto, de pueris receios, vão, melancholicamente fazer os seus exames.

<<A moda botou raizes.

<<Hoje em dia, uma approvação em francez ou em mathematica é coisa de que donzella alguma prescinde, como não prescinde de brincos para as conchinhas desbotadas das orelhas e de luvas para as mãos anemicas.

<<Justamente na occasião em que essas creaturinhas mais precisam de ar puro para os pulmões, de alegria para o espírito, na occasião em que as suas constituições debeis e fanadas reclamam virgindades de atmosphaera, liberdade e mimos, tonificantes digressões aos campos ensanguentados de papoilas, habitos de limpeza e amaveis convivencias com gente sã, os seus

dias começam a correr cinzentos e asperos, em cubículos sem flores e sem luz, as suas almas começam a seccar com o quotidiano habito de um estudo arido, sem orientação, em completo desaccordo com a natural frescura das suas mocidades.

<<Quando deviam ouvir historias de fadas e de moiras, correr entre trigos de ouro, ir buscar brincos ás gingeiras, descem a sondar os subtis mysterios da grammatica portugueza, passam noites em claro a resolver equações do segundo grão, e a fixar os arrevesados nomes das Cylades e das Pleiades

<<Dos oito ao dezesseis annos não ha um parenthesis de descanso.

<<A todas as horas, a todos os instantes, de verão e de inverno, na primavera e no outomno, a lição do dia seguinte, a severidade do professor, o medo do exame, constituem a preocupação continua desses espíritos que abrem.

<<Toda essa monotonia de existencia todas essas horas negras seriam bem empregadas se nas pobres cabecinhas martyrisadas algum bem produzissem, o que não acontece.

>>Gracas à maneira como se estuda, como se ensina, como se fazem compendios e como se examina, ao cabo de longos annos de cerrado trabalho as applicadas donzellas nada sabem. Meia duzia de noções rudimentares, muitas vezes falsas, tal é o miolo dos seus fatigados cerebros.

<<E depois, muito orgulhosas por saberem a formula do acido azotico, ou o valor dos angulos de um triangulo, tomam enfatuados ares, pretenciosos e ridículos.

<<Parecem rouxinoes que fossem deputados, cravos que fossem administradores de conselho.

<<Absorvidas pela preocupação encyclopedica, não têm o mais furtivo olhar para as pequeninas occupações caseiras tão graciosas e tão apropriadas para os seus *feitios* singulares.

<< Não sabem fazer uma renda, nem um bordado

<< Ao peso de uma agulham preferem o peso de um *magnum lexicon*

<<Não se debruçam sobre bastidores, debruçam-se sobre mappas geographicos Preoccupam-se mais com as linhas telegraphicas, do que com as linhas de coser.

<<E a mania cresce.

<< E e com horror que todos devem imaginar o que será a nossa sociedade d' aqui a duas ou tres dezenas de annos, uma sociedade em que a mulher, perdido o seu ar amavel, ingenuo, simples e consolador, martyrise as mais doceis paciencias, com a sua pedanteria grotesca e tola.

<<Ai dos nossos filhos! – E.”

(A CRUZADA, 13 de setembro de 1892)

